

REVISTA PORTUGUESA DE PSICANÁLISE

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE PSICANÁLISE



2025 45(2)

PERIODICIDADE
Bianual



REVISTA PORTUGUESA DE PSICANÁLISE

Número de Registo na ERC: 108631

Órgão oficial da Sociedade Portuguesa de Psicanálise

45(2) — julho a dezembro de 2025

Periodicidade: bianual

CONSELHO EDITORIAL

DIRETOR: Jorge Câmara

DIRETORA-ADJUNTA: Ana Teresa Vale

ASSISTENTES EDITORIAIS: Catarina Rebelo Neves, Elias Barreto, Filipa Falcão Rosado, Guilherme Canta, Maria José Martins de Azevedo, Nadja Tröger e Pedro Salem

ANTERIORES DIRETORES:

Francisco Alvim (1977–1978), João dos Santos e Carlos Amaral Dias (1985–1986), Carlos Amaral Dias e Jaime Milheiro (1987–1989), Carlos Amaral Dias (1990–1994), Jaime Milheiro (1996–2003), Rui Coelho e Manuel Matos (2004–2005), Rui Coelho e António Coimbra de Matos (2006–2008), Rui Coelho e Manuela Ferraz da Costa (2008–2012), Rui Aragão Oliveira (2013–2015), Maria Fernanda Alexandre (2016–2019), Carlos Farate (2020–2022)

CONSELHO CIENTÍFICO

MEMBROS DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE PSICANÁLISE (Conselheiros Científicos):

Ana Catarina Silva, Ângela Vila-Real, António Mendonça, Carla Cruz, Carlos Farate, Celeste Malpique, Conceição Melo Almeida, Conceição Tavares de Almeida, Cristina Fabião, Emílio Salgueiro, Jaime Milheiro, João França de Sousa, Jorge Câmara, José de Abreu Afonso, Luísa Vicente, Manuela Ferraz da Costa, Manuela Fleming, Manuela Harthley, Maria do Carmo Sousa Lima, Maria Fernanda Alexandre, Maria José Gonçalves, Maria Luís Borges de Castro, Monica Horovitz, Orlando Fialho, Orlando von Doellinger, Rui Aragão Oliveira, Rui Coelho, Vasco Santos

MEMBROS DE SOCIEDADES PSICANALÍTICAS ESTRANGEIRAS:

Adrienne Harris — Psychoanalytic Institute of North Carolina; Alain Vanier — Espace Analytique, Université Paris-Diderot; Anette Blaya Luz — Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA); Antonino Ferro — Società Psicoanalitica Italiana (SPI); Carlos Barredo — Asociación Psicoanalítica de Buenos Aires (APdeBA); Charles Hanly — Toronto Institute of Psychoanalysis (TIP); Cláudio Laks Eizirik — Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA); Daniel Kupermann — Grupo Brasileiro de Pesquisa Sandor Ferenczi; Daniel Schoffer Kraut — Asociación Psicoanalítica de Madrid (APM); Eulália Torras de Beà — Sociedad Española de Psicoanálisis (SEP); Florence Guignard — Société Psychanalytique de Paris (SPP); Gunther Perdigão — New Orleans Psychoanalytic Institute (NOPI); Howard Levine — Psychoanalytic Institute of New England East (PINE); Humberto Persano — Asociación Psicoanalítica Argentina (APA); Jan Abram — British Psychoanalytic Society (BPS); Joan Coderch — Sociedad Española de Psicoanálisis (SEP); Leda Herrmann — Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP); Leticia Glocer Fiorini — Asociación Psicoanalítica Argentina (APA); Luís Martín Cabré — Asociación Psicoanalítica de Madrid (APM); Marco Posadas — Toronto Psychoanalytic Society (TPS); Paul Denis — Société Psychanalytique de Paris (SPP); Patrick Miller — Société Psychanalytique de Recherche et de Formation (SPRF); Pedro Gomes — Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPJ); Peter Fonagy — British Psychoanalytical Society (BPS) e Psychoanalysis Unit do University College London (UCL); Robert Hinshelwood — British Psychoanalytical Society (BPS) e Essex University; Stefano Bolognini — Società Psicoanalitica Italiana (SPI); Sidney Phillips — Western New England Institute for Psychoanalysis; Virginia Ungar — Asociación Psicoanalítica de Buenos Aires (APdeBA)

MEMBROS DE OUTRAS SOCIEDADES CIENTÍFICAS:

Anselmo da Silva Borges — Faculdade de Letras Universidade de Coimbra (FLUC); António Damásio — University of Southern California; António Sampaio da Nóbrega — Instituto de Educação da Universidade de Lisboa; Cândido Hipólito-Reis — Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (FMUP); Isabel Allegro de Magalhães — FCSH da Universidade Nova de Lisboa (UNL); Isabel Marcos — CICS da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (CICS. NOVA FCSH UNL); João Gomes-Pedro — Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa; João Maria André — Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC); Joaquim Cerqueira Gonçalves — Universidade Católica Portuguesa (UCP); José Barata Moura — Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Luís Sobrinho — Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa (FMUL), Yale University Medical School; Marie-Hélène Piwnik — Universidade de Paris-Sorbonne — Paris IV; Per Aage Brandt — Case Western Reserve University; Rui Mota Cardoso — Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (FMUP); Rui Paixão — Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação Universidade de Coimbra (FPCEUC); Vasco Pinto de Magalhães — Universidade Católica Portuguesa.

Propriedade: Sociedade Portuguesa de Psicanálise

Av. Álvaro Pais, n.º 15, Loja, 1600–007 Lisboa

ÍNDICE

NOTA EDITORIAL	5
SPP 50 ANOS	
O CORPO NO DIVÃ, O DIVÃ NO SONHO: FUNÇÃO ANALÍTICA COMO BÚSSOLA E ÂNCORA EM TEMPOS DIFÍCEIS <i>Conceição Melo Almeida</i>	11
O NEGATIVO GENOCIDA E A MATRIZ CULTURAL DO OBJETO: PARA UMA PSICANÁLISE DA HIPERCOMPLEXIDADE <i>Maria José Martins de Azevedo</i>	25
MOMENTOS DE NÃO SER: ECOS NA ESCUTA ANALÍTICA <i>Maria Cristina Farias Ferreira</i>	51
VITALIDADE POTENCIAL VERSUS VITALIDADE CINÉTICA <i>Ana Luísa Ferreira</i>	79
TUDO ISTO E NADA DISTO É SER ANALISTA EM FORMAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DE INTEGRAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ANALÍTICA <i>Carmem Thadeu e Sara Carvalhal</i>	89
SUBJETIVIDADE NÓMADA E ESCUTA ANALÍTICA <i>Sílvia R. Acosta</i>	97
RECENSÃO DO LIVRO <i>HABITATS INTERNOS:</i> <i>CONVERSAS COM PSICANALISTAS</i> <i>João Pedro Fróis</i>	111

TESTEMUNHOS

TIMELINE DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE PSICANÁLISE: MEMÓRIA COLETIVA E IDENTIDADE	119
<i>Ana Belchior Melícias</i>	
O OURO PURO DA PSICANÁLISE	127
<i>Carla Cruz</i>	
A ETERNIDADE NO TEMPO INTERNO	135
<i>Jaime Milheiro</i>	
PSICANÁLISE E LIBERDADE: 50 ANOS EM PORTUGAL – ENTRE SILÊNCIOS E DESCOBERTAS: UMA TRAVESSIA PESSOAL E COLETIVA	145
<i>Luísa Branco Vicente</i>	
AV. DA REPÚBLICA, N.º 97, 5.º	151
<i>Tomás Miguez</i>	

NOTA EDITORIAL

Se recordar é viver, sonhar o futuro é um importante alimento para a criatividade.

Em “Recordar, repetir e elaborar”, Freud (1914/1950) ensinou-nos que as vivências subjetivas se atualizam no processo psicanalítico através da recordação, tanto quanto da repetição transferencial. Viver e pensar as experiências guardadas pela memória lembrada, bem como pela memória agida na repetição, permitem a sua elaboração e transformação.

Sabemos que a vida das instituições psicanalíticas, tal como a vida das pessoas, é marcada pelo processo de repetição e rememoração, muitas vezes procurando a compreensão de algo encerrado no interior da organização, outras vezes como tentativa de superar um qualquer acontecimento traumático, outras vezes ainda como procura de uma via de crescimento. Na contínua construção da Psicanálise, teremos de aceitar que se não incluirmos os conhecimentos históricos nas nossas reflexões e se formos incapazes de elucidar áreas específicas da realidade, não teremos a possibilidade de alimentar novas aspirações de futuro (Varvin & Volkan, 2018).

A pertença a um grupo, a uma cultura, a um país integra a nossa identidade. Assim, a história da Psicanálise em Portugal e a da Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP) entrelaçam-se com a nossa história coletiva, enquanto povo. Será que o nosso sonho sonhado entre os traumas vividos, as glórias passadas e o colapso do tempo pela repetição regressiva dos grandes grupos poderá introduzir uma ambição de futuro, o sonho de mais pulsão de vida?

Para celebrar o aniversário dos 50 anos da Sociedade Portuguesa de Psicanálise, sob o auspício do onírico, convidámos os colegas

a recordar, mas também a pensar no que serão os desafios, dilemas e questões, bem como os possíveis trilhos para o futuro da Psicanálise. Do acolhimento deste convite, nasceu este número.

Dada, portanto, a excepcionalidade desta publicação comemorativa, optámos por a organizar de modo diferente do habitual. Dividimo-la em secções novas, que acreditamos traduzir este momento de celebração: a secção SPP 50 Anos, composta de artigos teórico-clínicos que versam sobre temas relacionados com a Psicanálise contemporânea; e a secção Testemunhos, que integra um conjunto de reflexões sobre as memórias pessoais dos autores em torno das suas experiências de participação na vida e história da SPP.

Na secção SPP 50 Anos, encontramos inicialmente o artigo de Conceição Melo Almeida, intitulado “O corpo no divã, o divã no sonho: Função analítica como bússola e âncora em tempos difíceis”, cuja ideia central é de que a tendência presente de “tornar normal” vivências desumanizantes gera seres humanos que desafiam os limites do analisável. Perante este dado, urge repensar os modelos formativos dos psicanalistas, questionando, sobretudo, o ensino da *rêverie* e da intuição na formação. Neste artigo, a autora analisa a simbologia do *setting* enfatizando com uma vinheta clínica a relevância de uma atitude formativa não colonizadora e da construção prévia de um *setting* interno na diáde.

Já no artigo “O negativo genocida e a matriz cultural do objeto: Para uma Psicanálise da hipercomplexidade”, Maria José Martins de Azevedo propõe uma abordagem que considere não apenas os processos internos do sujeito, mas também as matrizes históricas, culturais e familiares na constituição do sofrimento psíquico. Paralelamente a uma aprofundada exploração teórica, a autora ilustra por meio de uma vinheta como traumas transgeracionais se manifestam clinicamente, ressaltando a importância da análise do negativo para o processo de elaboração e integração subjetivas.

Em “Momentos de não ser: Ecos na escuta analítica”, Maria Cristina Farias Ferreira propõe um diálogo entre literatura e Psicanálise como forma de criar uma narrativa capaz de gerar sentido e superar experiências de não ser. A autora faz uma revisão da literatura psicanalítica contemporânea sobre os estados mentais primitivos ou estados não representados da mente, bem como uma reflexão criativa sobre

os trabalhos literários de Virginia Woolf, terminando com uma ilustração clínica.

No seu artigo “Vitalidade potencial *versus* vitalidade cinética”, Ana Luísa Ferreira explora o conceito da vitalidade a partir da sua experiência clínica com uma adolescente e uma criança. A autora sugere uma análise da vitalidade na dupla vertente simbiose/separação, enfatizando a questão do narcisismo primário.

Em “Tudo isto e nada disto é ser analista em formação: A experiência de integração e construção da identidade analítica”, Carmen Thadeu e Sara Carvalhal descrevem, por meio de uma profunda e sensível reflexão, que ser analista em formação é um processo de transformação subjetiva, feito de idealizações, desilusões e reorganizações internas, no encontro com o desconhecido em si e no outro. No decorrer do artigo, as autoras apontam como a identidade analítica se constrói na circulação entre análise pessoal, supervisão, teorias e vínculos institucionais, onde os pares funcionam como terceiro. Nesta travessia, o psicoterapeuta torna-se psicanalista ao integrar a função analítica, aprendendo a sustentar o vazio, a escuta e a incerteza.

No texto “Subjetividade nómada e escuta analítica”, Sílvia R. Acosta aborda um tema muito contemporâneo, ligado ao crescimento dos chamados nómadas digitais e aos desafios que este estilo de vida traz à construção da identidade e da subjetividade. Ao analisar estas subjetividades em trânsito, a experiência de migração da própria autora entrelaça-se como pano de fundo, criando um olhar e uma compreensão deste fenómeno a partir de dentro da sala de análise (recriada no *setting* remoto), mas também a partir da própria história da analista.

Contamos ainda com a recensão de João Pedro Fróis do livro *Habitats internos: Conversas com psicanalistas*, organizado por Alexandra Coimbra, Csóngor Juhos e Teresa Abreu. A obra reúne entrevistas a dezoito psicanalistas portugueses, constituindo-se, nas palavras do autor da recensão, como “um subsídio luminoso para a história da Psicanálise em Portugal”.

Em seguida, na secção Testemunhos, a escrita mais pessoal e livre dos autores retrata memórias em torno da história da Sociedade Portuguesa de Psicanálise. Aí, encontramos cinco textos bastante distintos, que abordam diferentes aspectos da nossa vida institucional. Sendo esta secção especial, porque única, queremos agradecer aos autores

dos textos, Ana Belchior Melícias, Carla Cruz, Jaime Milheiro, Luísa Branco Vicente e Tomás Miguez, pela sua generosidade ao responder ao nosso pedido para partilhar emoções, vivências e histórias.

Desejamos que este número possa contribuir não apenas para a celebração, mas também para a elaboração transformativa e criativa da vivência da história que nos constitui enquanto família analítica.

REFERÊNCIAS:

- Freud, S. (1950). Remembering, repeating, and working-through. In J. Strachey (Ed. E Tad.), *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud*, (Vol. 12, pp. 145-157). Hogarth Press. (Obra original publicada em 1914)
- Varvin, S. & Volkan, V. (Eds.) (2018). *Violence or dialogue? Psychoanalytic insights on terror and terrorism*. Routledge.

SPP 50 ANOS

O CORPO NO DIVÃ, O DIVÃ NO SONHO: FUNÇÃO ANALÍTICA COMO BÚSSOLA E ÂNCORA EM TEMPOS DIFÍCEIS¹

Conceição Melo Almeida²

<https://doi.org/10.51356/rpp.452a1>

RESUMO: Neste artigo, a autora argumenta que a era atual, ao normalizar vivências desumanizantes, gera pacientes que desafiam os limites do analisável. A autora destaca o impacto de tal facto na formação de psicanalistas e propõe repensar os modelos formativos. Recorre à “banalidade do mal”, de Arendt, para refletir nas marcas da arrogância e da intolerância, frequentemente disfarçadas de sucesso e segurança. Analiticamente, esses fenómenos são ligados à pré-genitalidade e à fragilidade do *self* — defesas contra o medo da desintegração e do vazio, ainda sem representação ideacional. A autora aprofunda a função analítica como via transformadora de estados mentais colonizados, questionando o ensino da *rêverie* e da intuição na formação. Revisa autores como Levine, Civitarese, Green e Parsons. A partir de uma vinheta clínica, analisa a simbologia do *setting* como expressão externa da mente em estado onírico, sublinhando a importância da construção prévia de um *setting* interno na diáde e de uma atitude formativa não colonizadora.

PALAVRAS-CHAVE: formação psicanalítica contemporânea, função analítica, desintegração do *self*, simbologia do *setting*.

¹ Artigo submetido em julho de 2025 e aceite para publicação em outubro de 2025.

² Psicóloga Clínica e Psicanalista de Crianças, Adolescentes e Adultos. Membro Titular com funções didáticas da Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP), da Associação Psicanalítica Internacional (IPA) e da Federação Europeia de Psicanálise (FEP). É Presidente da Comissão de Ensino da Sociedade Portuguesa de Psicanálise.

E-mail: conceicao.m.almeida@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho reflete na importância da formação analítica e do seu instrumento — a função analítica — nesta época marcada por dois aspectos que, pela sua normalização, pervertem os valores humanos, promovendo a degradação cívica e a desumanização. Falo da intolerância e da arrogância, apresentadas como exemplos de eficácia, sucesso e segurança.

Para Roland Barthes (1975/2009), a arrogância está associada a discursos de dominação e certeza, baseados em posições de autoridade, verdade ou poder. Ela nega o desejo e a alteridade do outro, manifestando-se pela intolerância e pela falta de reconhecimento do diferente. É nesse sentido que utilizarei o termo “arrogância”, ligando também ao conceito de Hannah Arendt (1999) — “a banalidade do mal”. Analiticamente, irei correlacioná-lo com falhas ao nível da pré-genitalidade e com a fragilidade do *self*, emergindo como defesa grandiosa contra o medo da desintegração deste.

No mal-estar atual da civilização, onde a degradação cívica e a desumanização estão no centro da sociedade — desde o populismo até à crueldade das guerras —, precisamos de pesquisa sobre a destrutividade radical, tanto no campo histórico-social quanto no campo clínico.

No entanto, importa salientar que nesta apresentação me interessa, fundamentalmente, mostrar como esta realidade externa afeta a clínica atual, contribuindo para a predominância de pacientes que, embora parecendo, não são neuróticos. O foco será, assim, nas marcas que a normalização destes valores deixa no inconsciente, no objeto interno, na relação do sujeito com este e nas suas implicações técnicas. E ainda no impacto na formação dos psicanalistas, no que respeita ao trabalho com estes pacientes ditos “limítrofes” — ou seja, nos limites da simbolização —, pois eles deixaram de ser uma exceção e estão agora no centro da investigação psicanalítica contemporânea.

Na clínica, e ao nível psicopatológico, podemos dizer que estas marcas nos chegam através de pacientes com vidas bem adaptadas, mas em falso *self*, aparentando ser neuróticos, mas não o sendo. O seu mundo emocional é vazio, concreto e caótico, e a sua tolerância à frustração é muito baixa. A relação de objeto é de dependência, podendo assumir formas tanto de submissão como de arrogância e de intolerância.

Sendo a função analítica o processo de representação da experiência emocional, com responsabilidade pelo desconhecido no próprio e no outro, como pode ela operar nestes territórios mentais dominados pelo irrepresentável e pela incapacidade de tolerar a dor mental?

Somos, portanto, confrontados com um sofrimento de raízes profundas, em pacientes que pedem tratamento, mas que se defendem dele. Criar essa aceitação será a imagem da nossa época analítica. O que implica também criar analistas para esta realidade, repensando as questões técnicas envolvidas na recomendação e no início do processo.

Um desafio identitário que nos compete, enquanto instituição. Sobretudo em situações de funcionamento psíquico fora dos limites neuróticos, em estados mentais ainda sem representação ou com representação frágil. De acordo com Levine (2012), não são só os pacientes que têm de ser adequados ao método, os analistas em formação também têm de ser preparados para um modelo de duas vias — arqueológica e transformacional.

A via transformacional requer, segundo Levine (2012), a adição de um modelo construtivo de interação que se centre no funcionamento da mente do analista como parte da diáde, para a criação e/ou fortalecimento de elementos psíquicos, através da *rêverie* e da intuição — além da arqueologia da descoberta e da revelação. Para ele, é uma via que deriva da teoria mais tardia de Freud e da obra de autores como Bion, Winnicott e Baranger.

UM DESAFIO IDENTITÁRIO PARA ANALISTAS EM FORMAÇÃO E FORMADORES

Mas como se transmitem *rêverie* e intuição? Treinando analiticamente o estado mental sem memória e sem desejo, o suportar do não saber. Dito de outra forma, a decatexia necessária ao estado onírico para emergir o negativo, o rudimentar que não está ligado, e construir com o paciente cadeias associativas, inexistentes, com ajuda dos mecanismos do sonho: figurabilidade, condensação, deslocamento. Escutar o corpo, incluindo o do analista, traz informação sobre o que se passa naquele momento e sobre a ligação com padrões emocionais, o contacto com elementos beta, responsáveis pelos aspectos narcísicos e parte psicótica. Em psicanálise, na psicologia de grupo ou na cultura,

quando se fala de caos, é disso que se está a falar. E a banalidade do mal produz parte psicótica, psicose ou psicopatia.

De acordo com Civitarese (2024), é necessária uma mudança de paradigma que amplie a recetividade do inconsciente durante a sessão — tanto do paciente como do analista —, de modo a compreender que, nesse nível de comunicação, não há um eu-tu, mas um nós, um terceiro.

Em meu entender, conjugável com momentos do intrapsíquico e do intersubjetivo. Implica o abandono de dicotomias e a integração de conceitos como: Id, relacional, baseado na segunda tópica, esculpido por assunções básicas, função e não lugar; e o de sonho como uma atividade basal da mente, diurna também.

A arrogância e intolerância moldam, através dessas assunções básicas, o inconsciente profundo. Fica o trauma do não reconhecimento e um *self* deficitário com desligamento e vazio. Perpetua agressividade através de elementos não transformados. Os colonizados psiquicamente poderão ser colonizadores.

Para pensar no contributo da Psicanálise e da técnica inspirei-me num ensaio de Civitarese publicado em 2024, com o título *On Arrogance*, onde explora o trabalho de Bion de 1967, com o mesmo nome, considerando que este pode representar uma reformulação da obra de Freud — *O mal-estar na civilização*. Questiona o modo como os mundos internos e externos podem ser moldados pela arrogância, associando o sofrimento ao não reconhecimento de necessidades e desejos.

Interagindo com Bion, Civitarese revisita a figura de Édipo, paradigma da Psicanálise. De forma desafiante, interessa-se menos pelo parricídio/incesto e mais pela sua relação com a Esfinge, o monstro frágil, com metade do corpo de mulher, outra metade de tigre e asas de águia, pronta a devorar qualquer Sherlock que, arrogantemente, não lhe desse a resposta dogmática ao seu enigma, não tolerando outra atitude senão a do *ser suposto saber*.

Consta que perante Édipo a Esfinge se suicida, e depois tem de renascer, frente à necessidade de o interlocutor saber quem é. Édipo trouxe a peste ao monstro. Deu a resposta, mas obrigou-o à doença de estar vivo — a função alfa. De acordo com Bion, foi arrogante ao responder: “É o Homem.” Resposta dogmática que nada resolve. Afinal, quem é o homem? Quem sou eu?

Vemos neste mito uma ligação à proposta de Levine, do modelo de duas vias e implicações mais abrangentes na clínica. Antes e/ou em paralelo com a reconstrução do recalcado, há necessidade da construção de um sentido de *self*.

Anna Freud (1930/1969), na sua comunicação “Dificuldades no caminho da Psicanálise”, recorda que a Psicanálise encontrou o caminho para o conhecimento do Homem através da experiência negativa da neurose. Green (1975) defende a ideia de que as mudanças na teoria e na prática que emergem da situação analítica e que a Psicanálise tem de explorar têm de ser feitas dentro do analista, cujas formulações mentais passam a fazer parte deste.

O autor afirma: “Qualquer analista sabe que uma condição essencial na decisão de um paciente se submeter a uma análise é o desprazer, o desconforto crescente e, por fim, o sofrimento que experimenta. O que é verdade para o paciente é, igualmente, verdade para o grupo psicanalítico. [...] Espera-se que, enquanto grupo psicanalítico, tenhamos aquilo que procuramos nos pacientes: um desejo de mudança” (p. 1). Não são os pacientes que têm de ser excluídos da possibilidade de um processo analítico, porque não são neuróticos, é a Psicanálise que tem de continuar a investigar sobre a teoria e a técnica.

Neste seu trabalho, dedicado às mudanças trazidas pela prática psicanalítica, Green desenvolve alguns tópicos importantes. No primeiro, sustenta o papel do analista numa conceção mais ampla da contratransferência, incluindo a sua elaboração imaginativa. Mais ampla ainda do que a perspetiva proposta por Heimann (1950) ou Racker (1968). Não limitando a contratransferência aos afetos positivos e negativos produzidos pela transferência, mas incluindo o funcionamento mental do analista, não só influenciado pelo paciente, mas também pelas suas leituras ou pelas discussões com colegas. No segundo, refere-se à função do quadro e do *setting* enquanto ambiente facilitador da simbolização. Este último aspeto é retomado por Michael Parsons (1999), que perspetiva as regras do *setting* como a representação do funcionamento mental, defendendo a necessidade de negação, na sessão, da realidade externa para o contacto com o mundo interno.

AS MARCAS DA ARROGÂNCIA E DA INTOLERÂNCIA NO OBJETO INTERNO E AS IMPLICAÇÕES TÉCNICAS

Vimos que a arrogância e a intolerância colonizam as relações interpessoais deixando no objeto interno traços de não reconhecimento do sujeito e, consequentemente, o vazio de si próprio. É um objeto interno alienante e aprisionante, não deixando autonomia para novas categórias de novos objetos. O objeto interno alienante e o sujeito alienado confundem-se e confundem-nos a nós, analistas, paralisando por vezes a função alfa da mente. Levantam-nos muitos problemas ao nível da técnica. Em termos de expressão externa, o modo como este objeto organiza o mundo interno do sujeito pode assumir a forma de passividade, submissão, pensamento operatório, agido, ansiedade enquanto sinal de perigo: perigo da perda do amor e do desamparo.

O que terá de acontecer, então, no encontro analítico para que o *setting* físico e a técnica possam funcionar como facilitadores da representação do irrepresentável? Se tenho um paciente operatório que não guarda o analista na sua mente, o que tenho de fazer, dentro de mim, para que o paciente possa simbolizar?

Revisitemos a simbologia das características do *setting*, partindo de questões não em dicotomia, mas em visão binocular: O que é o divã? Que função tem no processo de simbolização? Ou o inverso. De que forma se pode estar deitado nele? Em submissão? Em dissociação? Em liberdade? Em regressão? De que forma estivemos deitados no divã? Que impacto mental terá a sensorialidade de estar deitado? O que desencadeia não ver o analista ou não ver o analisando? De que forma será esta interdição representada fantasmaticamente no par analítico? Por onde começamos? Pelo corpo no divã ou pelo divã no sonho?

VINHETA DE UMA SUPERVISÃO FORMATIVA

Trata-se de uma mulher de 42 anos, a quem chamaremos Luísa, que um supervisando traz, após receção de um pedido de ajuda. Diz ter-se sentido ligado à paciente logo desde a primeira sessão. A queixa da paciente é de cansaço provocado pela sua filha, de quatro anos, sentida como muito exigente. Mas com as intervenções do analista com o objetivo de clarificar o pedido manifesto, a paciente acaba por dizer: “Afinal venho porque quero encontrar o meu lugar.” Uma questão transversal à sua vida, na família de origem e na atual, no trabalho também.

Transporta dentro de si, quase silenciosamente, uma mãe presente, mas fria, invasora, que sente como intolerante, prepotente e arrogante, à qual se submete — e um pai passivo. É-nos difícil encontrar a separação entre ela, sujeito, e este objeto.

Vive com o marido — sentido como uma sombra —, a filha de ambos e, em guarda partilhada, com dois enteados de um anterior casamento daquele: um é um adolescente rebelde e o outro ainda é criança.

Apresenta-se como uma mulher de vida aparentemente organizada, mas com uma funcionalidade em falso *self*, deixando-nos o sentimento de estar perdida no seu caos emocional. Os aspectos pré-genitais não transformados e uma enorme fragilidade emergem nesta contradição. Repete o queixume impotente perante o objeto interno colonizador, seguido de subjugação, alienação, superego rígido e dissociação como defesa, enquanto forma de sobrevivência. Parecia resolver os problemas adultos, em agido, por impulso, mas acabou por sucumbir com eles, o que induz no analista uma contratransferência complacente e uma presença em identificação materna. A agressividade aparecia de forma clivada: nos outros, e branqueada nela.

Na noite após a primeira consulta, o supervisando/analista teve um sonho. Diz: “Nesse sonho, via-me no consultório, sentado na poltrona, a Luísa sentada na poltrona em frente a mim e ao divã. Falava com ela da análise. Em destaque, a imagem do divã. Quando acordei, o sonho estava presente em mim.”

Na segunda consulta, a paciente volta a falar do seu desejo “de encontrar o seu lugar”, e na mente do analista, ao sonho noturno juntar-se naquele momento da sessão uma imagem, que depois em supervisão eu, supervisora, escuto como um sonho diurno em *alfa dream work*. O supervisando continua: “Uma imagem de uma poltrona vazia. Se, por um lado, essa imagem me parece surgir no seguimento do vazio e da busca de ‘um lugar’, por outro, parece-me que a imagem também representa a poltrona vazia com que irei deparar, quando a paciente passar para o divã.” Eu, supervisora, noto que na mente do analista a ideia da passagem para o divã concreto ocupa muito espaço e exerce pressão.

Durante esta segunda consulta, tocado pela verbalização da paciente — “preciso de encontrar o meu lugar” —, o supervisando/analista propõe, por sua iniciativa, o protocolo do *setting* analítico.

A paciente diz-se “nervosa”, pergunta se é o recomendável, mas aceita o divã, confirmando as duas vezes por semana com aparente agrado, e umas sessões adiante aceita uma terceira. Não obstante a sua concordância ao nível manifesto, eu, supervisora, sinto angústia, que traduzo para mim como possível contacto com a sobrevivência funcional e a solidão da paciente, colocada na contratransferência do supervisando/analista. Na minha *rêverie*, ligo isso ao aprisionamento a um objeto interno que ocupa todo o seu espaço e não deixa lugar para o sujeito.

Devolvo ao supervisando/analista a elaboração desta *rêverie*, salientando que a paciente aceitou deitar-se no divã sem se referir nunca a essa mudança. Repetiu a relação de alienação, parecendo estar muito longe de experienciar o que é escutar-se a si própria.

Dois meses à frente, Luísa passa a desmarcar repetidamente a terceira sessão, embrulhada nos imprevistos do horário de trabalho, acabando por dizer: “quero muito, mas não poderei corresponder; com o novo horário, logo direi”. Mais uma vez, “resolveu” funcionalmente um problema que, na verdade, é para ela um dilema.

Nunca nomeou sentimentos sobre a proposta do analista, como se não houvesse outro caminho a não ser aceitar. As interpretações do analista às desmarcações eram silenciadas dentro da paciente, pela própria.

O analista sonha o seu sonho de oferecer um divã como lugar que a paciente pede para encontrar, mas esta está longe de poder sonhar o sonho “de estar de cabeça deitada no colo de alguém”, transferindo a defesa contra o desconhecido sentido como perigo. A mim, supervisora, toca-me, ao mesmo tempo, a palavra “poltrona”, que associo a trono — tronos, o meu e o teu. Não poderá ser uma imagem desta defesa ainda inconscientemente ativa no “nós”, ou seja, no campo analítico?

Na diáde analista-analisando, tinha-se instalado a repetição do desejo de agradar. No analista, com dissonância entre o que se sente e o que se verbaliza, na paciente pela incapacidade de sentir. No primeiro, estão presentes, comprehensivelmente, as suas inseguranças por não estar a ir ao encontro do que ele espera de si — conseguir um paciente a três vezes por semana no divã concreto. E não estaria eu, supervisora, a não conseguir ajudá-lo a transformar os seus medos e incertezas?

Revisitamos os motivos que o levaram à proposta. Responde ao nível da realidade externa: “Em primeiro lugar, preciso de um paciente para análise.” Acolho. Sendo sensível e intuitivo, depois dessa resposta ele próprio formula de imediato nova questão, sinal da sua expansão e libertação: “Pois... e o que é ter um paciente para análise?” Voltaram o sonho e a imagem que teve e que pareciam ter desaparecido da supervisão, talvez pela sua deceção. Diz: “Foi o sonho e a imagem que tive. De imediato, percebi que era a primeira vez que sonhava com um paciente tão cedo. Senti entusiasmo. Questionei-me. O sonho parecia a manifestação do meu desejo de me tornar num analista. Mas faltam-me os motivos que encontrei na paciente.”

A paciente tinha-se deitado em submissão e ficou em dissociação. E a diáde paralisou entre associação livre e retraimento. Questiono-me sobre as mudanças na mente do analista, entre o sonho após a primeira sessão e a imagem na segunda. Devolvo que há uma transformação do conflito entre um desejo e um medo que pertence ao *nós*: de nos encontrarmos num lugar desconhecido de *nós*. O de ser analista com medo da responsabilidade pelo desconhecido; por outro lado, o da paciente de se experienciar confiando-se no colo de alguém. A intersubjetividade e o intrapsíquico entrelaçam-se.

Exploramos a imagem do “pol-trono” vazio. Encontramos no analista uma fantasia, possivelmente da diáde — a fantasia de que o olhar é o espelho da alma. Seria a necessidade mútua de ter o outro no campo visual para sentir amparo? Fusionalidade não é algo mau, mas espelhar apenas é equação simbólica. Quais os riscos do agido desse fantasma para a verdadeira hospitalidade do outro? Para a construção como analista? Como pode isso impedir o par de se libertar? De se libertar para a recetividade do que quer que venha, diferente do que queremos que venha? Estaria o analista a espelhar o primitivo da paciente, que em possível semelhança com a sua filha pequena não pode ter o analista em mente se não o vir, expressando uma frágil permanência de objeto interno?

Há que salientar que fez interpretações corretas, dirigidas à submissão ao objeto, mas que caíram num “buraco negro”, provocado por essa mesma alienação. No divã, estava deitada a solidão paralisante — um corpo abandonado não conectado com a função onírica da mente, paralisando também esta função no analista. Um corpo que tem

também em si os sonhos que precisam de uma mente não colonizadora para serem sonhados. E isto representa, sem dúvida, uma maior exigência para um analista em formação. O não silenciamento da sua ambivalência — desejo e medo — será a segurança da estrutura do divã que sonha construir.

COMENTÁRIO

Através desta vinheta, procurei ilustrar de que forma as marcas inconscientemente profundas da relação reiterada com a banalização da arrogância e intolerância se podem manifestar na clínica atual, bem como o desafio que constituem para a formação analítica. Apresentei uma paciente com vida relativamente bem-adaptada, que parecendo ser neurótica não o é. Vimos antes um funcionamento em falso *self*. A relação de objeto é anaclítica e não genital, a angústia predominante é o desamparo e não a castração. A clivagem tem mais força do que o recalque. Estamos perante uma falha de representação de si como ser desejante, com vazio, que leva a um funcionamento em concretude, submissão, silenciamento, e que se pode instalar de forma subtilmente massiva na contratransferência. As resistências ao trabalho de simbolização, feito em conjunto com outra mente, são uma defesa contra esta colonização e marcam a transferência. Contudo, ao mesmo tempo, são também uma forma de comunicar, repetidamente, o sofrimento.

Assim, pelo trabalho de supervisão formativa tentei também dar ênfase à importância de mudar os determinantes de dentro do paciente para dentro da diáde, seguindo a proposta de Levine, mostrando a necessidade de o analista se formar e recriar em cada sessão, com cada paciente, aprendendo o estado sem memória e sem desejo pelo treino da escuta da intuição e libertação da *rêverie* como formas de ligar os elementos beta ao domínio da representação do afeto.

Neste caso, o objeto interno que esta mulher transporta dentro de si colonizou-a, alienou -a. Para evitar o desamparo, silenciou-se e submeteu-se, adaptando-se bem à realidade externa pela via da concretude funcional. Aceitar, verdadeiramente, uma análise é correr de novo este risco, ou o de ficar suspensa no vazio. Então, a solução foi aceitar em falso *self*, sem sentir, seguida de fuga com negação. Por outro lado, o desejo de um analista pode funcionar também como uma forma de colonização impedindo o contacto com o vazio.

A SIMBOLOGIA DO *SETTING* E DAS SUAS REGRAS

Voltando à questão sobre o que representa simbolicamente o *setting* e as suas regras, Parsons (1999), tal como Green, defende que são a representação externa da mente em estado onírico, entrelaçando os seus princípios com a metapsicologia do sonho. Proporcionam a negação do mundo externo necessária a este estado.

Parsons (1999) relembra que o *setting* emerge do enquadramento da hipnose, pois alguns pacientes não são suscetíveis ao estado hipnótico. Há, desde o início, uma relação entre *setting* analítico, estado não vigíl e resistência.

Green acrescenta que o *setting* comprehende um paradigma com três polaridades: a do sonho, a do cuidado materno e a da proibição do incesto (lei do pai) pelas interdições do olhar, tempos da sessão, pagamento em dia, interrupções de férias.

Estar deitado no divã em maior inibição neuromuscular e com a interdição do olhar ajuda a decatexia da realidade externa, induz um estado regressivo de pré-adormecimento. Liberta o pensamento da repressão, expõe a clivagem e o caos. No mínimo três vezes por semana, intensifica a transferência.

Este caminho é a dois, para os dois — analista e paciente. Como foi referido, pode fazer-se a partir do treino da escuta, da intuição e da identificação projetiva intersubjetiva; da abertura para um trajeto rizomático de várias possibilidades, conduzido pela *rêverie* até à representação — palavra que se oferece ao paciente como uma hipótese interpretativa. O discurso do paciente que revela a sua experiência emocional tem uma dimensão de supervisão na mente do analista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como fomos referindo, a nossa era está a ser marcada por valores que desumanizam, levam à destrutividade radical e a formas de colonialismo mental. Produz as patologias das falhas básicas, do *impingement*, dos vazios e do irrepresentável. Coloca-nos perante novos pacientes que desafiam os limites do analisável. Eles deixam de ser os que são excluídos por não terem indicação para o processo analítico, mas passam a ser o centro da nossa investigação.

A psicanálise contemporânea, enquanto movimento de investigação, tem procurado acompanhar e aprofundar metapsicologicamente

esta realidade, o que inclui também um enorme desafio interno para as instituições psicanalíticas. Implica, para elas, enfrentar a incerteza e o não saber, mantendo vivo o desejo de reflexão permanente e expansão das suas filosofias de formação de novos psicanalistas, bem como uma capacidade plástica ao nível das linhas orientadoras dos seus programas. Só assim poderemos exercer função analítica institucional e oferecer assimetria transformadora perante uma sociedade que atua em equação simbólica.

Neste contexto, é compreensível que os analistas em formação experienciem, ainda mais, os requerimentos institucionais para o início e manutenção de uma análise com maior insegurança e submissão, e que estes requerimentos criem uma barreira, tendendo a colocar os pacientes também em submissão, podendo levar a uma situação estática ao serviço do medo de nos experienciarmos e conhecermos.

É importante transmitir às novas gerações que, primeiro, é necessário construir um *setting* interno. E, para o construir, é preciso supor tar desistir do que se perde — a ilusão da previsibilidade do que emerge — e sentir confiança no que se ganha — o improviso vindo do encontro de inconscientes. Com mito e paixão, no sentido bioniano da expressão, habitando-se o que se propõe.

A formação, nos seus quatro pilares, tem na construção desta habitabilidade uma enorme responsabilidade: aceitando os desafios de mudança, estando atenta à não colonização dos analistas em formação, não os silenciando, mas ajudando-os a construir a sua própria voz.

ABSTRACT: *In this article, the author argues that the current era, by normalizing dehumanizing experiences, generates patients who challenge the limits of what can be analyzed. She highlights the impact of this fact on the training of psychoanalysts and proposes rethinking training models. She draws on Arendt's "banality of evil" to reflect on the marks of arrogance and intolerance, often disguised as success and security. Analytically, she links these phenomena to pregenitality and the fragility of the self—defenses against the fear of disintegration and emptiness, still without ideational representation. The author deepens the analytical function as a transformative path for colonized mental states, questioning the teaching of reverie and intuition in training. She revisits authors such as Levine, Civitarese, Green, and Parsons. Based on a clinical vignette, the author analyzes*

the symbolism of the setting as an external expression of the mind in a dreamlike state, emphasizing the importance of the prior construction of an internal setting in the dyad and a non-colonizing formative attitude.

KEYWORDS: *contemporary psychoanalytic training, analytical function, disintegration of the self, symbolism of the setting.*

REFERÊNCIAS

- Arendt, H. (1999). *Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal* (J. R. Siqueira, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1963)
- Barthes, R. (2009). *Roland Barthes por Roland Barthes*. Edições 70. (Obra original publicada em 1975)
- Bion, W. R. (1967). On arrogance. In *Second Thoughts* (1st ed., pp. 86-92). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429479809-7>
- Civitarese G. (2024). *On arrogance: A psychoanalytic essay*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781032669427>
- Freud, A. (1969). *Difficulties in the path of psychoanalysis: A confrontation of past with present viewpoints*. International Universities Press.
- Freud, S. (1961). Civilization and its discontents. In J. Strachey (Ed. & Trans.), *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud* (Vol. 21, pp. 57-145). Hogarth Press. (Obra original publicada em 1930)
- Green, A. (1975). The analyst, symbolization and absence in the analytic setting (on changes in analytic practice and analytic experience). *The International Journal of Psychoanalysis*, 56(1), 1-22.
- Heimann, P. (1950). On counter-transference. *The International Journal of Psychoanalysis*, 31(1), 81-84.
- Racker, H. (1968). *Transference and Countertransference*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429484209>
- Parsons, M. (1999). Psychic reality, negation, and the analytic setting. In G. Kohon (Ed.), *The Dead Mother: The Work of Andre Green* (pp. 59-76). Routledge.
- Levine, H. (2012). Criando analistas, criando pacientes de análise. *Livro Anual de Psicanálise* (Vol. 26, pp. 207-224). Escuta.

O NEGATIVO GENOCIDA E A MATRIZ CULTURAL DO OBJETO: PARA UMA PSICANÁLISE DA HIPERCOMPLEXIDADE¹

*Maria José Martins de Azevedo*²

<https://doi.org/10.51356/rpp.452a2>

RESUMO: A clínica contemporânea é devedora de uma visão hipercomplexa da dinâmica do par analítico. Esta visão considera não só as exigências do trabalho interno, de integração, dos desenvolvimentos fantasmático, líbidoinal e objetal, das elaborações intrassubjetivas e intersubjetivas, as decorrentes da coconstrução criativa, presentes na transferência-contratransferência, mas também as exigências decorrentes da ausência, dos fenómenos do negativo, como ainda estende o lugar do inconsciente, recalcado, e do projetado ao inconsciente do agir, da família e do grupo.

Na visão proposta, a matriz interna onde decorre a experiência intrassubjetiva — o ambiente emocional e cultural, no qual o objeto habita no interior do sujeito — bem como a matriz intersubjetiva familiar e comunitária — na qual se inscrevem as relações e os laços afetivos se organizam e se perpetuam — representam o cenário negativo do objeto. Numa etapa avançada do processo analítico, o par acede àquelas matrizes, à estória encriptada, mediante a análise do negativo da relação transference-contratransferencial.

A elaboração da hipercomplexidade permite o empoderamento da subjetividade: estória pessoal e familiar e contexto histórico do grupo. A instância dessa abordagem é ilustrada mediante um caso clínico, no qual o gesto suicida representa o lado positivo do negativo ausente: o contexto do genocídio ancestral.

PALAVRAS-CHAVE: genocídio, matriz, negativo, suicídio.

¹ Artigo submetido em julho de 2025 e aceite para publicação em outubro de 2025.

² Psicóloga Clínica, Psicoterapeuta, Psicanalista e escritora. É formadora na Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP). Titular, Formadora e Supervisora na Sociedade Portuguesa de Psicanálise Clínica (SPPC), colabora na Formação na SEPEA (Société Européenne pour la Psychanalyse de l'Enfant et de l'Adolescent), membro da Associação Psicanalítica Internacional (IPA) e da Fédération Européenne de Psychanalyse (FEP). *E-mail:* mjmazevedo@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A reflexão psicanalítica sobre a experiência clínica contemporânea tem-nos conduzido à necessidade crescente de considerar uma visão tributária da hipercomplexidade (Morin, 2005) para a cura analítica. Referimos uma multidimensionalidade e transdisciplinaridade contributivas da análise da experiência analítica, a qual considera, neste particular, contributos advindos de outros campos e dimensões do saber, tais como o histórico, o político e o antropológico, para a abordagem do sofrimento e da subjetividade do paciente.

De facto, numa fase avançada de uma psicanálise bem-sucedida, a análise dos objetos, bem como dos seus contextos, emocionais, relacionais e históricos, tem-se configurado fundamental para a introjeção da capacidade analítica do paciente, quiçá o maior contributo e o mais perene para a sua vida.

No crescente entrançamento de perspetivas e de complexidades, o par debruça-se sobre a compreensão profunda dos objetos: tanto no que respeita à sua subjetividade e à mensagem enigmática implantada no inconsciente “amentiel” (Laplanche, 1987/2009); à sua relação dinâmica com o *self* e com a cultura da família e do grupo no interior do sujeito; bem como à sua estória particular e contexto histórico e cultural, vividos no grupo e na comunidade alargada (Varvin & Volkan, 2018).

Numa etapa analítica, na qual a integração psíquica, a dinâmica triangular, a subjetivação, a autoanálise e a vida relacional estão em franco desenvolvimento, o gesto autodestrutivo, uma atuação masoquista dramática, pode chamar a atenção para a necessidade desesperada de inscrição e de empoderamento do sujeito da sua estória pessoal, tal como das suas dimensões históricas e culturais (Kaës, 1993/2004). O indivíduo carece dessa compreensão hipercomplexa para se subjetivar: a atuação refere-se ao negativo transgeracional, não-representado, relativo ao meio ambiente avoengo, traumático.

A forma como a hipercomplexidade se reflete na dinâmica do par é ilustrada mediante um caso, no qual o negativo da relação presencial ocorre, quer para o paciente quer para o analista. Assim, na ausência do analista, ocorre a atuação extratransferencial: o *acting-out* violento do paciente, longe do paciente, o analista tem um sonho com valor contratransferencial: o negativo da *rêverie* em presença do paciente.

O pano de fundo, o contexto primitivo, o lugar psíquico contextual, nos quais a experiência traumática do objeto avoengo, submetido a genocídio, ocorreu no passado, são atuados no presente analítico. As elaborações destes aspectos constituem pontos de partida para a entrada na cadeia simbólica do par analítico.

A HIPERCOMPLEXIDADE NA MATRIZ HISTÓRICA E CULTURAL DA PSICANÁLISE

O interesse do psicanalista pelo momento histórico dos povos e pela sua implicação no par analítico acompanhou o movimento de força contrária ao individualismo feroz do século XX, no qual a Psicanálise cresceu e se implementou. Recentemente, aquando da pandemia por Covid-19, tomámos consciência, de forma vivida, do impacto das transformações, ocorridas no nível macrossocial, no par analítico, imerso num mesmo momento histórico comum (Azevedo, 2024).

Este interesse pelo momento histórico mundial surgiu por via do trauma coletivo, representado pela ameaça de perda existencial vivida naqueles anos. Colocado perante a sua finitude, a nível global, o sujeito europeu descentrou-se um pouco do seu individualismo (Azevedo, 2020). Deste modo, nos últimos anos vimos assistindo a movimentos sociais informais de interajuda a povos em sofrimento devido à guerra, a catástrofes humanitárias e a causas ecológicas. Tem emergido uma consciência política à escala planetária, contraditória e autonomizada da mediatizada pelos média convencionais, pesem embora os riscos potencialmente existentes de manipulação informativa nesses meios de comunicação de massa: redes sociais, etc.

Por outro lado, e ainda segundo uma visão da hipercomplexidade na sua dimensão de transdisciplinaridade, as descobertas e as conceções psicanalíticas têm acompanhado as transformações e as mudanças de perspetivas proporcionadas pela ciência, pela história e pela cultura, tanto no plano da metapsicologia quanto da sua *práxis*. Ilustra a transformação sofrida ao nível da metapsicologia, a modificação da matriz cultural na qual a Psicanálise se pratica. Profundamente diferente da existente na época do fundador, a nova matriz histórica e cultural, na qual a Psicanálise opera, reflete mudanças tanto históricas e de mentalidade, quanto de tipologia de patologias e de subjetividades, presentes no consultório de análise. Assim, se na conceção da metapsicologia

Freud procurava refletir, por exemplo, a repressão sexual e as descobertas científicas vigentes no papel da repressão da sexualidade na vida mental e no desenvolvimento das neuroses, atualmente a preocupação mundial com a guerra, as ditaduras, a pobreza, a droga, as catástrofes humanitárias e ecológicas, bem como os avanços da psicanálise nas patologias não neuróticas, da atuação, do irrepresentável e da perversão, levam a Psicanálise a perspetivar uma terceira tópica (Dejours, 2008; Green, 1993/2011; Laplanche, 1987/2009; Raggio, 1989; Zukerfeld, 1999).

Também no contexto da prática psicanalítica, a nova matriz cultural reflete-se, por exemplo, nos seguintes factos: o aprofundamento das democracias convidou à revisão do modelo da autoridade do analista, enquanto detentor do saber, e facilitou o modelo cooperativo, da coconstrução em Psicanálise (Baranger & Baranger, 1961-62; Ogden, 1994); as descobertas científicas, particularmente as advindas das neurociências, convidaram ao diálogo, à transdisciplinaridade e à investigação conjunta, de que são exemplo os mais recentes trabalhos sobre o autismo (Laznik, 2025); a divulgação da psicanálise nos media tornou o paciente mais informado, convertendo-o num observador crítico e atento da prática analítica. A importância de o analista levar em linha de conta a matriz cultural em que a experiência analítica decorre, o que se passa no exterior, no mundo, no presente e no passado do paciente, decorre ainda da mudança de ênfase que se vinha operando na Psicanálise, da experiência intrassubjetiva do paciente para a experiência do que se passa na mente do analista e na relação entre ambos (Mitchell, 1988).

Para esta visão, tiveram especial importância os trabalhos de Winnicott (1967, 1971) sobre a terceira área de definição do humano, a área criativa, saída da ilusão primária do encontro entre o bebé e a mãe, o espaço potencial. É nesta área que a comunicação significativa e a psicanálise se inscrevem, e o sujeito aprende a lidar com a tarefa sempre inacabada de conciliar o mundo interno com o externo. É também nesta área criativa que surgem o objeto e os fenómenos transicionais, expandidos, na maturidade para a vida da cultura, da arte, da ciência.

Na crescente complexidade da perspetiva psicanalítica, adquire especial relevo a tendência para uma visão mais integrativa dos modelos libidinal e das relações de objeto (Coderch, 2001), modelo no qual

as pulsões encontram o seu lugar e as relações de objeto ganham sentido. Na abordagem hipercomplexa proposta, assinalam-se os contributos dos trabalhos saídos da Psicoterapia e da Psicanálise Familiar (Eiguer, Enriquez, Kaës, Mijolla, Rouchy, citados por Correa, 2003) para a compreensão da transmissão, com a relevância atribuída à história e à cultura do lugar de proveniência e de acolhimento do paciente, bem como à estória vincular da sua família, à história da sua comunidade alargada e do seu povo. É nesta complexidade que o par analítico, também lugar de representação e de encenação do contexto, viverá e encontrará sentido intersubjetivo para a matriz cultural do paciente.

O GRUPO NA MATRIZ INTRASSUBJETIVA

Os fenómenos de grupo interessaram desde cedo o fundador da Psicanálise. Em 1921, Freud (1921/1955), preocupado com o fenómeno do nazismo, debruçou-se sobre o grupo e as massas para compreender a sua dinâmica inconsciente. Analisou o preço que o sujeito paga para fazer parte do grande grupo, ser protegido e não ser ostracizado: a ab-rogação do seu sentido de identidade separado, da sua capacidade de julgamento e de decisão. Analisou também como a projeção do ego ideal sobre o líder liberta o indivíduo da sua consciência moral. O interesse pelo grupo esteve sempre presente, desde a conceção de horda primitiva e do papel do édipo como possibilitador da civilização (Freud, 1913/1996, [1930/1996, 1939/1996].

Mais tarde, Bion, com base na sua experiência durante a Segunda Guerra Mundial e nos conceitos kleinianos de clivagem e de identificação projetiva (Bion, 1961; Klein, 1975/1991), investigou o pequeno grupo regredido, enunciando as suas posições básicas, de dependência, de ataque-fuga e de acasalamento, distinto do funcionamento do grupo orientado para a tarefa. Sublinhou, ainda, a natureza paradoxal da condição humana, carente do “narcisismo”, bem como do “socialismo” para poder pensar e poder comunicar (Bion, 1961/1991).

Quanto ao grupo interno, havia sido esboçado pelo fundador, Freud, nos trabalhos inaugurais de uma nova época, intitulados *Luto e Melancolia* (1917/1996), *Além do Princípio do Prazer* (1920/1996), *O Ego e o Id* (1923/1996) e *Inibições, Sintomas e Ansiedade* (1926/1996). Klein (1975/1991), inspirada nestes e na clínica infantil, e Fairbairn (1952/1994), na clínica de adultos esquizoides, encetaram uma nova

teoria das relações de objeto, na qual a fragmentação inicial da vida mental, as defesas e as ansiedades primitivas vieram para primeiro plano (Mitchell, 1981; Ogden, 2002).

A noção da mente como um lugar concreto interno onde vivemos revolucionou tanto a Psicanálise quanto os conceitos de clivagem e de identificação projetiva haviam sido fundamentais para a compreensão das qualidades e da dinâmica das personagens que habitam a psique. A descoberta da vida fantasmática primitiva do bebé, bem como do seu desenvolvimento, permitiu a conceção de pais internos atuantes de peças animadas de realismo absoluto. De lento percurso de integração, estes objetos, inicialmente parciais, e as relações internas entre eles evoluem, desde os primeiros meses de vida, de conceções fragmentadas, distorcidas e fantásticas, de uma animação edipiana primitiva, violenta e sádica, para uma conceção integrada, amorosa, criativa e mais realista dos pais (Klein 1932/1997).

O papel da inter-relação entre o “fora” e o “dentro”, mediada pelos mecanismos de introjeção e de projeção na construção do sentido das realidades interna e externa, bem como o lugar de dentro do objeto interno, concreto, permitiram a conceptualização da mente como um teatro (Meltzer, 1978). É neste lugar, palco e cenário, que os figurantes, os objetos do *self* e o *self* — atores de partes clivadas dos objetos, do *self*, da libido e do ódio, de partes do corpo, etc. — representam os seus papéis.

Este pequeno grupo interno alarga-se mediante o percurso identificatório com outras identificações significativas, as quais, no contexto analítico, animam os sonhos com diversas personagens, interpretadas, desde Klein, Fairbairn e Bion, como representantes da pulsão, de partes do *self* e do objeto, em inter-relação, a viver e a simbolizar uma narrativa passada, atualizada e criada. Esta conceção teve ainda diversas implicações, quer na percepção da relação transferência-contratransferência, quer na conceção do sonho: este, por exemplo, além de possuir valor de retorno do recalcado e de função de satisfação do desejo (Freud, 1900/1996), passou a ser concebido com uma dimensão debutante do pensamento simbólico (Symington & Symington, 2014).

Assim, como consequência do difícil processo de desenvolvimento e de integração no percurso analítico, só quando os figurantes do

teatro da mente têm um estatuto unitário, algo realista, e quando o indivíduo simboliza conteúdos até então inacessíveis ou irrepresentáveis, o par analítico consegue aceder à dimensão contextual, histórica, dos objetos.

TRANSGERACIONALIDADE, UMA TERCEIRA TÓPICA E UMA METAPSICOLOGIA DO NEGATIVO

Na contemporaneidade, a compreensão do grupo interno não se consegue efetivar sem a participação da compreensão dos fenómenos da transmissão transgeracional, da família e do grupo no intrassubjetivo. Esta expansão do lugar do inconsciente para fora do sujeito conduziu a Psicanálise à consideração de uma terceira tópica e de uma metapsicologia do negativo, do agir. Sublinhamos, na presente reflexão, os contributos de Abraham e Torok, Aulagnier, Brusset, Green, Kaës, Pichon-Rivière e Roussillon.

Os conceitos de “cripta” e de “fantasma” (Abraham & Torok, 1978/1996), pioneiros no estudo dos fenómenos da transmissão transgeracional, iluminaram o *modus operandi* do legado traumático nos contextos familiar e social, mediante o não-dito, o desmentido, o apagamento da memória, através dos quais o indivíduo passa a conter no seu inconsciente uma parte do passado traumático de outrem, significativo. O passado está encriptado, no sentido de ser inacessível ao indivíduo: não possui a chave comprehensiva, de descriptação, uma vez que esta foi excluída da cadeia simbólica. A sua compreensão do sofrimento, bem como do sintoma é impossível. O indivíduo vive a cripta, mediante o agir e o soma.

Por outro lado, o intrapsíquico de natureza inconsciente grupal passa a ser tomado em linha de conta mediante uma nova compreensão, advinda da terapia psicanalítica da família. Relevando o papel dinâmico dos “organizadores grupais” (Kaës, 1993/2004), conceito distinto do anterior kleiniano de “grupo interno”, estes operam tanto no desenvolvimento intrapsíquico, quanto no exterior: no desenvolvimento dos vínculos de grupo. Enquanto pertença do aparelho psíquico intrapsíquico, os organizadores são depositários de fantasias primitivas antecedentes à própria subjetivação do indivíduo e pertencem a duas categorias distintas: hiper ou hipo redutores. Na primeira categoria, consideram-se formados por vínculos organizados de

modo diádico, indiferenciado; na segunda, por vínculos organizados de forma triádica, mais rica e criativa.

No que respeita ao lugar depositário da experiência traumática, considera-se, na contemporaneidade, o lugar externo ao sujeito: o inconsciente ectópico (Pichon-Rivière, 1965/1982), o qual, embora concernente a um inconsciente individual, é habitado por outros inconscientes. O aprofundamento deste conceito (Brusset, 1989/2005, 2005), bem como a sua extensão ao inconsciente politópico (Kaës, 2015) convidam-nos à consideração de um inconsciente existente num lugar distinto, para lá do intrassubjetivo: o lugar do intersubjetivo, de grupo familiar e da comunidade.

Segundo esta conceção, a alienação e o seu correlato delírio operam em três lugares distintos do conflito: no intrapsíquico, no intersubjetivo e no “trans-subjetivo” (Kaës, 2015): no psicossocial e no institucional. A ectopia do inconsciente conduz-nos a uma circunstância paradoxal na qual a constante dinâmica entre o interno e o externo nos coloca numa situação de impossibilidade de separação estanque entre aqueles três espaços, dadas as interferências e as inter-relações existentes entre si.

Ainda no que respeita à transmissão do reprimido, sublinha-se a construção do ideal do ego, anterior à dissolução do complexo de Édipo, bem como do “projeto identificatório” (Aulagnier, 1968/1990), saído da sua resolução final. O “projeto identificatório”, iniciado nas etapas precoces nas quais a idealização está presente, carrega uma dependência idealizante dos primitivos objetos, e representa, em cada etapa posterior, “um compromisso em ato” (Aulagnier, 1968/1990, p. 214). Este compromisso respeita ao reprimido operado entre o “porta-voz”, o agente da função materna, e o corpo do bebé; e entre esse “porta-voz” e a ação repressora: a função paterna. A sua transmissão garante a ordem cultural, presente no simbólico da linguagem e do social.

Quanto aos traços evocativos do trauma, bem como às feridas narcísicas e aos aspetos do negativo (Correa, 2003), estes são repetidos, mediante a atuação dos laços/ vínculos nos espaços intra e intersubjetivos, causando o sofrimento e o sintoma.

É neste contexto que a Psicanálise contemporânea é compelida à consideração por uma terceira tópica, a qual diz respeito a uma compulsão à repetição do negativo da história. Com base no desenvolvimento

das conceções sobre o negativo (Green: 1993/2011, 2000, 2002), concebe-se uma compulsão do negativo (Roussillon, 2012): se na primeira tópica o negativo, ou o que não pôde ser transformado em palavra mediante o processo secundário, corresponde ao inconsciente, na segunda o inconsciente corresponde ao clivado, às identificações narcísicas com a sombra do objeto e ao superego. Na terceira tópica, o inconsciente corresponderia ao atuado, ao negativo encenado.

A elaboração da compulsão do negativo permite dar cumprimento ao objetivo estipulado por Freud para a Psicanálise: o empossamento do Id pelo Ego (Freud, 1920/1996). Para Roussillon (Roussillon, 1999), este desiderato cumpre-se na Psicanálise contemporânea mediante o assenhoreamento pelo sujeito do que outrora o assujeitou. De facto, segundo este autor, a clivagem, o desmentido (recusa), bem como o desligamento representam os principais mecanismos de defesa presentes nas patologias-limite e nas mais paradigmáticas da clínica atual. No que respeita ao processo de elaboração do negativo, percorre o eixo de evolução simbólica intersubjetiva do par analítico, partindo das atuações, ao onírico, ao imagético, até ao associativo e narrativo, até encontrarem um lugar representacional adequado.

A Psicanálise atenta nos objetos e nas suas matrizes, nos fenómenos da cripta, dos organizadores internos, dos vínculos, do inconsciente ectópico, do projeto identificatório, da compulsão e da atuação, bem como no trabalho do negativo, saído do eixo transfero-contratransfereencial, podendo permitir o acesso à representação: tornar positivo o negativo, e presente o ausente (Green, 1975/1988; Urribarri, 2022).

UMA MATRIZ CULTURAL NEGATIVA DISRUPTIVA NO PAR ANALÍTICO

Para a compreensão do conceito de “matriz”, é necessário ainda retomar o conceito inaugural de “mãe meio-ambiente”, de Winnicott (1965, 1949/1975), como forma de acesso transgeracional ao agido e ao negativo.

O ambiente, a matriz na qual a experiência com o objeto ocorre (Winnicott, 1958/1983), é de tanto ou maior relevo quanto o que decorre da relação com a mãe, enquanto objeto. Deste modo, na transferência-contratransferência, o par analítico experiencia aspectos relativos a esse ambiente, a essa matriz, por vezes de difícil acesso, porque

confundido com as dinâmicas relativas ao da relação com o objeto. Referimos o efeito contextual, de matriz, na qual a experiência intra e intersubjetiva ocorrem: o pano de fundo, o chão, o palco da mente (Bollas, 1987; Grotstein, 1999; Meltzer, 1978; Ogden, 1991).

São os casos nos quais o irrepresentável da falha, da interrupção do *going on being*, se torna objeto de estudo na análise, o negativo da ausência adquire uma dimensão mais real do que o positivo da presença (Winnicott: 1949/1975, 1958/1983), e o gesto violento, quase fatal, porque suicida, irrompe enquanto expressão agida de um ambiente negativo ancestral.

O negativo transgeracional urge por entrar na cadeia simbólica do sujeito, num momento avançado da análise, numa busca desesperada por significação para o vazio existencial, há muito sentido, mas nunca significado, expressão de uma derradeira esperança de deixar de viver na falha (Ogden, 1995, 2021). Na clínica, este negativo surge amiudadas vezes em associação com a experiência do vazio, do luto e da angústia de aniquilamento, nos quadros-limite do masoquismo e da depressão grave.

Dada a condição de irrepresentabilidade do negativo, é na relação de transferência-contratransferência, mediante a emergência das atuações, que a sua entrada ocorre. A falha de inscrição na cadeia das representações associa-se ao desligamento como forma de impedir a ligação ao objeto.

É perante um sonho do analista que a violência da irrepresentabilidade irrompe. Mediante a atenção autoanalítica do analista, o sonho poder estar, numa fase inicial, relacionado com os seus organizadores grupais e com o seu passado infantil.

Porém, é da consideração desse mesmo sonho como manifestação extratransferencial, não do inconsciente do analista, mas do inconsciente ectópico do paciente, que uma nova dimensão onírica contratransferencial emerge: o aspecto neurótico do analista depara com o sofrimento não pensado no interior do objeto do paciente e coloca-se ao serviço da compreensão do par (Lewkowich, 2020; Migone, 2022).

Formula-se a hipótese de aquele sonho se relacionar ainda com um ambiente avoengo, desconhecido, encriptado e irrepresentável do paciente, e de possuir um conteúdo significativo: a eventual chave. Este movimento do par analítico condu-lo ao caminho da simbolização

progressiva do encontro do sentido: do gesto potencialmente suicida à partilha e ao estabelecimento de hipóteses compreensivas.

O processo de análise do negativo dramaticamente atuado entra na cadeia simbólica, mediante a sua forma mais primitiva: a representação sonora. A recordação de um elemento sonoro, precedente à atuação, constituiu o elemento contextual, o pano de fundo evocativo do trauma irrepresentável da família do objeto avoengo, e, bem assim, na cadeia associativa, a depressão precoce do objeto.

O elemento sonoro proporciona a partilha emocional do par analítico, constituindo não só a primeira representação do fantasma — primeira expressão da pulsão anterior à entrada na cadeia simbólica imagética (Isaacs, 1948) — como também o fator significante da emoção evocada no par, e, nesse sentido, o aspetto organizador e condutor do nascimento da narrativa (Grier, 2021).

O par depara com um luto transgeracional suspenso, uma ausência, presente no desmentido familiar intersubjetivo e no intrassubjetivo, o qual havia colocado o indivíduo fora da posse da sua estória e da possibilidade de se constituir narcisicamente empoderado do seu projeto identificatório, bem como da sua história familiar, grupal e cultural.

A elaboração do negativo conduz o par a ligações até então impossíveis para o indivíduo: o seu sofrimento de vazio, narcisismo, dificuldades relacionais íntimas e ansiedade de castração relativas ao projeto de paternidade. A sustentação do trabalho analítico permite novas coconstruções subjetivas, as quais constroem a vida do sujeito, onde antes existia a identificação com o esvaziamento demencial do objeto avoengo.

O indivíduo acede ao sofrimento do desenraizamento histórico e cultural e ao inconsciente ectópico, sintónicos quer com o luto avoengo irrealizável, quer, ainda, com o narcisismo negativo do objeto. O narcisismo e o sofrimento de vazio do sujeito articulam-se com o desligamento precoce dos laços mãe-bebé, transgeracionalmente repetidos.

UM GESTO SUICIDA: VINHETA CLÍNICA

O senhor S. fazia psicanálise três vezes por semana havia quase três anos quando teve um acidente de viação que por pouco não lhe roubou a vida. Visivelmente transtornado, relata como tudo ocorreu: viajava de regresso a casa, à noite, a ouvir música, na estrada ribatejana

secundária habitual, quando se despistou e embateu num sobreiro. O carro foi para a sucata, capô e motor destruídos.

S. havia procurado análise aos 25 anos, por um sentimento generalizado de incapacidade afetiva, impeditiva de constituir família, e um certo sentimento de vazio. Bem parecido, educado e bem-sucedido numa profissão liberal na área económica, tivera vários “casos”, como lhes chamava: relações com mulheres com as quais vivera dois, três meses, sempre em sofrimento, pois delas e de si escondia o facto de não conseguir corresponder-lhes a entrega emocional.

No último ano de análise, o senhor S. vivera, pela primeira vez, um estado afetivo intenso pela companheira, com a qual vivia há um ano, estado que o par analítico denominou de “paixão”. Inicialmente desligado, vazio e narcísico, sentia-se reconstruído e seguro. Encetava, segundo ele, “o caminho do trovador”, o qual já não o inferiorizava: não temia o ridículo, nem o desamparo emergido nos momentos mais intensos da entrega afetiva e de vulnerabilidade. Cantava para a amada a canção “dramática”, intitulada “Ne me quitte pas”, de Jacques Brel, bem como a “satírica”, “Quand on est con”, de Georges Brassens. Pretendia que fossem um fiel retrato do seu “estado de coisas”, inconscientemente ainda oscilante.

S. parecia sofrer repercussões de uma depressão precoce, associada a dificuldades alimentares nos primeiros tempos de vida: havia “rejeitado o seio”. O intenso sentimento de rejeição, projetado no encontro amoroso, houvera-o impedido de se apaixonar. O par analítico havia identificado uma bipolaridade afetiva, reencenada nas vivências narcísicas de fusão no estado de enamoramento. Sentia-se ora em risco de morte, se desamparado pelo objeto de amor, ora em negação, em desvalorização desse estado e em defesa narcísica secundária, de humor cínico, se no amor confiava. As duas canções pareciam retratar essa bipolaridade: a impossibilidade de sobreviver ao abandono amoroso, expresso na canção “Ne me quitte pas”, por um lado, e a sabedoria protetora do funcional e desdenhoso do amor falso *self*, implícita na canção “Quando on est con”.

A notícia recente da gravidez de um menino tornara-o feliz, a ele, homem ainda recentemente afastado da ideia da procriação. Os últimos meses da análise haviam sido vividos com entusiasmo pela descoberta de projeções e de revivências da sua infância, elaborações,

segundo ele, “preparatórias da paternidade”. Revisitava o seu passado, à luz da nova compreensão, e algum familiar, em parte já nosso conhecido, mas agora renovado mediante a nova percepção alcançada.

Resumidamente, os seus pais, moçambicanos, atualmente com mais de quarenta anos, haviam chegado a Portugal, aos quatro e aos seis anos, com as respetivas famílias em fuga da guerra civil, no pós-25 de Abril de 1974. A família do pai, muçulmana, era amiga da família da mãe, católica. Essa amizade havia-lhes valido uma sólida entreajuda durante os difíceis anos da reinserção no continente. O tio-avô paterno, dono de um negócio afortunado em Portugal, tomara para si as despesas da educação de S. como forma de ajuda aos jovens pais. S. nutria grande afeição e admiração por ele. Na transferência, S. havia oscilado entre sentir-me uma mãe ausente, deprimida como a sua, esgotada pela tarefa permanente de insuflar vida no humor desolado da avó, sentir-me inútil e má analista e ver-me como um tio-avô, protetor e rico. Quando, mediante a projeção, me “via” esgotada ou sombria, reencontrava, mediante a enação, a mãe ou a avó: atrasava-se para me dar tempo de “recarregar baterias” de pacientes como a avó, incuráveis, ou para me permitir pensar nele e preparar um sorriso, sempre ausente do semblante daquelas duas mulheres. Quando mais afastado da culpa de dano primitivo ao objeto, e em defesa dela, via-me como uma fonte providencial de riqueza e de apoio, um tio-avô Bibe, do qual temia separar-se ou aceitar a velhice e a finitude.

As fantasias de responsabilidade pelo estado emocional da mãe e da avó haviam-no condicionado a uma existência de “fardo às costas”, que, até há cerca de um ano, o havia impedido de se responsabilizar por um projeto familiar seu. O pai, homem trabalhador e “positivo”, perante o desligamento da esposa, havia encontrado apoio emocional na sua própria família e, pensava o paciente, desprezava secretamente a mulher e a sogra, ambas “negativas”.

Na infância, quando S. chorava e amuava, o pai e os irmãos gozavam com ele, dizendo parecer-se com a avó. Na transferência negativa, S. havia temido reencontrar em mim essas mulheres “negativas”, pelo que me havia denegrido, tal como fizera às anteriores namoradas, que haviam sofrido com a sua arrogância, frieza e superioridade.

A vergonha e a humilhação de se sentir pobre, moçambicano e negro em colégios de crianças abastadas, europeias e brancas, havia

surgido na dinâmica transfero-contratransferencial: tratava-me por “vocês”, referindo-se ao meu tom de pele branco e a uma vida supostamente feita de facilidades. A vergonha e o ódio pelos pais humildes, residentes numa habitação social exígua, o desprezo pelos dois irmãos, mais novos, todos eles, no passado infantil do paciente, dependentes da assistência social, bem como a inveja encoberta destes pelas suas atuais estabilidade afetiva e fertilidade haviam sido elaborados mediante a desvalorização na transferência negativa: no passado, aludira, com sarcasmo, à necessidade de eu redescobrir o consultório em concordância com o nível económico dos pacientes, superiores e bem estabelecidos na vida como ele.

Recentemente, S. havia tomado a iniciativa de propor a redução das sessões, alegando sentir-se melhor, e pretendia terminar a análise após o nascimento do filho. Eu havia concordado com as melhorias, mas discordado do término: revira os vividos contratransferenciais recentes, de ausência de imagens, de sentimentos e de associações, com os quais me havia familiarizado nos dois primeiros anos de análise, anos que haviam dado lugar, no último ano de análise, a uma intensa relação transfero-contratransferencial. Parecia haver algum retrocesso ou paragem no processo analítico, pois, não obstante o entusiasmo e a vivacidade vividos no amor, no projeto familiar e na relação analítica, aparentava dar indícios de perdurarem ainda algumas expressões da sua imaturidade emocional: imaginava a vida como uma sucessão de etapas a vencer, quiçá uma forma de combater o vazio e algum sem-sentido existencial, ainda presentes.

De facto, um estado de sono havia reemergido em mim, algo como uma função alfa revertida, uma tela beta em substituição da habitual *rêverie*. Pese embora se assinalarem aspectos positivos transferenciais, não temer ser ridicularizado nem rejeitado na sua expressão de sedução primitiva e edípiana, quando, por exemplo, trauteava as referidas canções de amor dedicadas à mulher, eu sentia sono quando o fazia.

Numa noite, após uma dessas sessões, havia sonhado estar dentro de um espaço cerrado de vegetação escura e ouvir um longínquo canto melancólico de mulher. Corri à sua procura, granjeei um portão e encontrei a minha mãe exangue, numa cama de ferro, numa clareira da floresta. Acordada, havia estranhado a minha associação: “seria possível, vinte anos após a sua morte, ainda perdurar no luto?

Seria uma neurose minha, uma incapacidade de fazer lutos ou o luto de uma mãe demoraria assim tanto tempo?”, interrogava-me, sem encontrar resposta satisfatória.

De volta à sessão, na qual o Sr. S. relatava o acidente, havia surgido na minha mente um canto lúgubre, sem nexo. Algo como uma hipótese plausível, consonante com o sono sentido nas sessões de canto, se desenhou: “Teria S. adormecido ao volante?” Interroguei-o.

“Não”, respondeu. “Vinha a ouvir música cabo-verdiana e o noticiário de África”, como era seu costume. A estrada estava deserta e escura e, não sabia como, perdera a noção da condução por frações de segundo. Acordara contra um sobreiro. Lembrou-se dos pensamentos desse final de dia: do trabalho, a correr bem, e de um sonho tido no fim de semana anterior, o qual se havia esquecido de me contar na segunda feira passada, entusiasmado que estivera a relatar os sentimentos surgidos aquando da visualização das imagens ecográficas do segundo trimestre.

No sonho, saía de uma habitação primitiva, fechada e sem luz, feita de canas e de folhas, e defrontava um grupo de judeus em perseguição dos beduínos do Neguev. Pensara no estado atual do mundo, no extermínio do povo palestiniano, em Gaza. Haviam emergido o rancor pelo ódio xenófobo para com as diferenças fenotípicas, bem como memórias de ser gozado e ostracizado no jardim infantil. Embora protegido pelo tio Bibe, ninguém o poupara à discriminação vivida no colégio particular: o tom de pele, a religião e os costumes diferentes não haviam sido bem-aceites pelos pares.

Parecíamos regressar a um campo conhecido do par analítico, quando me surgiu na mente o meu sonho. Tomei-o, pela primeira vez, como podendo conter um significado contratransferencial. Investiguei: “Que música estava a ouvir?” S. animou-se: “Ouvia uma morna”; e trauteou o que me sugeriu ser um lamento. Daquela vez, não senti sono. O trautear emergia de um canto obscuro da sua autenticidade, até então desconhecida do par.

Imagens irrecuperáveis surgiram-me, bem como um sentimento vivo, quente, de tristeza. S. falava: uma das notícias ouvidas antes do acidente respeitava a “recentes descobertas de jazidas do genocídio dos tutsis”. Uma longa evocação, com afeto de revolta, percorreu o par analítico. Interroguei: “Teria ficado cego de ódio durante a condução,

em identificação com aquele grupo étnico?” Assinalávamos o regresso ao passado da sua família em fuga da guerra civil. Porém, como conceber a inflexão daquela raiva, num momento tão feliz da sua vida? A culpabilidade inconsciente relativa ao *bullying* sofrido pelos pares, pelos irmãos, que o gozavam, representava ainda um poder, quiçá suficiente para exterminar um povo de irmãos e de colegas. O riso emergiu, em defesa contra a crueldade da vingança em fantasia.

Nas sessões seguintes, o senhor S. prosseguiu, animado com as notícias da gestação do filho. Surgira um episódio de desentendimento com o irmão a seguir a si: este havia-lhe dito, tal como em criança, quando S. falava de história — agora, de economia —, que “S. dizia coisas sem sentido”, tal como “a maluca da avó”. S., irritado, amuara e não falara o resto da noite.

A equivalência pejorativa conduziu o paciente ao passado familiar, ainda superficialmente conhecido da análise. Os avós paternos e a avó materna haviam sofrido de pobreza durante os anos de fuga e de reinserção no continente. Especialmente a avó materna, cujos marido, pais e outros familiares haviam soçobrado numa aldeia de cubatas perto de Tete, em 1972, num massacre. A avó, atualmente sexagenária, ficara demente pouco tempo depois de S. nascer. “Quando uma pessoa sofre assim, tem de enlouquecer. Não acha?” Ficámos em silêncio. Na contratransferência, eu parecia atingida, destruída, à beira de um novo estado de espírito, algo como um abismo. Na minha mente, o mesmo som, sem nexo, surgido aquando do relato do acidente, ecoou. Disse: “Quando os seus irmãos lhe dizem que é maluco como a avó, é como se sentisse que lhe vaticinam o mesmo destino de sofrimento... pensar em abandonar a análise parece tê-lo levado a agir um drama semelhante ao da avó que perdeu a família e enlouqueceu.”

Na segunda-feira seguinte, apareceu transtornado. Angustiado com as sessões da semana anterior, investigara, pela primeira vez, o sucedido em Tete. Nunca tivera proximidade com a avó, enquanto os seus irmãos eram por ela acarinhados. Os ciúmes relativamente a este amor haviam parecido representar partes maternas odiosas e rejeitantes projetadas sobre aquela figura; nutria ressentimento pela mãe, devotada à avó. Conversara com a mãe e soubera “coisas inimagináveis”: a avó perdera no massacre um filho, além do marido e familiares, e estava grávida da mãe. Tinha ido ao rio com outras mulheres,

abastecer-se de água, quando tudo acontecera. O bebé, que já andava, havia ficado na aldeia, com os primos de idade próxima e mais velhos. Ao voltarem, a aldeia havia perecido, queimada. Os mortos, no chão. Familiares do pai de S., habitantes de uma aldeia mais longínqua, haviam tomado conta da avó grávida e de outros familiares sobreviventes. Fora entre os amigos dos familiares do pai que a mãe de S. viria a conhecer o futuro marido. A avó emudecera durante cerca de quatro anos. Só em Portugal começara a falar, mas nunca recuperara o olhar vivo e a alegria; pouco tempo depois do nascimento da filha, perdera a razão.

Nas sessões seguintes, S. elabora o seu passado familiar e cultural, e constrói-se subjetivamente. A avó não conheceu mais nenhum homem. Trabalhou nas limpezas, e quando a filha constituíra família, ficou a residir com ela e ajudava-a a cuidar dos netos e nas tarefas da casa. A mãe havia sido criada pela família do pai, porque a avó, quando ela nasceu, não tinha leite nem era capaz de lhe pegar ao colo. Esclarecia-se a depressão do objeto e o que sempre pensara ter sido a sua rejeição da mãe. Ficávamos emocionados, em silêncio: habitados por imagens advindas da partilha empática. S. recuperava da identificação primitiva com a mãe, também ela identificada com a depressão profunda da avó: a mãe havia vivido num estado fusional com a mãe, e encontrara para a sua vida o sentido masoquista de restaurar e de cuidar do seu objeto trucidado, pela sua fantasia, e pelo genocídio, na realidade. O paciente havia-se identificado com a depressão materna e com o sem sentido existencial da avó.

O par emudecia, perante o ominoso, o silêncio da morte após o massacre, bem como, criativamente, o partilhava: o desmentido do grupo, o silêncio familiar, a cripta do luto e do ódio. Imagens mentais e afetos percorriam o par analítico numa comunhão empática. Os sons podiam agora ouvir-se no nosso interior como o início de uma metaforização introdutória da cadeia simbólica; novas imagens surgiam. O projeto identificatório primitivo, construído no ideal primitivo ao tio Bibe, integrava-se num novo ideal de paternidade, mais assimilado ao pai e à coconstrução analítica.

O estado de melancolia implícita, desconhecido do par analítico, associou-se à morna evocada na mente do paciente aquando da viagem accidentada de regresso a casa e das imagens mentais suscitadas

pelas notícias de guerra em África. O sonho da analista encontrou um sentido partilhado no par, de luto suspenso, contextual, sem história ainda conhecida. O sonho do paciente revelou conter aspectos imagéticos do passado histórico e cultural do seu povo, dele desconhecidos: a extensão do genocídio, as habitações primitivas de canas e de folhas.

A compreensão da emergência da loucura da avó, aquando do seu nascimento, bem como do seu ressentimento pelas chalaças dos irmãos, esclarecia-se: a avó não havia suportado rever o negativo da perda do seu menino primogénito, revisitada no nascimento de S., o neto primogénito. S. temia aquela sua identificação avoenga, e enlouquecer. Associou o seu desastre ao pânico encriptado de enlouquecer aquando do nascimento do seu filho. Novas perspetivas surgiram sobre os objetos e sobre a história do senhor S., a sua família e a sua comunidade originária. As reconstruções históricas e sintomatológicas demoraram ainda mais dois anos de análise.

DISCUSSÃO

O estado de sonolência da analista, antecedente ao desastre do paciente, assinalava a paralisação da sua função de *rêverie*. Só quando sonha, começa a pensar. Apercebe-se de pouco valerem as melhores sintomáticas do paciente, a relação emocional com a mulher e a paternidade, não alicerçadas num profundo renascimento: o par teria de permitir a experiência afetiva de se afundar, morrer simbolicamente, e de ressuscitar: encontrar a depressão materna e a avoenga, e o paciente contar que a analista “ne le quitterais pas”. O paciente precisava de deixar de temer o ridículo de ser “con”, por amar, a defesa erguida perante a falha dos cuidados primários e das descontinuidades traumáticas.

O sonho (contratransferencial) da analista, precedente do agir suicida, surge como uma abertura inicial à entrada da cadeia simbólica do sofrimento do paciente. O seu inconsciente albergava uma parcela do inconsciente ectópico do paciente: aquele capaz de fazer ressoar na sua experiência pessoal de vazio a dor da perda e dos lutos negativos dos objetos. A representação onírica da analista testemunhou a matriz emocional da dor encriptada do paciente, a dor para a qual este não encontrara ainda compreensão suficiente: o objeto não conseguira cuidar de si, ocupado em salvar o seu próprio objeto, esvaziado no

desespero pós-traumático. Por outro lado, a metáfora onírica representou uma nova visão sobre a incapacidade de amar do paciente e sobre a sua defesa narcísica, falso *self*: no sonho da analista, era preciso saltar o portão, a defesa por clivagem e afastamento; ir ao encontro da depressão materna, a mãe da analista no sonho, e daquela avoenga do paciente, representada no sonho pelo cântico melancólico.

Este som, vivido inicialmente pela analista com um referencial depressivo, surge na contratransferência, mais tarde, sem significado, “sem nexo”, aquando do relato do acidente do paciente. Evocativo da matriz do trauma, encriptado no sujeito, a elaboração contratransfere-
nial permite ao par a transição do afeto melancólico, representado pela depressão branca do objeto e do paciente, para a existência sem sentido, demencial, da avó.

O gesto suicida constituiu uma atuação do desespero, um pedido por significação desse estado de vazio existencial. O paciente não poderia terminar a análise num estado no qual a maior realidade psí-
quica constituiria a presença dessa ausência de sentido. O vazio repre-
sentava o negativo do trauma transgeracional: a perda de sentido existencial do objeto avoengo, após a perda do filho, do marido e dos familiares.

A aproximação da paternidade impulsiona o ato suicida: a atuação da identificação com a sombra do objeto avoengo. Receia o vaticínio dos irmãos: enlouquecer como a avó enlouqueceu quando o paciente nasceu; e teme enlouquecer com o nascimento do filho. No momento do seu gesto suicida, o paciente desconhece esse facto. Desconhece o genocídio, desconhece ter a avó perdido o primogénito no massacre; desconhece ela ter emudecido por cinco longos anos, quando a mãe era bebé, e depois ter enlouquecido, quando ele nascera.

Porém, a repetição dos laços e o trauma inscreveram-se no inconsciente do grupo familiar e são sua pertença intrassubjetiva. O gesto sui-
cida é espoletado por uma morna, evocativa de um primitivo sonoro, ao qual se associa a dor da perda, bem como pelas notícias de África, o seu continente ancestral. A temporalidade transgeracional é perdida pelo efeito da atemporalidade do trauma.

O sonho do paciente, tido na semana anterior ao agir violento, havia sido esquecido, remetido para o negativo do recalque. Assi-
nalava uma pressão inconsciente pela entrada na cadeia simbólica do

par analítico. O paciente não o evoca, a não ser quando a analista toma o seu próprio sonho como um facto analítico: o esquecido faz-se presente e o seu conteúdo, de genocídio dos beduínos do Neguev pelos judeus no seu sonho, entra na associação verbal do par.

A perseverança na elaboração permite ao par o acesso ao inconsciente exterior do sujeito e a entrada na sua própria subjetividade: o sonho não representava a história de outro povo, mas, sim, a do próprio, materno. A vergonha e os ressentimentos narcísicos ganham outra significação: defesas, em identificação com a cultura muçulmana paterna, contra a depressão irrepresentável relativa ao genocídio do povo materno.

CONCLUSÃO

Na abordagem hipercomplexa proposta, ilustrou-se a forma como o sintoma agido na clínica da contemporaneidade remete a análise para um novo campo metapsicológico, no qual se considera uma terceira tópica: além da inicial, decorrente do inconsciente do recalcado, seguida da do clivado, pondera-se a do agir, e, mais além, o inconsciente ectópico, quando considerada a interface com os fenómenos da grupalidade, da família e da comunidade na vida intrassubjetiva e intersubjetiva.

Assim, preocupamo-nos com os aspectos decorrentes dos trabalhos com o negativo, bem como com os decorrentes do projeto identificatório, da transgeracionalidade, das mensagens enigmáticas implantadas, a cripta, bem como com os dos organizadores grupais, laços perpetuados nas vivências familiares, grupais e comunitárias, nas quais os traumas coletivos se inscrevem.

Numa etapa adiantada do processo analítico, tanto o sintoma como o sofrimento psíquico encontram novo significado. Referimos uma fase na qual já se estabeleceu uma integração psíquica adiantada, bem como se firmaram os ganhos relativos à triangulação psíquica, à subjetivação, ao interesse autoanalítico e à vida relacional, em expansão.

Nesta circunstância, o gesto suicida, que nos remete para a clínica contemporânea do agir e do negativo, encontra uma nova significação, não só de cessação de uma existência condenada à vivência na falha, como também de um gesto desesperado por esperança de inscrição e de empoderamento da sua dimensão familiar, grupal, histórica e cultural.

Do ponto de vista metodológico, a nova atenção dispensada à forma como a hipercomplexidade se inscreve no par analítico, nomeadamente os agidos e os negativos transfero-contratransferenciais, excluídos da cadeia simbólica, os quais forçam a sua entrada simbólica de modo violento, são tomados como factos analíticos mutativos. O sonho contratransferencial, o qual representa o negativo da *rêverie* ausente na presença do paciente, bem como o som significativo extra-transferencial do paciente, o qual representa o negativo da presença do analista, constituem as primeiras manifestações emergentes no par, relativas àquele terceiro lugar do inconsciente.

A associação e a elaboração analíticas permitirão o acesso: ao contexto do trauma do objeto avoengo, o pano de fundo onde teve lugar o genocídio; ao contexto do objeto do sujeito, a mãe-ambiente; bem como ao empoderamento da história pessoal, familiar e comunitária.

ABSTRACT: The contemporary clinic is indebted to a hypercomplex view of the dynamics of the analytic pair. This view considers not only the demands of internal work, integration, the phantasmatic, libidinal and object developments, the inter-subjective and intrasubjective elaborations, those arising from creative co-construction present in transference-countertransference, but also the demands arising from absence, the phenomena of the negative, as well as the extension of the place of the unconscious, repressed, and projected, to the unconscious of action, family, and group.

In the proposed view, the internal matrix where intrasubjective experience occurs – the emotional and cultural environment in which the object resides within the subject – as well as the family and community inter-subjective matrix – where relationships and affective bonds are organized and perpetuated – represent the negative scenario of the object. At an advanced stage of the analytical process, the analytic couple accesses those matrices, the encrypted story, through the analysis of the negative of the transference-countertransference relationship.

The elaboration of hypercomplexity allows for the empowerment of subjectivity: personal and family stories and the historical context of the group. The illustration of this approach is illustrated through a clinical case, in which the suicidal gesture represents the positive side of the absent negative: the context of ancestral genocide.

KEYWORDS: *Genocide, Matrix, Negative, Suicide.*

REFERÊNCIAS

- Abraham, N., & Torok, M. (Coords.). (1996). *L'ecorce et le noyau*. Flammarion. (Obra original publicada em 1978)
- Aulagnier, P. (1990). *Um intérprete em busca do sentido -I*. Escuta. (Obra original publicada em 1968)
- Azevedo, M. J. M. (2020). Psicanálise virtual de crianças: Reflexões sobre o novo contexto analítico e a psicopatologia «pandémica». *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 40(2), 36-45. <https://doi.org/10.51356/rpp.402a3>
- Azevedo, M. J. M. (2024). *No divã virtual: Reflexões psicanalíticas*. Calçada das Letras.
- Baranger, M., & Baranger, W. (1961-1962). La situación analítica como campo dinámico. *Revista Uruguaya de Psicoanálisis*, 4(2), 217-229.
- Bion, W. (1961). *Experiences in groups*. Tavistock Publications.
- Bion, W. (1991). Uma teoria do pensar. In E. B. Spillius (Ed.), *Melanie Klein Hoje: Desenvolvimentos da teoria e da técnica* (Vol. 1, pp. 185-193) [Trad. B. H. Mandelbaum, Coord. E. M. da Rocha Barros, Dir. J. Salomão]. Imago. (Obra original publicada em 1961)
- Bollas, C. (1987). *The shadow of the object: Psychoanalysis of the unthought known*. Columbia University Press.
- Brusset, B. (2005). *Psychanalyse: Questions pour demain*. PUF. (Obra original publicada em 1989)
- Brusset, B. (2005). Métapsychologie des liens et “troisième tópique”? *Bulletin de la SPP*, 78, 19-88.
- Coderch, J. (2001). *La relación paciente-terapeuta : El campo del psicoanálisis y la psicoterapia psicoanalítica*. Paidós.
- Correa, O. B. R. (2003). Transmissão psíquica entre as gerações. *Psicologia USP*, 14(3), 35-45. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642003000300004>
- Dejours, C. (2008). Psychosomatique et troisième topique. *Le Carnet PSY*, 126, 38-40. <https://doi.org/10.3917/lcp.126.0038>
- Fairbairn, W. R. (1994). *Psychoanalytic studies of the personality*. Taylor & Francis Ltd. (Obra original publicada em 1952)
- Freud, S. (1955). Group psychology and the analysis of the ego. In J. Strachey (Ed. e Trad.), *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud* (Vol. 18, pp. 65–143). Hogarth Press. (Obra original publicada em 1921)
- Freud, S. (1996). A interpretação dos sonhos (M. A. Rego, Trad.). In J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 5, pp. 371-700). Imago. (Obra original publicada em 1900)

- Freud, S. (1996). Totem e tabu. (M. A. Rego, Trad.). In J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 13, pp. 21-162). Imago. (Obra original publicada em 1913)
- Freud, S. (1996). Luto e melancolia (M. A. Rego, Trad.). In J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 14, pp. 249-263). Imago. (Obra original publicada em 1917)
- Freud, S. (1996). Além do princípio do prazer (M. A. Rego, Trad.). In J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 18, pp. 17-75). Imago. (Obra original publicada em 1920)
- Freud, S. (1996). O Ego e o Id (M. A. Rego, Trad.). In J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 19, pp. 27-71). Imago. (Obra original publicada em 1923)
- Freud, S. (1996). Inibições, sintomas e ansiedade (M. A. Rego, Trad.). In J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 20, pp. 91-167). Imago. (Obra original publicada em 1926)
- Freud, S. (1996). O mal-estar na civilização (M. A. Rego, Trad.). In J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 21, pp. 73-148). Imago. (Obra original publicada em 1930)
- Freud, S. (1996). Moisés e o monoteísmo: três ensaios (M. A. Rego, Trad.). In J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 23, pp. 19-150). Imago. (Obra original publicada em 1939)
- Green, A. (1988). *A loucura pessoal*. Imago. (Obra original publicada em 1975)
- Green, A. (2000). A mente primordial e o trabalho do negativo. *Livro anual de psicanálise* (Tomo 14, pp. 133-148).
- Green, A. (2002). *Orientações para uma psicanálise contemporânea*. Escuta.
- Green, A. (2011). *Le travail du négatif*. Minuit. (Obra original publicada em 1993)
- Grier, F. (2021). The music of the drives, and the music of perversion: Reflections on a dream of jealous theft. *The International Journal of Psychoanalysis*, 102(3), 448-463. <https://doi.org/10.1080/00207578.2020.1848392>
- Grotstein, J. (1999). *O buraco negro*. Climepsi.
- Isaacs, S. (1948). The nature and function of phantasy. *International Journal of Psychoanalysis*, 29, 73-97.

- Kaës, R. (2004). *Le groupe et le sujet du groupe*. Dunod. (Obra original publicada em 1993)
- Kaës, R. (2015). *L'extension de la psychanalyse: pour une métapsychologie de troisième type*. Dunod.
- Klein, M. (1997). *A psicanálise de crianças* (L. P. Chaves Trad.) Imago. (Obra original publicada em 1932)
- Klein, M. (1991). Notas sobre alguns mecanismos esquizoides (L. P. Chaves Trad.). In *Obras Completas de Melanie Klein* (Vol. 3, 2.º ed., pp. 17-43). Imago. (Obra original publicada em 1975)
- Laplanche, J. (2009). *Nouveaux fondements pour la psychanalyse. La séduction originaire*. PUF. (Obra original publicada em 1987)
- Lewkowich, D. (2020) Intergenerational irruptions in Olivier Schrauwen's *Arsène Schrauwen. International Forum of Psychoanalysis*, 30(2), 108-126. <https://doi.org/10.1080/0803706X.2020.1817979>
- Meltzer, D. (1978). *The kleinian development*. The Clunie Press/The Roland Harris Trust.
- Migone, P. (2022) A remembrance of Paul Lippmann. *Contemporary Psychoanalysis*, 58, 125-127. <https://doi.org/10.1080/00107530.2022.2094154>
- Mitchell, S. A. (1981). The origin and nature of the “object” in the theories of Klein and Fairbairn. *Contemporary Psychoanalysis*, 17(3), 374-398. <https://doi.org/10.1080/00107530.1981.10745670>
- Mitchell, S. A. (1988). The intrapsychic and the interpersonal: Different theories, different domains, or historical artifacts?. *Psychoanalytic Inquiry* 8(4), 472-496. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1080/07351698809533738>
- Morin, E. (2005). *Introduction à la pensée complexe* (5.ª ed.). Seuil.
- Ogden, T. H. (1991). Analysing the matrix of transference. *The International Journal of Psychoanalysis*, 72(4), 593-605.
- Ogden, T. H. (1994). The analytic third. Working with intersubjective clinical facts. *The International Journal of Psychoanalysis*, 75(1), 3-19.
- Ogden, T. H. (1995). Analysing forms of aliveness and deadness of the transference-countertransference. *The International Journal of Psychoanalysis*, 76(4), 695-709.
- Ogden, T. H. (2002) A new reading of the origins of object-relations theory. *The International Journal of Psychoanalysis*, 83(4), 767-782.
- Ogden, T. H. (2021). What alive means: On Winnicott’s “transitional objects and transitional phenomena”. *The International Journal of Psychoanalysis*, 102(5), 837-856. <https://doi.org/10.1080/00207578.2021.1935265>

- Laznik, M.-C. (2025, 20 de abril). *Entrevista a Marie-Christine Laznik* [canal YouTube]. SBPSP – Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. <https://www.youtube.com/watch?v=kCaLsje9ak>
- Raggio, E. G. (1989). Sobre la escisión del yo: Reflexiones sobre una tercera tópica freudiana. *Revista de Psicoanálisis*, 46(23), 348-359.
- Roussillon, R. (1999). *Agonie, clivage et symbolisation*. PUF.
- Roussillon, R. (2012). *Manuel de pratique clinique*. Elsevier Masson.
- Pichon-Rivière, E. (1982). *O processo grupal*. Martins Fontes. (Obra original publicada em 1965)
- Symington, N., & Symington, J. (2014). *O pensamento clínico de Wilfred Bion*. Climepsi.
- Urribarri, F. (2022). *Por que Green?*. Zagodoni.
- Varvin, S., & Volkman, V. (Eds.). (2018). *Violence or dialogue? Psychoanalytic insights on terror and terrorism*. Routledge.
- Winnicott, D. W. (1975). *Through Paediatrics to Psycho-Analysis*. Basic Books. (Obra original publicada em 1949)
- Winnicott, D. W. (1983). *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Artes Médicas. (Obra original publicada em 1958)
- Winnicott, D. W. (1965). *The maturational processes and the facilitating environment*. International Universities Press.
- Winnicott, D. W. (1967). The location of cultural experience. *The International Journal of Psychoanalysis*, 48(3), 368-372.
- Winnicott, D. W. (1971). *Playing and reality*. Routledge.
- Zukerfeld, R. (1999). Psicoanálisis actual, tercera tópica, vulnerabilidad y contexto social. *Aperturas Psicoanalíticas*, 2. <https://aperturas.org/articulo.php?articulo=0000090&a=Psicoanalisis-actual-tercera-topica-vulnerabilidad-y-contexto-social>

MOMENTOS DE NÃO SER: ECOS NA ESCUTA ANALÍTICA¹

*Maria Cristina Farias Ferreira*²

<https://doi.org/10.51356/rpp.452a3>

RESUMO: Este artigo nasce do convite feito aos membros da Sociedade Portuguesa de Psicanálise por ocasião de seus 50 anos, com o propósito de recordar o passado, pensar no presente e sonhar o futuro. A partir do apreço declarado de Freud pela literatura — traço fundador da própria Psicanálise —, retoma-se a interlocução entre os dois campos, com o apoio de autores contemporâneos que legitimam esse diálogo. Nesse percurso, a autora detém-se nas particularidades da escrita de Virginia Woolf, cuja reflexão memorialística e estilística adquire relevo central. Seus momentos de ser e de não ser oferecem imagens potentes de presença e suspensão subjetiva. A partir desses conceitos literários e existenciais, no texto é interrogado o trabalho analítico diante de pacientes que, por efeito de traumas precoces — incluindo, por vezes, o abuso sexual —, vivem estados de apagamento psíquico e ausência de si. Com base nas contribuições de sonhar de Bion, da impossibilidade de sonhar de Ogden, da escuta de casos difíceis de Fernanda Alexandre e do silêncio de Vidigal, entre outros, propõe-se uma clínica da sustentação, voltada para formas primitivas de existência. Três vinhetas clínicas ilustram essa escuta que sustenta e faz (re)nascer vida e sentidos.

PALAVRAS-CHAVE: escuta analítica; momentos de não ser; sonhar; trauma; Virginia Woolf.

¹ Artigo submetido em julho de 2025 e aceite para publicação em outubro de 2025.

² Psicóloga Clínica e Psicanalista. Membro Associado da Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP) e da Associação Psicanalítica Internacional (IPA).

E-mail: c.fariasferreira@gmail.com

A celebração dos 50 anos da Sociedade Portuguesa de Psicanálise propõe um tríplice gesto: recordar o passado, pensar o presente e sonhar um futuro.

Neste convite, a Psicanálise é chamada não apenas a repetir as suas origens, mas a transformá-las, e, quem sabe, a reencontrar-se com aquilo que, desde Freud, lhe foi essencial: o compromisso com a verdade do seu drama interno e com o alívio possível do sofrimento psíquico.

Um compromisso que vem sendo renovado na sustentação de uma escuta sensível atenta ao que ainda não pôde ser simbolizado: sem palavras, sem forma, sem sonho. Uma escuta que exige do analista uma forma singular de presença para que algo da dor sentida se torne comunicável, pensável e, portanto, transformável.

Literatura e Psicanálise partilham uma escuta atenta ao que se oculta nas dobras da linguagem. Ambas se ocupam da complexidade da experiência humana, daquilo que se diz, do que escapa e do que, por vezes, só aos poucos encontra forma. Em certos momentos, a literatura oferece imagens que não apenas evocam, mas fazem ressoar o vivido, abrindo vias para acompanhar aquilo que, na clínica, se apresenta ainda informe. É nesse horizonte que se desenha a interlocução proposta por este trabalho.

Entre as muitas vozes literárias que se aproximam da escuta psicanalítica, destaca-se a escrita de Virginia Woolf. Ao nomear, em *Um esboço do passado*, os momentos de ser e os momentos de não ser, Woolf (1976/2022) nomeia dois modos de estar no mundo: um em que o sujeito se percebe intensamente presente, atravessado por um sentido súbito da realidade, e outro em que a existência se escoa em gestos automáticos, quase sem registo de si. Essa nomeação, nascida de uma sensibilidade radical ao tempo e à experiência, numa imagem densa mostra-se capaz de ressoar com certos estados subjetivos encontrados na clínica e de ampliar a escuta do que se vive nos limites da simbolização.

Para que o diálogo entre literatura e Psicanálise se sustente, é preciso também um modo específico de lidar com a herança teórica. Como propõe Urribarri (2012), a transmissão do legado freudiano exige um gesto crítico, histórico e pluralista. Em sua leitura, a crise da Psicanálise pós-freudiana decorre, em parte, da dificuldade de preservar

o núcleo criativo do pensamento de Freud assim como a vivência de um luto interminável pela morte do pai fundador — como já apontara André Green (citado por Urribarri, 2012). Daí a necessidade de escutar o legado não como doutrina, mas como provocação: uma escuta que permita à herança transformar-se, ao ser relida no presente.

Nesse mesmo espírito, Pellanda e Pellanda (1996) argumentam que a Psicanálise, como saber vivo, exige deslocamentos constantes. Pensar o campo psicanalítico é reconhecer a sua abertura constitutiva ao novo e à multiplicidade. Os autores evocam Freud — que sugeriu fechar os olhos para ver melhor — e Bion — que propôs procurar novos vértices para indicar que a Psicanálise não pode ser contida em sistemas fixos de pensamento. Retomando a leitura que Muniz Rezende (1995) fez da obra *Atenção e Interpretação* de Bion, recordam a advertência de que a teoria psicanalítica pode não ser, ela mesma, continente suficiente para conter a Psicanálise.

Em entrevista, ao ser indagado sobre seus precursores psicanalíticos, Ogden (2016) afirma: “Acredito que eu e todos os outros leitores criamos nossos próprios precursores naquilo que nós mesmos encontramos, ou, talvez, criamos — na escrita de nossos antepassados. [...] Ao escrever sobre o trabalho desses autores, tenho, de um lado, reescrito seu trabalho de uma maneira que é minha, e, por outro lado, eles têm me reescrito através da sua influência sobre mim” (p. 436). A leitura, aqui, não é aplicação de uma teoria, mas um encontro que transforma leitor e texto. É esse gesto que inspira uma herança freudiana viva, feita de reinvenções conceituais e escuta clínica sustentada.

Rezende e Gerber (2001) propõem uma psicanálise atravessada por afetos, imagens e estética, implicada naquilo que chamam de razão encarnada. Contra a busca por certezas, destacam a importância de sustentar a incerteza viva própria da experiência clínica. Evocando Prigogine, lembram que a sua esperança era a de que as gerações futuras aprendessem a viver com espanto e ambiguidade. Interjeições como o “HÁ!”, o “OH!” e o “OM!” (p. 26) exprimem, respetivamente, espanto, admiração e implicação. Em minha leitura, essas interjeições poderiam também sustentar a escuta analítica: uma escuta que se mantenha aberta ao enigma, à surpresa e ao que escapa à nomeação imediata.

Num tempo em que a leitura e a escrita se democratizaram — avanço incontestável —, cresce também o risco de que se tornem práticas apressadas, voltadas mais para o consumo do que para a criação. Nesse cenário, tanto a literatura quanto a Psicanálise resistem: exigem tempo, silêncio e elaboração, recusando respostas prontas. Ambas sustentam um trabalho paciente de escuta e de linguagem, comprometido com a singularidade da experiência.

LITERATURA COMO INTERLOCUTORA: UM RETORNO A FREUD

Freud (1907/1976) reconhecia que os escritores criativos “costumam conhecer toda uma vasta gama de coisas entre o céu e a terra com as quais nossa filosofia ainda não nos deixou sonhar” (p. 20). Essa observação permite vislumbrar o escritor como alguém que, por meio da linguagem literária, entra em contato com dimensões inconscientes da experiência psíquica. Sua criação não se limita ao campo estético, podendo ressoar no campo analítico como um eco do que ainda não foi simbolizado, abrindo espaço para outras formas de saber sobre o sujeito.

Como corrobora Azevedo (2019), a literatura sempre acompanhou a Psicanálise, não apenas como fonte de inspiração, mas como forma epistemológica e clínica de pensar o humano. A autora destaca, nesse percurso, a dupla identidade de Freud — científica e literária —, sustentada por indícios como o título inicial de *O Homem Moisés*, descrito como um romance histórico (Santos, 2017, citado por Azevedo, 2019). Já em texto posterior, Santos (2021), retomando Bloom, observa que, mesmo que a Psicanálise deixasse de existir, Freud sobreviveria como escritor.

Como analisa Rouanet (1996), a relação de Freud com os escritores, presentes de modo recorrente em seus textos, organiza-se em três registos distintos. No registo hermenêutico, a obra literária é interpretada como um sonho ou fantasia, revelando desejos inconscientes e vivências infantis. No registo clínico, a literatura aparece como material associativo, emergindo nos sonhos, chistes e relatos dos pacientes. No registo legitimatório, o escritor deixa de ser apenas objeto de estudo e torna-se colaborador do analista, legitimando, por antecipação, algumas de suas intuições mais audaciosas.

Essa presença do escritor como parceiro da escuta é também destacada por Santos (2017), ao citar Pontalis: “Freud fez entrar no campo do saber científico a figura do Dichter, o poeta, e reconhece na Dichtung um acesso privilegiado à verdade psíquica” (p. 64).

LEITURA E ESCUTA: ECOS DE UMA INTERLOCUÇÃO

Como refere Pereira (1986), no ensaio “Poesia e Psicanálise – Diálogo interminável”, partindo da analogia entre teoria literária e poema (em verso ou prosa) e entre metapsicologia e cura psicanalítica, a análise estrutural de um poema não gera nova criação, assim como a teoria psicanalítica não determina o sentido final de um sonho ou de uma cura. “Há no poema, como no sonho, um umbigo”, escreve o autor, retomando Freud: um ponto de opacidade onde ambos comunicam com o desconhecido — um desconhecido que “é por excesso de ser e não por defeito de saber” (p. 57).

Evocando Bakhtin, Pereira afirma que “perderemos algo de essencial na obra de literatura se a considerarmos apenas um somatório de determinações objetivas. Pelo contrário, para nos aventurarmos no confronto com seu sentido, é preciso tomá-la não como uma coisa ou objeto, mas como uma voz, e uma voz não se explica, deduz ou pode fixar de antemão, embora nos convide a aprofundá-la indefinidamente” (p. 58). A analogia com o sonho reaparece, já que a interpretação é sempre inacabada, pois o objeto da Psicanálise é um sujeito que “não coincide nunca por completo consigo próprio” (p. 58).

O autor acrescenta que, para realmente ouvir um poema, é necessário sair de si e reentrar num espaço intermediário ou potencial — conceito de Winnicott aplicado à interface entre literatura e Psicanálise. Nesse espaço, o poema reinscreve a experiência, transforma tanto quanto revela, criando novo sentido para o que já estava ali — língua, memória, paisagem. Assim como a Psicanálise, que não apenas rememora, mas cria, a escrita poética descongela o que parecia fixado, reinscrevendo o vivido como acontecimento em aberto (Pereira, 1986).

É nesse horizonte, onde escuta, criação e reinvenção se entrelaçam, que a escrita de Virginia Woolf encontra lugar privilegiado.

ENTRE PRESENÇA E APAGAMENTO: OS MOMENTOS DE VIRGINIA WOOLF

Como começar a falar de Virginia Woolf? A pergunta não é só minha, é também do biógrafo. Em sua vasta biografia, Lee (1997) observa que toda tentativa de narrar sua vida esbarra em escolhas difíceis: falar da escritora ou da mulher? Da insana ou da autora genial? Da filha, da esposa, da editora, da crítica literária? Woolf, como ela própria intuiu, não cabe em narrativas lineares. Preferiu costurar sua vida como quem tateia um padrão por entre ruídos e fragmentos. E talvez seja por isso que sua escrita ainda nos atinge com tamanha intensidade. Não é apenas a obra que nos convoca, mas a maneira como nela pulsa uma interrogação sobre o próprio viver. É nesse ponto entre a memória e o espanto, entre o que se diz e o que resiste à nomeação, que escolho me aproximar de Virginia Woolf: não pela completude de um retrato, mas pelo traço que reverbera.

Virginia Woolf figura entre as escritoras britânicas mais marcantes do século XX. Desde muito jovem, esteve cercada por figuras influentes da cena literária e artística londrina, tornando-se integrante do Bloomsbury Group. Ao lado de Leonard Woolf, seu companheiro de vida, fundou em 1917 a Hogarth Press — editora que publicou seus próprios livros, assim como obras de autores como T. S. Eliot, Katherine Mansfield e Freud. Essa iniciativa editorial garantiu-lhe liberdade formal e temática, decisiva para a construção de uma escrita profundamente inovadora e intimamente ligada à experiência subjetiva.

A peça *Quem tem medo de Virginia Woolf?* surgida anos após sua morte, não trata diretamente de sua vida ou de sua obra, mas revela de forma bastante expressiva a força simbólica de seu nome, associado ao mergulho na interioridade, à inquietação subjetiva e à queda das aparências, marcas profundas de sua escrita.

Profundamente influenciada por William James, Virginia Woolf incorporou à sua escrita a noção de *stream of consciousness*, desenvolvida pelo autor em *The Principles of Psychology* (1890/1931). James propôs uma psicologia do pensamento em fluxo, contínuo e transformador, ideia que se tornou central na técnica literária que Woolf levaria ao mais alto grau de elaboração literária.

Essa técnica emprega recursos estilísticos que se aproximam de elementos fundamentais da Psicanálise. Como observa De Clerck (2015),

o fluxo associativo dissolve qualquer hierarquia prévia entre conteúdos “importantes” ou “sem importância”, “significativos” ou “insignificantes”, “racionais” ou “irracionais”, tal como na associação livre e na atenção flutuante. A memória torna-se eixo central da narrativa, e as leis de continuidade de tempo e espaço são suspensas em favor de transições fluidas. A sintaxe é flexibilizada, permitindo mudanças bruscas de tema e simultaneidade de ideias.

Nesta linha, Woolf propõe em “Modern Fiction” (1925) uma escrita que capture os movimentos da mente num dia qualquer — impressões triviais, fugidas ou cortantes como aço — em vez de obedecer aos moldes do enredo clássico. O que está em jogo não é a reconstituição factual de uma história, mas a escuta das camadas subtils da experiência subjetiva.

Ao começar a escrever *Um esboço do passado*, Virginia Woolf (1976/2022) observa que as biografias tradicionais costumam relatar apenas os acontecimentos, deixando de fora a pessoa a quem eles aconteceram. Sua proposta é outra: captar experiências subjetivas, colocando lado a lado a “eu de agora” e a “eu de antes”, numa escrita que reconhece que o presente transforma a forma como o passado pode ser acessado. “O que escrevo hoje não escreverei daqui a um ano” (p. 31). O que a move, afirma, é a tentativa de compreender os choques que interromperam a continuidade da vida — experiências súbitas e intensas, que contrastam com o “algodão da vida” e revelam algo essencial: “imagino que a capacidade de receber choques é o que me faz escrever. Arrisco a explicação de que o choque, no meu caso, vem imediatamente acompanhado pelo desejo de explicá-lo. [...] é ou se tornará uma revelação de alguma espécie; é um símbolo de algo real por detrás das aparências; e eu o torno real ao expressá-lo em palavras. Somente quando o expresso em palavras é que o transformo em algo inteiro; essa sua inteireza significa que ele perdeu o poder de machucar; e sinto, talvez porque ao fazer isso eu extraia a dor, um enorme prazer em unir as partes desconectadas” (pp. 26-27). A esses instantes Woolf chama de momentos de ser, momentos de presença vívida, em que se rasga o véu opaco do cotidiano e emerge um sentido latente. Já os momentos de não ser designam os períodos de monotonia, ausência de consciência ou esvaziamento subjetivo. A escrita torna-se, assim, um modo de transformar os choques em inteireza simbólica.

Woolf, no livro atrás referido, recorda três episódios da infância que permanecem como marcas vivas de seus momentos de ser. O primeiro ocorreu numa zanga no jardim com seu irmão Toby: prestes a golpeá-lo, foi invadida por uma interrogação sobre a razão de se magoar alguém. Abaixou a mão instantaneamente e ficou ali, imóvel, deixando que ele lhe batesse. Lembra-se da sensação: uma tristeza desesperançada, como se tivesse tomado consciência de algo terrível e da própria impotência. Em seguida, afastou-se sozinha, tomada por uma profunda tristeza.

O segundo episódio também aconteceu no jardim. Diante de um canteiro de flores, teve uma intuição repentina de totalidade: a flor fazia parte da terra, e algo maior englobava ambas como uma só coisa — “isto é a totalidade” (Woolf, 1976/2022, p. 25), escreve. Esse pensamento foi guardado, pressentido como algo que poderia ser útil mais tarde. O terceiro episódio remonta a uma noite em St. Ives, quando ouviu o pai dizer que um conhecido da família havia se suicidado. Logo depois, caminhando pelo jardim, teve a impressão de que a macieira, sob a luz do luar, estava de algum modo relacionada com o horror do suicídio. Sentiu-se paralisada, como se fosse arrastada por um poço de desespero absoluto.

Dois desses momentos terminaram em estados de desespero; apenas o segundo, da flor, culminou numa experiência de satisfação e descoberta. Para Woolf, a diferença estaria no fato de que, no caso da flor, foi possível encontrar um sentido e lidar com a sensação. Era mais velha, talvez, e pôde pressentir que um dia conseguiria explicá-la. É nesse gesto de transformar choque em forma simbólica que sua escrita encontra um caminho. A consciência não é plena no momento do impacto, mas na posterioridade que o torna dizível.

Ao acessar camadas mais recuadas da memória, Woolf reencontra lembranças marcadas por uma vergonha profunda ligada à experiência do corpo. Relata, por exemplo, que ao se olhar ao espelho durante a infância, foi tomada por um sentimento inexplicável de vergonha — sensação que persistiria por toda a vida. Em seguida, recorda um episódio em que seu meio-irmão, ainda quando ela era criança, introduziu a mão por baixo de suas roupas, desceu firme e continuamente, enquanto ela desejava que ele parasse. Posteriormente, menciona uma lembrança incerta, talvez um sonho, em que se vê novamente diante

do espelho e o rosto de um animal horrendo surge repentinamente sobre seu ombro. Essas experiências, de natureza traumática, não são descritas em tom confessional, mas surgem como fragmentos que marcam sua maneira de ser e de estar no mundo.

Como observa Mesquita (2022), nesse percurso memorialista, Woolf revisita figuras decisivas de sua formação — o pai severo, por vezes brutal em suas exigências; o irmão Toby, cuja morte precoce deixou marcas indeléveis; e o gesto abusivo do meio-irmão Gerald há pouco descrito. Essas experiências, ainda que não inteiramente simbolizadas, tornaram-se matéria de criação.

ESCRITA E COLAPSO SUBJETIVO

A escrita de Virginia Woolf estende-se também às experiências de colapso, dor e diluição do sentir. No ensaio *Sobre estar doente*, a autora denuncia o silêncio da literatura diante da enfermidade, apesar de sua presença universal e transformadora. A doença, para Woolf (1926/2021), não é apenas uma condição física, mas uma travessia psíquica — um mergulho nos “ermos e desertos da alma que um brando ataque de gripe revela, os precipícios e prados salpicados de flores coloridas que a mais leve das febres deixa à mostra” (p. 19).

Na enfermidade, antigas certezas são arrancadas, o corpo impõe seu ritmo, e a linguagem comum revela sua insuficiência. “O inglês, capaz de expressar os pensamentos de Hamlet e a tragédia de Lear, não tem palavras para o calafrio e a dor de cabeça” (Woolf, 1926/2021, p. 24). Apenas a linguagem poética — com seu ritmo, suas pausas e sonoridades — parece apta a tocar essa dimensão indizível. As palavras, nesse estado, adquirem uma qualidade sensorial e mística: “soltam seu aroma e destilam seu sabor” (p. 50). A poesia, com sua incompREENsibilidade legítima, oferece ao corpo adoecido uma via de acesso ao real, fragmentária, íntima e intensamente viva.

Como observa seu sobrinho e biógrafo Quentin Bell (1971/2022), desde os treze anos que Virginia Woolf viveu com a sensação de ter “uma espada de Dâmocles sobre a cabeça” (cap. 3), imagem que traduz a ameaça constante que a acompanhou. Em certos momentos, escreve Bell, ela parecia transformada em estátua de sal e essa rigidez se deixa entrever, por vezes, na falta de vitalidade dos textos.

Segundo De Clerck (2015), Woolf teria percebido na interpretação freudiana um princípio paternalista, próximo do autoritarismo do pai, que ela tanto criticava. Ainda que fascinada pela fluidez narrativa dos relatos clínicos — sobretudo pela multiplicidade do “como” —, via na interpretação do “porquê” um gesto intrusivo, que poderia aprisionar o processo criativo. Ainda segundo De Clerck, essa recusa da autoridade interpretativa não se acompanhava, no entanto, da presença de um verdadeiro *containment* no sentido kleiniano — uma função capaz de proteger o eu contra a dissociação.

De Clerck argumenta que o mundo interno de Woolf, marcado por traumas precoces, era habitado por angústias ligadas à perda dos limites do eu e pelo medo de perder novamente o contacto com a realidade.

UM MUNDO SEM CORAÇÃO

Ao lado dos choques que despertam a consciência e dos momentos de ser que oferecem brechas de inteireza, Woolf reconhece em si mesma uma atração por um mundo vago e onírico, sem amor, sem coração, sem paixão ou sexualidade. Em carta à prima, Magde Vaughan (Woolf, 1906/1975), admite saber que essa é uma visão limitada e desprovida de vida, e, ainda assim, é justamente esse mundo que a fascina. Não se trata de uma escolha deliberada, mas de uma forma de organização subjetiva que evita o contato direto com o desejo, o corpo e o outro. A frieza emocional, a escrita do como em detrimento do porquê, a recusa à compaixão constante — tudo isso aponta para uma posição defensiva, elaborada com precisão estética, pela via da escrita, como forma de sobrevivência.

De Clerck sugere que o temor de enfrentar as descobertas psicanalíticas poderia ter levado Woolf a abandonar sua construção literária múltipla. Evitar o porquê era talvez o preço para não sucumbir. Sua escrita não deriva de uma ausência de sofrimento, mas da necessidade de contê-lo, de o minorar e de o transformar. Ainda assim, a obra não é testemunho de uma derrota subjetiva: é precisamente o campo onde Woolf resistiu à dissolução enquanto pôde.

SOBRE A IDENTIDADE

Segundo Grinberg e Grinberg (1976), o sentimento de identidade advém da inter-relação entre três vínculos de integração — espacial, temporal e social. As perturbações desse sentimento refletem

situações nas quais, por diferentes razões e de diferentes maneiras, se manifestam fenômenos de desintegração desses vínculos. Os autores consideram que o “sentimento de identidade é experienciado pelo sujeito enquanto resultado do processo de separação-individuação, base do sentimento de unicidade (ser uno e único) e de sentir-se o mesmo através do tempo” (p. 39).

Na perspectiva dos autores, essas perturbações atravessam toda a Psicopatologia, e no caso de personalidades esquizóides, por exemplo, observa-se uma dissociação entre pensamento e emoção, corpo e mente, sujeito e objeto, numa dinâmica acompanhada de retraimento afetivo, desvalorização do objeto e um sentimento predominante de futilidade. O mundo aparece como opaco, sem sentido, e a presença subjetiva reduz-se à observação não participante.

A posição subjetiva de Virginia Woolf parece ressoar com esse funcionamento. Sua atração por um mundo desvitalizado, em que fosse possível viver sem amor, sem desejo e sem implicação emocional, não revela uma escolha livre, mas uma estratégia de proteção psíquica. Reconhecendo a pobreza dessa posição, ainda assim era nela que conseguia viver.

Algumas leituras contemporâneas têm procurado ampliar o campo de reflexão sobre a identidade. A recensão de Vila-Real (2018) à obra de Orlando von Döllinger (*Corpo e Identidade*) destaca a existência de incoerências identitárias e a importância clínica da bissexualidade psíquica. Esses elementos vêm sendo retomados em interpretações recentes da escrita de Virginia Woolf, sugerindo, em certas leituras, a emergência de uma posição subjetiva que escapa à lógica binária dos gêneros.

Deste modo, em contraponto à conceção de identidade integrada e contínua tal como formulada por Grinberg e Grinberg (1976), a escrita de Virginia Woolf, na leitura de Mendes (2016), aponta para outra via: a da fluidez, da composição em fluxo, da identidade como gesto narrativo. No centro de seu ensaio, Mendes recoloca uma interrogação essencial: unidade ou fragmento? Ao invés de tomar essa disjunção como dilema, propõe pensá-la como tensão constitutiva da escrita memorialística de Woolf, que busca sustentar o eu onde ele parecia dissolver-se, não para restabelecer um centro fixo, mas para criar uma continuidade sensível, atravessada por vazios, margens e experiências fugidias do eu.

Assim, no meu entender, os momentos de não ser descritos por Virginia Woolf revelam falhas na arquitetura identitária; momentos em que, por colapso de um ou mais vínculos de integração, o sentimento de identidade se fragiliza. Em casos extremos, essa fragilidade pode dar lugar a formas de subjetivação empobrecidas, fragmentadas ou mesmo delirantes, que desafiam tanto a simbolização quanto a escuta.

TRAUMA E FALÊNCIA DA SIMBOLIZAÇÃO

“Acredito que as emoções intensas devem deixar o seu rastro; e é somente uma questão de descobrir como podemos nos ligar novamente a elas, para podermos viver nossa vida a partir do início” (Woolf, 1976/2022, pp. 19-20). A frase de Virginia, escrita em *Um esboço do passado*, antecipa uma das questões mais delicadas da clínica contemporânea: a do trauma psíquico e da possibilidade — ou não — de reinscrever experiências que ameaçaram romper o fio da vida subjetiva.

Tal como observam Almeida-Prado e Féres-Carneiro (2005), os efeitos do trauma dependem da constituição do sujeito, da resposta do meio e da possibilidade de simbolização. Quando estas condições falham, instalam-se “zonas psíquicas mortas”, formulação que as autoras retomam de Bokanowski, em que a experiência não é lembrada, nem representada, nem sonhada. Sublinha-se ainda que o analista deve ter em mente que não se trata apenas de uma situação neurótica ou fantasiosa, mas, por vezes, de uma situação perversa, na qual a criança, em estado de dependência, é desmentida e tratada como objeto “utensilitário” (p. 31).

Cantis-Carlino (2005), ao estudar traumas como a violação, descreve o colapso subjetivo e a dissolução do eu. Com base em Baranger, enfatiza que o terror desencadeia uma sobrecarga psíquica que reativa o desamparo primordial e interrompe precocemente a simbolização. A imagem do vampirismo — o violador que se nutre da libido da vítima e inocula nela conteúdos persecutórios e degradados — condensa a apropriação violenta da infância e da feminilidade, despojando o sujeito de vontade e de condição de sujeito.

De modo convergente, Fuks (2006) descreve o abuso sexual como uma catástrofe que afeta o núcleo da identidade e do corpo, comprometendo o processo de subjetivação e bloqueando a inscrição psíquica

da experiência. As consequências incluem desamparo, vergonha, culpa e um sentimento de eu danificado, que torna o trabalho clínico especialmente exigente. Criar condições para que algo possa ser simbolizado é sustentar, por longo tempo, um espaço onde o indizível possa lentamente ganhar forma. Como observa Cruz (2025), retomando Théry, essa dificuldade não se limita ao trauma individual: a crise do simbólico atravessa também a organização familiar contemporânea.

COMO ACOMPANHAR ALGUÉM QUE NÃO SE SENTE VIVO?

Depois do trauma, pode-se colocar uma questão crucial: como acompanhar alguém que não se sente vivo, que vive a sensação de não existir, a quem parece faltar algo para ser “pessoa” ou que se percebe, como diria uma paciente, como uma “natureza morta”? A escuta analítica, nesses casos, não se apoia numa técnica pré-estabelecida, mas numa disposição a criar, com cada paciente, uma forma de encontro possível.

Como afirma Ogden (2016), criar uma linguagem singular para falar com o paciente não é um pré-requisito, mas o próprio trabalho analítico. O autor evita falar “de forma psicanalítica”, como quem fala uma língua estrangeira, preferindo a ideia de “falar com o paciente”, que lhe parece mais fiel ao carácter relacional e encarnado das conversas clínicas. Ogden (2016) associa essa busca por uma voz própria à influência da leitura de poesia e ficção, que moldaram profundamente sua escuta. Reconhece que autoconhecimento, por si só, não basta, sendo na experiência partilhada do diálogo que pode emergir uma transformação.

Para que isso aconteça, contudo, é preciso algo mais do que interpretação: é preciso intuição. Como observa Muniz Rezende (1995), a intuição, na tradição psicanalítica e filosófica, é sempre intuição sensível acompanhada da emoção correspondente. Trata-se de um saber que antecede as palavras e se manifesta como sentir partilhado no campo analítico. Zimerman (1999) acrescenta que a intuição é condição necessária para o analista e “não tem nada de transcendental” (p. 455). Descreve-a como a capacidade de captar algo da esfera afetiva sem depender exclusivamente dos órgãos sensoriais, como no “olho mágico”, em que só se percebe a profundidade ao abandonar o olhar fixo e habitual.

Neves e Kupermann (2021) aproximam a escuta analítica da estética, entendida como eixo da afetação intersubjetiva. Inspirados em Safra, descrevem-na como criação de formas imagéticas e sensoriais que, atualizadas na presença de um outro, constituem aspectos do *self* e a experiência de existir. Com Elkaim e Stengers, destacam a mutualidade da afetação: somos afetados pelo que também afetamos, num circuito de ressonância. Recorrem à reverberação winniciottiana para pensar o *setting* como espaço de eco vivo entre gesto e resposta sensível, sustentando a integração psíquica e o sentido de estar vivo. Mais do que interpretar, trata-se de uma presença encarnada, sintonizada com o que ainda não encontrou forma representável.

Carla Cruz (2023) acrescenta que a intuição do analista emerge da comunicação intersubjetiva, atravessada por mecanismos inconscientes como a identificação projetiva, e pode surgir como impressões ou pensamentos inesperados que conferem nova inteligibilidade ao discurso do paciente. Essa dimensão amplia a compreensão da escuta analítica, ao evidenciar como a intuição participa do mesmo movimento — desenvolvido mais adiante — que envolve *rêverie*, função alfa e interpretação, transformando fragmentos de experiência em sentidos possíveis. Mais do que pensamento técnico ou científico, a intuição aproxima-se da arte ou da poesia.

SER OU NÃO SER CAPAZ DE SONHAR

Se a escuta analítica implica acolher e transformar o informe pela intuição e pela *rêverie*, podemos ainda indagar em que medida o próprio paciente pode realizar esse trabalho psíquico. Até que ponto pode sonhar a experiência que vive — dar-lhe forma, imagens e pensamento — em vez de a deixar como massa bruta e indigerível? É neste ponto que a teoria de Bion se torna fundamental.

Em *Uma teoria sobre o pensar*, Bion (1967/1994) propõe encarar o pensar como uma atividade que surge em resposta à pressão exercida pelos próprios pensamentos, que procuram um aparelho capaz de os conter e elaborar. “O pensar passa a existir para dar conta dos pensamentos” (p. 128). A formação desse aparelho depende da capacidade de transformar dados sensoriais e experiências emocionais brutas em material pensável.

Nesse contexto, Bion retoma o conceito de função alfa, responsável por converter esse material bruto em elementos alfa, que se tornam disponíveis para o pensamento consciente e onírico.

Em *Aprendendo com a experiência*, Bion (1962/1987) introduz a noção de barreira de contato, uma estrutura formada pelos elementos alfa que separa e, ao mesmo tempo, põe em comunicação consciente e inconsciente. A sua solidez ou fragilidade determina a possibilidade de metabolizar ou apenas evacuar experiências emocionais.

Em *Cogitações*, Bion (1992/2000) aprofunda esta conceção ao introduzir o trabalho onírico alfa: um processo contínuo — diurno e noturno — que transforma estímulos internos e externos em representações passíveis de memória, atenção e síntese. Nos psicóticos, a intolerância à frustração alimenta um círculo vicioso de evacuação projetiva e falência da capacidade de sonhar. Dissolve-se assim a cesura entre sono e vigília: sonhar é o funcionamento contínuo da mente, condição vital para a vida psíquica.

Bion (1962/1987) acrescenta que o fracasso da função alfa implica não poder sonhar (e, por isso, não poder dormir); sem esse trabalho de metabolização, o paciente permanece suspenso, tal como se observa em certos estados psicóticos.

Segundo Ogden (2006), muitos pacientes procuram análise por sofrimento ligado à incapacidade de sonhar — não conseguem realizar o trabalho inconsciente do sonhar, ou os seus sonhos interrompem-se. Sem sonhar a sua experiência emocional, “o indivíduo não consegue mudar, crescer, nem ser diferente do que sempre foi” (p. 173). Mais à frente, escreve: “O paciente deve poder usar o que o analista diz com vistas ao trabalho psicológico, consciente e inconsciente, isto é, para sonhar a sua própria experiência e, assim, sonhar-se mais plenamente, vindo a existir” (p. 174).

Os sonhos que passam a ser sonhados com a ajuda do analista são simultaneamente do paciente (*e rêveries*) e de um terceiro sujeito, criado na experiência analítica, que é e não é paciente nem analista.

Nessas situações, cabe ao analista sonhar os sonhos não sonhados e interrompidos do paciente, sustentando em *rêverie* o que este não consegue sonhar.

Ogden (2006), reconhecendo a riqueza advinda de se conseguir descrever por palavras determinada experiência emocional — um

dos aspectos mais importantes de uma experiência analítica bem-sucedida —, sublinha, contudo, que nem todas as fases do trabalho analítico dependem de pôr sentimentos em palavras. Há momentos em que a insistência em verbalizar contraria o processo. Inspirando-se em Borges, observa que certas coisas não ditas podem ser mais significativas do que as ditas. Em sua experiência clínica, longos períodos podem ser marcados por sentimentos amorosos saudáveis do paciente pelo analista — presença sentida mais importante do que qualquer palavra. Afirma ainda que “sentir-se conhecido na situação analítica não é tanto o sentimento de ser compreendido quanto o sentimento de que o analista sabe quem a pessoa é” (p. 181).

Sapienza (1999), inspirado em Bion, propõe compreender o trabalho de sonho alfa do analista como sustentado por três funções interligadas — intuição, atenção e interpretação — que estruturam a escuta clínica.

A intuição, psicanaliticamente treinada e ligada à *rêverie*, funciona como reserva mental capaz de acolher e transformar conteúdos terroríficos em significados emocionais revitalizadores. Quando afinada com as comunicações do paciente, preserva o processo analítico e amplia o espaço psíquico, convertendo a dor bruta em experiência pensável.

A atenção, por sua vez, não se limita às formas vigilante ou flutuante: Sapienza (1999) introduz a noção de atenção naufragante, inspirada no mito de Palinuro, para descrever os momentos em que o analista, tomado por identificações projetivas massivas, colapsa em estupor, partilhando com o paciente um estado de suspensão sem *rêverie* nem linguagem. Reconhecer essas falhas é tão fundamental quanto interpretar.

A interpretação, por sua vez, só cumpre sua função simbólica se estiver enraizada no vínculo analítico e no compasso emocional da sessão. Ao evocar a figura de Cassandra, Sapienza mostra que uma interpretação pode até ser verdadeira, mas tornar-se profecia vazia ou intrusiva quando não encontra ressonância. Mais do que técnica, a interpretação expressa a integração mental e a sensibilidade do analista, ganhando valor apenas quando articulada com a *rêverie* e compaixão.

Schneider (2010) sublinha que a mudança de foco — do conteúdo simbólico (Freud) para a função de sonhar (Bion) — representa uma

verdadeira mudança de paradigma, ao colocar o processo de sonhar no centro do funcionamento emocional. Cada sonho contém, segundo o autor, uma parte não psicótica, correspondente ao que o paciente consegue pensar, e uma parte psicótica, ligada ao que ainda não pode ser sonhado. Esta última manifesta-se como elementos não elaborados, que exigem um trabalho conjunto para que possam vir a ser sonhados, isto é, processados inconscientemente.

Ferro (1999), inspirando-se em Bion, observa que os elementos alfa só podem ser diretamente conhecidos em duas situações: no *flash* visual e na *rêverie* (além do sonho noturno). Fora dessas vias estreitas, acedemos apenas aos derivados narrativos — cenografias e roteiros em transformação — que surgem continuamente na sessão, graças à capacidade narrativa da mente na vigília, parte do “aparato para pensar os pensamentos” (p. 454). O analista acolhe essas formas emergentes, ajudando a convertê-las em narrativas partilhadas.

De igual modo, na sequência das formulações de Bion sobre a *rêverie*, Ribeiro (1999) propõe unificar o uso dos termos: emprega *rêverie* benigna com o mesmo sentido de *rêverie* materna ou positiva (Bion) e reserva *rêverie* hostil para o que Bion denominou *rêverie* negativa em *Cogitações*, quando o conceito se estende do continente (mãe–analista) também ao conteúdo (bebé–analisando).

Nos níveis primitivos da mente, a descarga emocional gera identificações projetivas sucessivas que funcionam como linguagem não verbal dirigida ao analista. A *rêverie* benigna acolhe essas projeções e transforma-as em elementos pensáveis; a *rêverie* hostil associa-se a desespero, encapsulamento e repetição, mantendo o sujeito saturado de objetos maus. Ao recordar a etimologia — *rêve*, sonho —, a autora aproxima a *rêverie* do próprio ato de sonhar, articulando-a com a conceção de Ogden sobre os modos de sonhar.

Essa articulação torna-se mais clara quando Ogden (2009) descreve dois modos de sonhar — o do sono e o acordado inconsciente — como operações psíquicas que criam uma barreira viva e semipermeável entre consciente e inconsciente. Sonhar, nesse sentido, é o que permite viver: dormir e acordar, lembrar e esquecer, pensar e sofrer.

Quando essa função de sonhar falha, a experiência emocional torna-se indigerível e o sujeito afunda num presente atemporal e fragmentado, que só pode ser evacuado por alucinações ou defesas extremas.

Em *Um esboço do passado*, Virginia Woolf (1976/2022) descreve os momentos de não ser como tempos opacos, em que os dias se arrastam sem memória ou presença subjetiva. A vida parece sem cor, sem graça, sem entusiasmo. A transição para os momentos de ser quebra a monotonia atribuindo um traço de sentido à vida.

Essa passagem ressoa com a conceção bioniana do sonhar, que liga o vivido ao pensável, e restitui continuidade psíquica. Quando essa função falha, o sujeito mergulha num presente contínuo e sem ligação à própria experiência — suspensão psíquica que Woolf retrata com precisão.

O encontro entre literatura e Psicanálise, nesse ponto, lança luz sobre estados em que a vida parece não acontecer — e em que o sujeito, embora presente, não se sente vivo. A possibilidade de sonhar liga-se, desde o início da vida, a uma comunicação pré-verbal sustentada pelo ambiente. É nesse terreno primitivo que se fundam as condições para que a experiência emocional possa vir a ser sonhada.

WINNICOTT — COMUNICAÇÃO SILENCIOSA E *HOLDING*

Como lembra Maia (2004), Winnicott concebe a comunicação inicial mãe-bebé como predominantemente silenciosa e não verbal, fundada na mutualidade afetiva, no *holding* e numa adaptação ambiental suficientemente boa — base da simbolização e da criatividade. Essa comunicação silenciosa, sustentada pelo rosto materno como espelho e por um ambiente confiável, protege de intrusões que fragmentam a continuidade do ser. Em “A experiência mãe— bebé de mutualidade”, Winnicott (1969/1994) destaca que o bebé não pode ser descrito isoladamente, pois envolve simultaneamente o seu potencial e o meio ambiente que o sustém. Quando essa sustentação falha, o impacto é traumático: “Um trauma é aquilo contra o qual um indivíduo não possui defesa organizada, de maneira que um estado de confusão sobrevém, seguido talvez por uma reorganização de defesas mais primitivas do que as que eram suficientemente boas antes da ocorrência do trauma” (p. 201). É nesse horizonte que se inscreve a questão do silêncio e da escuta analítica.

SILÊNCIO E ESCUTA ANALÍTICA

Como sublinha Vidigal (1992), o silêncio foi pouco tematizado nos primórdios da Psicanálise, com exceção do texto de Ferenczi: *O silêncio*

é de ouro (1916). Em escritos como *A dinâmica da transferência* (1912) e *Recordar, repetir e elaborar* (1914), Freud compreendia o silêncio sobretudo como resistência ou repetição inconsciente, geralmente vinculada à transferência. A partir da década de 1960, no entanto, o silêncio passou a ser reconhecido como um estado psíquico complexo, que pode assumir funções de defesa, contenção emocional, des-carga ou elaboração — e até mesmo de criação (Vidigal, 1992).

Tanto o silêncio do paciente quanto o do analista passaram a ser valorizados em sua multiplicidade de sentidos. Nem todo silêncio é igual: pode indicar desorganização psíquica profunda, mas também uma escuta interna intensa, ou um tempo de espera necessário para que algo se organize. O silêncio tornou-se, assim, parte da linguagem analítica, com valor expressivo, diagnóstico e potencialmente transformador (Vidigal, 1992). O silêncio do analista pode constituir uma resposta ativa, carregada de afeto e atenção, desde que sustentado como presença — e não como afastamento. Vidigal relembra, com Reik (1926), que “a psicanálise prova não só o poder das palavras, mas também do próprio silêncio” (p. 98).

Essa mudança de compreensão do silêncio abriu o caminho para pensar também o lugar de escuta analítica nestes momentos, como propõe Alexandre (2020). A autora concebe a escuta como uma produção compartilhada entre dois inconscientes — o do paciente e o do analista — que, em sua inter-relação, formam um campo psíquico. Esse campo é tecido por múltiplas comunicações, inclusive não verbais, e pode ser profundamente afetado diante de experiências — limite. Nesses momentos, a destrutividade do paciente pode ser projetada sobre o analista, gerando estados de parálisia e suspensão do pensar. O silêncio, então, deixa de ser elaboração e transforma-se em *enactment*: uma cena muda que expressa o colapso temporário da função de ligação.

A escuta, nesse cenário, exige a capacidade de suportar a incerteza e a impotência. A comunicação não se dá apenas pelas palavras, mas por uma ressonância anímica e uma afinação afetiva que requer sensibilidade, coragem e presença. A contratransferência pode funcionar tanto como obstáculo quanto como instrumento, desde que o analista se autorize a habitá-la como via de acesso ao campo (Alexandre, 2020). Assim, mesmo em meio ao silêncio ou precisamente nele, pode

nascer uma escuta verdadeira: aquela que acolhe o que ainda não se pode dizer, mas já pulsa na relação.

À BEIRA DO SER: ESCUTA E SUSTENTAÇÃO

Para Virginia Woolf (1976/2022), os momentos de não ser são zonas de opacidade e suspensão — experiências em que quase não se é, ou em que se habita um estado de “quase-ser”. Na clínica, ecoam em pacientes que falam de ausência de si, de vazio e de um tempo sem sentido, convocando menos interpretação e mais escuta sustentadora.

Winnicott (1954/1993) observa que a regressão só se torna curativa se for sustentada por uma adaptação ambiental nova e fidedigna; caso contrário, permanece irrealizada. “Aqui, o trabalho terapêutico na análise se liga àquele feito pelo cuidado infantil, pela amizade, pela fruição da poesia e atividades culturais em geral” (p. 480).

Como descreve Alexandre (2020), trata-se de uma escuta capaz de acolher o que ainda não encontrou forma representável — uma escuta à beira do ser, em que o analista sustenta o espaço psíquico necessário para que algo possa, enfim, começar a existir. Nesses momentos, a presença analítica implica também sonhar — ou começar a sonhar — os sonhos que o paciente ainda não pode sonhar, oferecendo-lhes um primeiro contorno psíquico partilhado.

MARIA

Os primeiros tempos da análise com Maria foram atravessados por silêncio, confusão e tristeza.

Aos poucos, em falas interrompidas, foi contando lembranças difusas — cenas em que à noite, quando ia dormir, um parente próximo ia fazer-lhe companhia, num gesto que parecia, ao primeiro olhar, de proteção. Mas algo em sua respiração ofegante, deixava entrever uma excitação muda. Maria não compreendia exatamente o que acontecia, mas intuía que não era protegida.

Com os outros, muitas vezes limitava-se a imitá-los na maneira de se comportar, de falar. Dizia não saber se tinha fome ou sono, esquecia-se de que tinha um corpo.

Sentia os dias passarem, fazia sempre tudo igual. “Acho que me falta alguma coisa para ser pessoa... não sei explicar... Sinto-me... um buraco”, disse em determinada altura.

Muitas sessões transcorreram em silêncio, outras, entre lágrimas compulsivas.

Viver — ter desejo — era, para Maria, convocar a cena traumática. Reconhecer o próprio corpo sexuado era sentir-se “culpada de chamar”.

Talvez se tratasse, como diria Virginia Woolf, de um momento de não ser, um tempo opaco, em que a emoção se ausenta e o sujeito deixa de se sentir vivo. Mas talvez fosse ainda mais: um estado de quase-ser, ou seja, de quem ainda não chegou inteiramente a se sentir ser.

A escuta, nesse ponto, não pretende interpretar, apenas sustentar.

E foi assim, nesse silêncio habitado, que começamos, pouco a pouco, a resgatar algo do corpo sensível e desejante que ali se calara.

LUÍS

Havia em Luís algo inerte, suspenso — como se a vida lhe passasse ao lado. Caminhava mecanicamente, sem mexer os braços, falava pausadamente, permanecia imóvel no divã. Parecia viver no automático.

Em pequeno, deambulava “sem pensar em nada”; na adolescência, “enchia-se” de comida e apresentava condutas autoeróticas agressivas, como se procurasse reter o pouco que sentira receber para sentir-se vivo.

No início do processo, trazia muitos sonhos violentos; contudo, num deles referiu:

“Havia um pedaço de carne que eu queria cortar para poder comer... Um velho olhava desconfiado; contudo era só para empregar a faca...” A cena ilustrava a necessidade de “picar” os sonhos, que ainda não podiam ser pensados. A lentidão, a ausência de emoção e a quantidade de material geravam-me perplexidade e sonolência revelando o modo concreto e não simbolizado dominante. Atribuía significados arbitrários aos ruídos — “os ruídos que ouço são aquilo que a analista pensa ou sente” — tentando criar um código exclusivo entre nós, opondo-se à linguagem dos adultos. Se por vezes me sentia acolhedora, noutras percecionava-me como analista persecutória.

Recordo uma sessão após uma interrupção: ao vê-lo na sala de espera, senti um alívio inesperado — ele tinha vindo. Só depois comprehendi: aquele movimento interno dizia mais dele do que de mim. Luís habitava um abandono primitivo e depositara em mim a aflição

que sentira na separação. Um simples atraso era vivido como falha catastrófica, como se deixasse de existir.

Após um período de confusão, vazio e silêncios, em que se mantinha uma atmosfera difícil de conter, começou a desenhar-se um movimento incipiente de transformação em pensamento. Num dos sonhos, contou:

“Era um dinossauro muito grande, tipo estrutura metálica, transparente, como se fosse só esqueleto. Uma mulher que não conheço dava-lhe um peixe de metal para ele comer. O engraçado é que o peixe entrava disforme e saía um peixe bem feito — preto e vermelho.”

O dinossauro parecia representar o *self* esquelético e vazio. Ainda assim, algo ocorria no interior: ele entregava coisas frias, intragáveis e recebia-as transformadas. O trabalho analítico consistiu, em larga medida, em sonhar com ele o que ainda não conseguia sonhar — sustentando zonas de não ser para que, pouco a pouco, a experiência pudesse encontrar vias de simbolização.

RAQUEL

Raquel oscilava entre longos silêncios e momentos em que falava muito, num discurso fragmentado. Em ambos os casos, olhava-me fixamente, como quem tenta adivinhar o meu olhar sobre ela. Dizia, muitas vezes, que nada lhe despertava interesse e essa ausência de vitalidade vinha acompanhada de uma angústia difusa, sem nome.

Trazia recordações soltas, pedaços que não se ligavam, enunciados como fragmentos que não podiam ser pensados nem articulados. À noite, dizia ter dificuldade em adormecer; tinha muitos pesadelos.

Num deles, viajava num comboio que descarrilava — todos morriam, restando cadáveres espalhados. Era como se o eu não conseguisse levar numa viagem as suas diferentes partes sem que morressem: seria mais uma catástrofe. Precisaria de sentir um comboio — terapia que não se despenhasse. Noutro, descobria que tinha uma doença súbita e letal — pressentia que o fim se aproximava. A imagem condensava a urgência e a vivência de um mundo interno onde se multiplicava desmedidamente o que a corroía por dentro. Essa sensação de ameaça e de pressa atravessava o campo.

Depois de uma interrupção em que Raquel, mais uma vez, se afastou de si, tomada por impulsos difíceis de conter.

R: Falar do passado... Não dá para explicar. O que eu vivenciava, eu não sabia se era real.

Falam comigo e eu não oiço. Tenho medo de dissociar. Eu só quero existir. Mas acho que um dia vou acabar por me matar. Sinto uma tristeza que não passa, um pensamento de não querer estar viva. Sinto um bloqueio. Às vezes, acho que sou uma planta ou um manequim, ou, antes, uma natureza morta. [Silêncio]

A: As plantas estão ligadas ao solo, mas precisam de água para crescer. Quando fica sozinha, sente-se sem vida. Procura reencontrá-la em alguma forma de sentir, ainda que efêmera.

R: Sim.... É verdade. [Silêncio] Há anos que não sinto nada. Todos têm uma vida, menos eu.

[Silêncio] Gostava de fazer coisas sem sentir a ausência de sentido.
[Silêncio]

O que posso fazer para aliviar a tristeza?

A: A tristeza parece-lhe inultrapassável. Mas não é algo a fazer. É algo a deixar acontecer dentro de si. [Silêncio]

R: Como se suporta a ausência?

[Silêncio]

Raquel, com um eu frágil, depende do outro para existir, mas não encontra nele sustentação suficiente. Houve, na infância, uma exposição a um mundo de paixão adulta incompreensível. A imagem da natureza morta sugere um momento de não ser: um tempo de suspensão em que o sujeito se percebe presente, mas desvitalizado — como quem habita um estado de quase-ser.

Nesse entrelaçamento de silêncio e fala, em interpretações feitas ao ritmo do que ela podia suportar, algo começou a esboçar-se de forma oscilante, por vezes pensável, por vezes ainda não.

EM JEITO DE CONCLUSÃO

Chegar ao fim de um percurso analítico é, muitas vezes, começar a tecer um fio que antes não existia — uma forma de dizer, de sentir ou simplesmente de existir, onde antes nada havia, ou havia dispersão.

Como lembra Muniz Rezende (1995), pensar é reunir fragmentos, reconhecer-se e reencontrar-se consigo mesmo. Inspirando-se na *Odisseia*, o autor sugere que todo retorno traz as marcas da caminhada e que o reconhecimento só é possível onde se manteve uma ligação

viva, um vínculo afetivo que resiste e preserva a identidade. Talvez seja esse também o horizonte da análise: depois dos tempos opacos do não ser, dos silêncios e suspensões, encontrar um nome próprio para a própria história, no gesto simples e profundo de reconhecer e ser reconhecido.

A escuta analítica, neste percurso, revela-se muitas vezes menos como aplicação de uma técnica e mais como uma atitude ética, feita de *rêverie*, intuição, contenção e delicadeza. É uma escuta que sustenta zonas ainda informes da experiência, onde a palavra tarda a chegar.

Lembro-me de um momento clínico em que essa exigência se tornou particularmente nítida, quando Luís me pediu para não interpretar sempre tudo; mais do que interpretar, era necessário estar presente, com cuidado, no território sensível do ainda não passível de ser dito nem compreendido. Foi então que me veio à mente um verso de Yeats, citado por Zimerman (1999): “Pisa devagar, porque estás pisando nos meus mais queridos sonhos” (p. 456). A imagem condensa a delicadeza exigida pela escuta — conter sem invadir, acompanhar antes de explicar, para poder sonhar, como nos lembra Ogden (2006), os sonhos não sonhados e os gritos interrompidos. Trata-se de manter uma atitude de verdade, não moral ou absoluta, mas interna e viva — condição de liberdade psíquica.

Como observou André Green (1995), a psicanálise confronta-nos sempre com a questão do seu propósito: trata-se apenas de reparar, adaptar ou aliviar ansiedades? Ou, sobretudo, de criar condições para que o sujeito possa sentir-se vivo e investir a diversidade da vida, apesar do sofrimento inevitável?

É neste horizonte de reencontro com a vitalidade que tentamos pensar a presença dos momentos de não ser — formulados por Virginia Woolf — na escuta analítica contemporânea. Em diálogo com Bion, Ogden, Sapienza, Ferro, Marta Ribeiro, Fernanda Alexandre, Vidigal e outros, procurou-se pensar como a análise pode acolher experiências de esvaziamento, fragmentação ou ausência de si, marcadas por trauma precoce e falhas de simbolização — num espaço onde a vida psíquica possa lentamente reencontrar a sua linguagem e os seus vínculos.

É nesse entrelaçamento entre literatura e Psicanálise, entre silêncio e sonho, que podem emergir novos modos de ser e de dizer.

ABSTRACT: This article stems from the invitation made to the members of the Portuguese Psychoanalytical Society on the occasion of its 50th anniversary, with the aim of recalling the past, thinking the present and dreaming the future. Starting from Freud's declared appreciation of literature – a founding trait of psychoanalysis itself – it revisits the interlocution between the two fields, drawing on contemporary authors who legitimise this dialogue. Along this path, the author focuses on the particularities of Virginia Woolf's writing, whose memorial and stylistic reflection takes on central importance. Her moments of being and non-being offer powerful images of presence and subjective suspension. Based on these literary and existential concepts, analytic work is interrogated in the text in relation to patients who, as a result of early trauma – including, at times, sexual abuse – experience psychic erasure and absence of self.

Drawing on Bion's ideas on dreaming, Ogden's on the impossibility of dreaming, Fernanda Alexandre's on listening in difficult cases and Vidigal's on silence, among others, the article proposes a clinic of holding oriented towards primitive forms of existence. Three clinical vignettes illustrate this listening that sustains and allows life and meaning to (re)emerge.

KEYWORDS: analytic listening; moments of non-being; dreaming; trauma; Virginia Woolf.

REFERÊNCIAS

- Alexandre, M. F. (2020). A escuta analítica e as suas vicissitudes. *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 40(1), 29–34.
- Almeida-Prado, M. C. C., & Féres-Carneiro, T. (2005). Abuso sexual e traumatismo psíquico. *Interações*, 10(20), 11–34. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/inter/v10n20/v10n20a02.pdf>
- Azevedo, M. J. (2019). Psicanálise e criação literária. *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 39(2), 75–79.
- Bell, Q. (2022). *Virginia Woolf: Una biografía* (M. Pessarradona, Trad.). [E-book]. Lumen (Obra original publicada em 1971)
- Bion, W. R. (1987). *Aprendiendo de la experiencia*. Paidós. (Obra original publicada em 1962)
- Bion, W. R. (1994). *Estudios psicanalíticos revisados (Second thoughts)*. Imago. (Obra original publicada em 1967)
- Bion, W. R. (2000). *Cogitações*. Imago. (Obra original publicada em 1992)

- Cantis-Carlino, D. (2005). Violación y trauma. *Psicoanálisis APdeBA*, 27(1/2). <https://www.psicoanalisisapdeba.org/wp-content/uploads/2018/08/Cantis-Carlino.pdf>
- Cruz, C. (2023). A intersubjetividade na diáde: Fonte de intuição do analista. *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 43(1), 21–30. <https://doi.org/10.51356/rpp.431a2>
- Cruz, C. (2025). As funções parentais e seus problemas atuais. *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 45(1), 151–154.
- De Clerck, G. (2015). Maladie et créativité: Les relations de Virginia Woolf avec la psychanalyse. *Revue Belge de Psychanalyse*, 67(2), 81–99.
- Ferro, A. (1999). O sonho da vigília. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 33(3), 449–458.
- Freud, S. (1976). Delírios e sonhos na “Gradiva” de Jensen. In J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 9, pp. 19–88). Imago. (Obra original publicada em 1907)
- Fuks, L. B. (2006). Consequências do abuso sexual infantil. *Revista Percurso*, 19(36), 41–52.
- Green, A. (1995). Sexualidade tem algo a ver com psicanálise? In *Livro Anual de Psicanálise* (Vol. XI pp. 217–229). Escuta.
- Grinberg, L., & Grinberg, R. (1976). *Identidade e mudança*. Climepsi.
- James, W. (1931). The stream of thought. In *The principles of psychology* (Vol. 1, pp. 234–290). Dover Publications. <https://archive.org/details/in.er-net.dli.2015.459703> (Obra original publicada em 1890)
- Lee, H. (1997). *Virginia Woolf*. Vintage Books.
- Maia, M. V. C. M. (2004). A comunicação silenciosa: reflexões sobre a linguagem não verbal em Winnicott. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 38(1), 83–93.
- Mendes, M. (2006). Fragmento: Esboços para uma configuração do conceito – Literatura e cinema. *Revista Verónica*, 1, 71-82. https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/5503/1/09_marta_mendes.pdf
- Mesquita, A. C. (2022). Apresentação. In V. Woolf, *Um esboço do passado* (pp. 5–10). NÓS.
- Muniz de Rezende, A. I. (1995). *Wilfred R. Bion: Uma psicanálise do pensamento*. Papirus.
- Muniz de Rezende, A. I., & Gerber, I. (2001). *A psicanálise atual na interface das novas ciências*. Via Lettera.
- Neves, H., & Kupermann, D. (2021). Thomas Ogden, leitor de Winnicott: Diálogos epistemológicos, teórico-clínicos e estéticos. *Estudos de Psicanálise*,

- 55, 235–246. <https://cbp.org.br/wp-content/uploads/2024/03/Thomas-Ogden-leitor-de-Winnicott.pdf>
- Ogden, T. H. (2009). *Esta arte da psicanálise: Sonhando sonhos não sonhados e gritos interrompidos*. Artmed.
- Ogden, T. H. (2006). Esta arte da psicanálise: Sonhando sonhos não sonhados e choros interrompidos. In *Livro Anual de Psicanálise* (Vol 20, pp. 173–189). Escuta.
- Ogden, T. H. (2016). Thomas Ogden em conversa com Luca Di Donna. *Revista de Psicanálise da SPPA*, 23(3), 429–446.
- Pellanda, N. M. C. I., & Pellanda, L. E. C. (1996). Enquanto dialogamos, o cosmos altera a ideia de si próprio. In N. M. C. Pellanda & L. E. C. Pellanda (Eds.), *Psicanálise hoje: Uma revolução do olhar* (pp. 13–19). Vozes.
- Pereira, M. S. (1986). Poesia e psicanálise – Diálogo interminável. *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 4, 57–62.
- Ribeiro, M. M. M. (1999). Rêverie hostil e rêverie benigna (estudo clínico do fenômeno da rejeição e sua correlação com a noção de rêverie proposta por Bion em sua obra). *Revista Brasileira de Psicanálise*, 33(3), 431–447.
- Rouanet, S. P. (1996). Mefistófeles no divã: As relações entre Freud e Goethe. In N. M. C. Pellanda & L. E. C. Pellanda (Eds.), *Psicanálise hoje: Uma revolução do olhar* (pp. 535–556). Vozes.
- Santos, V. (2017). Freud com os escritores (recensão crítica a J.-B. Pontalis). *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 37(1), 63–65.
- Santos, V. (2021). Recensão do livro A vida policial das palavras, de Tobias G. Alte. *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 41(2), 100–101.
- Sapienza, A. (1999). O trabalho do sonho alfa do psicanalista na sessão: Intuição–atenção–interpretação. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 33(3), 423–430.
- Schneider, J. A. (2010). From Freud's dream-work to Bion's work of dreaming: The changing conception of dreaming in psychoanalytic theory. *The International Journal of Psychoanalysis*, 91(3), 521–540. <https://doi.org/10.1111/j.1745-8315.2010.00263.x>
- Urribarri, F. (2012). André Green: O pai na teoria e na clínica contemporânea. *Jornal de Psicanálise*, 45(82), 143–159. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/jp/v45n82/v45n82a11.pdf>
- Vidigal, M. J. (1992). O silêncio na teoria e na prática psicanalítica: Reflexões sobre aspectos teóricos e práticos. *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 10–11, 109–143.

- Vila-Real, A. (2018). Recensão do livro de von Döellinger (2017), *Corpo e identidade: Perspectiva psicodinâmica da unidade somatopsíquica*. *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 38(1), 70–71.
- Winnicott, D. W. (1993). Aspectos clínicos e metapsicológicos da regressão dentro do setting psicanalítico. In *Textos selecionados: Da pediatria à psicanálise* (4.ª ed., pp. 459–481). Francisco Alves. (Original publicado em 1954)
- Winnicott, D. W. (1994). A experiência mãe-bebê de mutualidade. In *Explorações psicanalíticas* (pp. 195–202). Dinalivro. (Original publicado em 1969)
- Woolf, V. (1925). *The common reader*. Project Gutenberg. <http://www.gutenberg.org/ebooks/64457>
- Woolf, V. (2021). *Sobre estar doente* (A. C. Mesquita & M. R. D. Viana, Trad.). Nós. (Obra original publicada em 1926)
- Woolf, V. (1975). Letter to Madge Vaughan [June? 1906]. In N. Nicolson & J. Trautmann (Eds.), *The letters of Virginia Woolf* (Vol. 1, pp. 226–227). Hogarth Press. <https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.182381>
- Woolf, V. (2022). *Um esboço do passado* (A. C. Mesquita, Trad.). Noz. (Obra original publicada em 1976)
- Zimerman, D. (1999). *Fundamentos psicanalíticos: Teoria, técnica e clínica – uma abordagem didática*. Artes Médicas.

VITALIDADE POTENCIAL *VERSUS* VITALIDADE CINÉTICA¹

*Ana Luísa Ferreira*²

<https://doi.org/10.51356/rpp.452a4>

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo uma aproximação à compreensão e aprofundamento do conceito de vitalidade em Psicanálise. Partindo da experiência clínica com uma adolescente e com uma criança, a autora propõe um desdobramento do conceito de forma a contemplar a expressão da vitalidade quer no registo da simbiose como no registo da separação. É dedicada especial atenção à vitalidade na dimensão narcísica. Isto é, como marca da preservação do narcisismo primário.

PALAVRAS-CHAVE: vitalidade, objeto de fundo da identificação primária, vínculo, construção do self, clínica centrada no continente.

A noção de vitalidade carece ainda de um justo assento na metapsicologia psicanalítica. E ser sujeito de reflexão e debate pode mesmo vir a ter uma função vitalizadora na afirmação do seu estatuto enquanto conceito. Como o fundo permite realçar a figura...

Vitalidade é um termo que pertence ao léxico da teoria de campo e é subsidiário da mudança de paradigma que se operou na Psicanálise no final do século XX, mudança que considera que o significado é algo que precisa de ser criado intersubjetivamente, mais do que descoberto ou desenterrado no intrassubjetivo.

Levine (2020) disse que uma das principais mudanças na teoria psicanalítica foi “o reconhecimento da importância de compreender,

¹ Artigo submetido em julho de 2025 e aceite para publicação em outubro de 2025.

² Psicóloga Clínica, Psicoterapeuta, Psicanalista de Crianças, Adolescentes e Adultos. Membro Associado da Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP) e da Associação Psicanalítica Internacional (IPA). *E-mail:* analuisaferreira.mail@gmail.com

formular e aprender a catalisar, na clínica, os processos pelos quais o self é vitalizado, as representações são formadas e os processos regulatórios psíquicos são reforçados e criados” (p. 5).

Cabe assim ao analista ajudar a preencher vazios psíquicos, o lugar onde as representações da experiência estão ausentes ou são frágeis.

Como sinónimos privilegiados para vitalidade, escolho os termos “boa companhia e alento”. E numa primeira aproximação à teoria, retenho a frase de Civitarese e Ferro (2022): “Se existe um impedimento no caminho de acesso às emoções violentas, estão criadas as pré-condições para a eliminação total da vitalidade” (p. 26).

Intuitivamente, para este propósito de escrita, parto do princípio de que o conceito de vitalidade tem a qualidade do que melhor se apreende por inferência e no domínio da experiência afetiva vivida. O que me permite, desde logo, uma ponte com a clínica e em particular com dois casos. Ou melhor, com dois momentos particulares vividos com dois pacientes. A escrita tem permitido assim uma oportunidade para transformar em pensamentos essas experiências emocionais.

Júlia tem 14 anos. Muito retirada e fechada sobre si mesma, pouco fala — mas desenha. Os seus olhos deslizam pelo espaço do consultório, perscrutam o ambiente (a analista nele confundida), e parece apoiar-se nele — como sobre uma superfície, uma segunda dimensão. A transferência inicia-se sobre este todo-ambiente: sobre os ruídos diversos do chão de madeira, em função do que diz serem os seus “buracos”; sobre os desenhos do tapete sob os nossos pés, onde começa por ver bichos; sobre a luz que, vinda de outro prédio, entra pelo consultório e a incomoda — terceiro que ameaça romper a nossa unidade. Júlia lança sobre o *setting* uma mancha de sombras e o mundo para si parece reduzido ao seu mundo de fenómenos subjetivos.

Vivo momentos de verdadeira imersão, afetiva e somática. Apesar do seu retraimento, sinto-me muito ligada e viva. O meu corpo, pesado, parece segurar a emergência da palavra que, inoportunamente, possa derrubar a delicadeza do clima emocional do encontro. Receio que a interpretação precipitada possa ser sentida com intolerância e crie (mais) distância.

Júlia retira-se para a realidade interna, fantasmática, deixando-me só e a minha capacidade negativa à prova. Ao mesmo tempo, sinto que é preciso evitar que possa sentir-se abandonada, fazer com que se

interesse por mim. Certo dia, digo-lhe: “Talvez um dia possas levar-me contigo para esse lugar dentro da tua cabeça!” Olha-me com curiosidade.

Após um período de separação para férias, Júlia chega à sessão numa grande aflição e em tom catastrófico diz: “Onde está o azul, o que é que aconteceu?” Explica que tem medo de que o azul que pintou numa folha de papel no último dia de aulas tenha ganhado bolor e desaparecido! Nunca a tinha visto assim! “Leio” na transferência e digo-lhe que ali, comigo, está tudo igual. E Júlia acalma.

Este momento de contacto com uma emoção tão profundamente avassaladora e autêntica, resgatada de um cenário de marcada desvitalização, tocou-me profundamente. A angústia causada pela separação do objeto vivido como parte do *self*, ou *self* objeto, comunicada com tão grande intensidade e apelo, revelou-se um afeto de vitalidade.

Segue-se a esta fase da análise a transição para o investimento do objeto externo, objetivamente percebido. Esta mudança na relação de objeto é acompanhada por uma narrativa repleta de clivagens, na qual descreve os esforços para manter bons e maus separados. Através dos relatos que faz de uma série que vê, Júlia reclama a necessidade que a princesa tem da companhia do amigo Link. Link, que curiosamente se traduz por vínculo. A princesa precisa do Link para matar o “monstro”, que em grande esforço segura e mantém adormecido no seu domínio há muito tempo! Tal como a Júlia precisa de criar um vínculo com a analista, que lhe permita aceder às suas emoções violentas.

Francisco, 8 anos. De humor muito instável e fragilidade narcísica, são as crises sérias de agressividade o que o traz à consulta. Quando o tentam conter, foge, sem olhar para trás. Incapaz de se autorregular, num estado de sobre-excitação, leva literalmente “tudo e todos à frente”, como um bulldózer. No final destes episódios, cai num abatimento e diz que quer morrer.

Quando chega à sessão, o Francisco começa logo a “trabalhar” — pede-me o que precisa, parece sabê-lo muito bem. À sua frente, tem um prato largo e fundo com água e sobre ele vai deitando cola líquida. Com a ajuda de um clip, vai retirando fios de cola de dentro do prato, amassa-os e molda uma forma, sólida. Absolutamente concentrado na tarefa, pouco fala. Eu sinto-me “colada” à cena, quase hipnotizada. Sinto-nos juntos, numa perfeita comunhão. Penso que lhe proporciono a vivência da experiência do objeto criado/encontrado, ajudando

a fazer aparecer o que ele cria. No final de cada sessão, pede-me para deixar no congelador a forma que construiu. Na sessão seguinte, retiram-la de lá, ele guarda-a numa caixinha e retoma a atividade. Repete em muitas sessões esta brincadeira, até ao dia em que constrói uma pequena embarcação que desliza pela água do prato. Não esqueço o prazer que ambos sentimos ao constatar que a sua embarcação, com mastro e velas, flutua graciosamente!

O que se passa ali é delicado. O Francisco cria a matéria-prima para o seu trabalho de representação do que me parece ser uma forte angústia de desamparo. A partir de fios de experiência de realização sucessiva no encontro comigo, o Francisco vai tecendo uma base ou fundo para a sua experiência emocional. Num registo muito sensorial e com grande tenacidade, joga um jogo de configuração figura-fundo, e através dele, pela construção das formas sólidas que resgata do meio líquido, ligações que constrói, parece encontrar uma definição de si mesmo. O *setting* e a analista estão ao serviço da procura da construção do *self*.

Após esta fase no trabalho, seguem-se sessões de lutas violentas entre grupos de personagens masculinas, objetos internos que conspiram entre si, num clima que carece de um superego benigno e consistente. Aos poucos, a analista vai sendo colocada na posição do terceiro que dá nome e procura organizar a confusão e caos que reina.

O trabalho clínico com estes pacientes faz-me pensar, como hipótese, que a vitalidade e o acesso aos aspetos clivados da mente decorrem do restabelecimento do vínculo na dimensão narcísica. E que nesta fase inicial a adaptação à regressão do paciente assume maior relevância do que a interpretação.

A partir destas experiências (sobretudo) emocionais, o caminho de escrita conduz-me, num primeiro momento, à noção de objeto de fundo da identificação primária, de Grotstein (1999). Trata-se, para o autor, de uma entidade de extrema importância no desenvolvimento infantil. Diz: “Considero que este conceito é, em parte, como que uma personificação dos conceitos de ambiente sustentador (ou *holding*) de Winnicott (1960) e de matriz da mente de Ogden (1986), mas é também como que a essência da qualidade de fundo dos *self*-objetos (Kohut, 1971, 1977), enquanto opostos aos objetos” (p. 127). E ainda: “Anzieu (1989) associa-o ao ‘eu-pele’” (p. 129). Esta presença de fundo

torna-se no “fundo” da figura que somos, é a entidade de vinculação que “lança” o tema da identidade e que contém o narcisismo primário.

Para Grotstein (1980), os estados mentais primitivos têm uma estrutura dinâmica, presente num registo em duas vias: a via da simbiose e a via da separação, e o seu equilíbrio varia ao longo do desenvolvimento. Assim, se no princípio predomina a relação com a mãe-ambiente, a mãe vivida como objeto interno, num segundo momento predomina a relação com a mãe vivida como objeto externo.

É neste período da vida, período de oscilação entre o estado fusional e as protoperceções de separação, que a preconceção do vínculo se enraíza, segundo Maiello (2000). Diz-nos esta autora que sem as necessárias realizações positivas, ou experiências subjetivas de reforço, capazes de transformar a preconceção do vínculo em conceção, se dá a introjeção de um vínculo frágil com o objeto primário. Ou ainda, sob certas experiências traumáticas, pode mesmo dar-se a rutura passiva da predisposição para a vinculação.

Os estados primitivos da mente funcionam numa dimensão que corresponde à posição autista-contígua de Ogden (1988), modalidade da experiência pré-simbólica, sensorial e difícil de pôr em palavras. Este estado mental precede a posição esquizoparanoide, lugar por excelência da clivagem e da identificação projetiva, e onde, aliás, Bion (1959) radica o seu conceito de ataque ao vínculo. Esta é a dimensão por excelência do conflito, à qual creio que associamos mais comumente a noção de vitalidade.

O objeto de fundo da identificação primária, à semelhança do que Ogden (2012) preconiza para a matriz da mente, deverá converter-se, ao longo do desenvolvimento, na base silenciosa da vivência da relação de objeto. Assim, penso que será a “boa companhia e alento” deste narcisismo primário, enquanto preservação do vínculo ao objeto subjetivo, isto é, ao objeto que participa da omnipotência do sujeito e lhe confere uma ilusão de proteção, o que permite a criação de um sentimento de confiança, a experiência de continuidade da existência e, ainda, o prazer de existir.

A qualidade de coesão deste fundo determinará, sugiro, o capital de vitalidade potencial do sujeito. Designo como potencial numa aproximação à Física e aos seus conceitos de energia cinética e energia potencial, tipos fundamentais de energia. A vitalidade potencial

corresponderia assim à vitalidade “armazenada” (na mente) e pronta para ser utilizada e transformada. E se no princípio era o vínculo, então no princípio era esta entidade de vinculação que constrói o narcisismo primário e tutela a emergência do *self*. Seria na transição para a verdadeira relação de objeto, ou na relação com o objeto como um outro, separado e externo, no interior do qual recai a identificação projetiva, e que se deixa ser usado, que a vitalidade potencial se transformaria em cinética. Isto é, em vitalidade “associada ao movimento”.

A mãe suficientemente boa, capaz de atender o bebé nas suas diferentes necessidades, permite-lhe desenvolver quer as capacidades que se baseiam na modalidade de separação como aquelas que se baseiam na continuação da fantasia de identificação primária, e que incluem o desenvolvimento do processo primário. Para Grotstein (1980), o processo primário, o equivalente para o autor à função alfa de Bion (1962), decorre da continuação da conexão com o objeto de fundo da identificação primária.

Para Bion (1963), a função alfa dota a mente com um sentido de subjetividade. Isto é, a simbolização é a apropriação subjetiva por parte do sujeito. A mente pode, então, pensar sobre si mesma e dar uma resposta pessoal aos acontecimentos emocionais — ou seja, é capaz de transformar a experiência emocional básica em pensamento. E também de ter uma aperceção emocional subjetiva do mundo externo.

A falha ao nível da ilusão protetora do objeto subjetivo e no sentimento de segurança que protege contra as vicissitudes da experiência interna e externa, herança da identificação primária ou do objeto de fundo da identificação primária, tem repercussões no trabalho de simbolização primária e de subjetivação. De acordo com Roussillon (2008), a simbolização primária apoia-se na qualidade da presença do objeto, presença que se deseja continente e sensível. O bebé só consegue transformar a percepção em representação a partir de uma experiência de prazer partilhado com o objeto que não só se deixa utilizar como espelho, como não perde a sua singularidade como sujeito.

Por tudo isto se depreende o valor da clínica centrada no continente, no *holding* ou fundo e com ênfase na relação e no vivido. Como sugere Tejedor (2017), “o narcisismo primário não é algo dado” (p. 220), razão pela qual por vezes é necessário “construí-lo”. A construção desta entidade vincular, como presença internalizada, garante

um capital de vitalidade potencial, base que alicerça o metabolismo da experiência emocional e facilita o acesso à alteridade.

A vitalidade estaria assim ligada ao vínculo, “nicho ecológico” das emoções e afetos, quer na dimensão narcísica, como registo de preservação do narcisismo primário — na senda do que afirma Tejedor (2018) —, capital armazenado de coesão, amparo e abrigo da “pegada” do trabalho representativo desenvolvido pelo objeto primário — a vitalidade potencial —, como na dimensão objetal, no sentido do movimento em direção ao objeto vivido como separado e externo e que designamos por vitalidade cinética.

Em ambos os casos, a vitalidade está ligada à receitividade da mente da mãe (e do analista) e à sua capacidade para transformar os aspectos sensoriais em elementos alfa. Mantendo como enquadramento o modelo em duas vias de Grotstein (1980), distinguimos os processos de simbolização primária e os processos de simbolização secundária, estes últimos assentes não sobre a presença, mas sobre a ausência do objeto. Esta conjuntura determinará a tolerância à frustração gerada pela separação e a capacidade para o pensamento simbólico.

Do mesmo modo que no trabalho clínico quando o quadro (ou *setting*) se rompe, na sua mudez e constância, emergem os aspectos mais primitivos do psiquismo, também segundo Grotstein (1980) a consciência por parte da criança da existência deste objeto de fundo da identificação primária acontece apenas quando a frustração e a deceção alertam para a probabilidade de a mãe não estar — situação que aliás se verifica num dos casos clínicos apresentados.

O uso do *setting* externo (isto é, o espaço do consultório com os seus objetos e o corpo do analista) como objeto transferencial, uso que é feito de modo silencioso e invisível, pode permitir restabelecer a simbiose original, reparar os “buracos” nessa tessitura de fundo. Isto é, reparar as falhas na experiência inicial de ilusão e omnipotência. “Buracos” que equivalem a descontinuidades no ser, a vazios psíquicos ou estados não representados da mente.

O quadro, “como encarnação dos limites do corpo, corpo da mãe, corpo do sujeito, corpo único da mãe e da criança” (Donnet, 1995, p. 95), proporciona uma segunda pele, auxilia na criação de limites seguros dentro dos quais o paciente se pode sentir contido. Mas ao mesmo tempo, o quadro também estimula a transferência: a parte

pode ser tomada pelo todo, numa projeção metonímica; e tal como na metáfora, a partir de imagens podem criar-se sentidos figurados.

O *setting* é um *holding* com função vitalizadora. Nele, decorre um processo que também opera em duas vias em simultâneo: a via de acesso à parte mais primitiva da mente e o restabelecimento da simbiose e a via da relação com a alteridade e o desenvolvimento da função alfa. E num equilíbrio que muda ao longo do tempo. Assim, se num primeiro momento assume maior importância a questão da reparação do “fundo para a experiência emocional” e a construção do *self*, num segundo momento predomina o acesso aos conteúdos emocionais clivados e o desenvolvimento da função psicanalítica da mente.

Encontro neste verso da saudosa Adília Lopes (2024) uma graciosa descrição do que procuro descrever: o tecido de fundo, matriz da vitalidade. Diz: “Faço crochet/o crochet faz-me/e nisto me desato” (p. 160). Nele, leio: essa peça de fundo, que é a relação com o objeto primário vivido como interno, peça que fazemos (na ilusão e omnipotência) e nos faz (pela sua presença contínente e sensível), é o lugar onde nasce o nosso *self* verdadeiro e a capacidade para investir os objetos.

ABSTRACT: *This paper aims to provide a closer understanding and deeper insight into the concept of vitality in psychoanalysis. Based on clinical experience with a child and an adolescent, the author proposes an expansion of the concept to include the definition of vitality in both the register of symbiosis and the register of separation. She pays special attention to vitality in the narcissistic dimension, that is, as a trace of the preservation of primary narcissism.*

KEYWORDS: *Vitality, background object of primary identification, bond, self-construction, container centered clinic.*

REFERÊNCIAS

- Bion, W. R. (1959). Attacks on linking. *The International Journal of Psychoanalysis*, 40, 308-315.
- Bion, W. R. (1962). *O aprender com a experiência*. Imago.
- Bion W. R. (1963). *Elementos em Psicanálise*. Imago.
- Civitarese, G., & Ferro, A. (2020). *Playing and vitality in psychoanalysis*. Routledge.
- Donnet, J.-L. (1995). *Le divan bien tempéré*. PUF.

- Grotstein, J. (1980). A proposed revision of the psychoanalytic concept of primitive mental states – Part I. Introduction to a newer psychoanalytic metapsychology. *Contemporary Psychoanalysis*, 16, 479-546.
- Grotstein, J. (1999). *O buraco negro*. Climepsi.
- Levine, H. (2020). Making the unthinkable thinkable: Vitalisation, reclamation, containment, and representation. In H. Levine & J. Santamaría (Eds.), *Autistic phenomena and unrepresented states – Explorations in the emergence of self* (pp. 1–19). Phoenix Publishing House Ltd.
- Lopes, A. (2024). *Dobra: Poesia reunida*. Assírio & Alvim.
- Maiello, S. (2000). Broken links: Attack or breakdown? *Journal of Child Psychotherapy*, 26(1), 5-24.
- Ogden, T. (1988). On the dialectical structure of experience: Some clinical and theoretical implications. *Contemporary Psychoanalysis*, 24(1), 17-45. <https://doi.org/10.1080/00107530.1988.10746217>
- Ogden, T. (2012). La relación edípica transicional en el desarrollo femenino. *Revista de Psicoanálisis*, 66, 37-60.
- Roussillon, R. (2008). *Le transitionnel, le sexuel et la réflexivité*. Dunod.
- Tejedor, P. (2017). Respuesta. *Revista de Psicoanálisis*, 80, 219-221.
- Tejedor, P. (2018). *A conquista da intimidade no decurso evolutivo e seu fracasso*. Revista Portuguesa de Psicanálise, 38 (2).

TUDO ISTO E NADA DISTO É SER ANALISTA EM FORMAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DE INTEGRAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ANALÍTICA¹

Carmen Thadeu²

e Sara Carvalhal³

RESUMO: Partindo da reflexão sobre a experiência de ser psicanalista em formação, da leitura do artigo “*Identifications in training: The unending road to Thebes*” (Oliveira et al., 2024) e do livro *Dear Candidate: Analysts from around the world offer personal reflections on psychoanalytic training, education, and the profession* (Busch, 2021), as autoras propõem pensar em como um psicoterapeuta se pode tornar psicanalista.

Como pode o candidato construir a sua história a partir da história comum institucional? O que é ser candidato de primeiro ano, recém-chegado e encontrando-se entre o sonho idealizado de se tornar psicanalista, mas também com tensões próprias, internas e externas? Como conciliar tantas vozes dentro de si nas primeiras sessões em análise? Como descobrir a própria voz?

Assumindo a escrita como autobiográfica e a honestidade como a melhor qualidade de um texto (Ogden, 2022, p.163), as autoras procuram pensar na entrada na Sociedade Portuguesa de Psicanálise com um novo olhar sobre a experiência profissional dos candidatos, integração de novas aprendizagens na prática clínica e a construção de uma identidade analítica. Questionam-se sobre o que é ser psicanalista, debruçando-se sobre a idealização do psicanalista, o encontro com o próprio analista fora da sessão de análise, o desenvolvimento da capacidade negativa, as identificações inconscientes, as desidentificações necessárias e a integração da função analítica nos candidatos.

¹ Artigo submetido em julho de 2025 e aceite para publicação em outubro de 2025.

² Psicóloga e Psicoterapeuta. Especialista em Clínica e Saúde e em Psicologia Educacional em Necessidades Educativas Especiais. Psicanalista em Formação no Instituto de Lisboa da Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP). Membro da International Psychoanalytical Studies Organization (IPSO). *E-mail:* carmenthadeu@gmail.com

³ Psicóloga e Psicoterapeuta. Especialista em Clínica e Saúde e Especialista em Psicologia Comunitária. Psicanalista em Formação no Instituto de Lisboa da Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP). Membro da International Psychoanalytical Studies Organization (IPSO). *E-mail:* geral@saracarvalhal.com

O crescente sentimento de pertença a um Instituto e à Sociedade, na visão das autoras, parece estar sustentado pela confiança que os colegas psicanalistas em formação e psicanalistas depositam nos novos membros, refletida na tendência de se referirem aos “candidatos” como “psicanalistas em formação”. Neste contexto, os psicanalistas em formação atrevem-se a pensar nas suas identificações mais inconscientes e a diferenciarem-se do outro; o contacto e a colaboração com pares e psicanalistas, as leituras que a formação possibilita, mas também a capacidade de fazer uso dessas ferramentas no contexto de supervisão, aberto o caminho na análise pessoal, convidam os candidatos a pensar por si.

As autoras procuram analisar o impacto da reflexão sobre temáticas tão centrais na formação de um psicanalista, propondo que um candidato que inicia este percurso de olhos postos nas suas referências se permita encontrar o caminho dentro de si, percebendo a importância de seguir na relação com os outros, tolerando os medos e permitindo-se a confiança de suportar as dúvidas. Chegado a este lugar, o seu, o psicanalista em formação está mais disponível para o aqui e agora, para a experiência emergente na relação analítica, realidades inconscientes desconhecidas que se manifestam num plano intersubjetivo e que passam a poder ser contidas e elaboradas (Levine, 2022, p. 2).

Como disse Freud — o primeiro analista em formação — na sua autobiografia: “I was occupied in finding my way in my new profession” (citado por Phillips, 2014, p.102), também ao psicanalista em formação se coloca uma questão essencial, que remete para o próprio futuro: encontrar o caminho para casa, rumo a uma função analítica cada vez mais integrada e sobretudo íntima e profundamente sua, feita de tudo isto e de nada disto, que é caminhar confiante entre dúvidas e estar disponível para esta ampla construção.

PALAVRAS-CHAVE: analista em formação, identidade, função analítica.

INTRODUÇÃO

Um som ou alguma coisa verdadeira a existir. A nascer, a crescer, a viver. Uma coisa verdadeira e infinitamente bela a agitar-se no ar do salão. Um lamento. Uma angústia a transformar-se de repente numa alegria grande. A caminhar, a correr, a dançar. Um sonho bom a transformar-se numa alegria branda. Glória e espanto. Um som a existir muito. O ar do salão cheio de um milagre invisível. Um segredo profundo a atravessar-nos. Uma emoção a continuar por onde não se imagina. A vida condensada e repetida. Um momento ao qual não tínhamos a certeza de poder sobreviver. Recordações e a explicação simples da vida. O mistério mais impossível e a revelação mais clara. Cores: branco, azul, verde, branco, luz, negro, azul, céu, branco. Nenhuma cor. Água. Silêncio a falar a língua da claridade numa voz de manhãs. Um som ou alguma coisa verdadeira. Tudo isto e nada disto era a música.

José Luís Peixoto (2008, p. 80)

O encontro com o desconhecido, experiência poética descrita por José Luís Peixoto, constitui para as autoras uma apropriada analogia do que é ser psicanalista em formação. Ouvir a primeira nota ou acorde do desconhecido que emerge convida o psicanalista em formação a uma escuta de si mesmo e do outro, ao encontro de emoções e reflexões inesperadas.

Tomando contacto com o livro “Dear Candidate: Analysts from around the world offer personal reflections on psychoanalytic training, education, and the profession” (Busch, 2021) e o artigo “Identifications in training: The unending road to Thebes” (Oliveira et al., 2024) durante os seminários teóricos da formação e atividades científicas da Sociedade Portuguesa de Psicanálise, as autoras identificaram uma oportunidade, enquanto psicanalistas em formação, para usar a palavra como terceiro analítico e poder pensar na realidade vivenciada ao longo do processo de formação.

O presente trabalho tem como objetivo compreender os processos que contribuem para a transição de psicoterapeuta a psicanalista,

investigando como a identidade analítica se constrói a partir da experiência vivida e da reflexão sobre o próprio percurso.

As autoras propõem-se pensar, tanto quanto o seu próprio percurso lhes permite, que processos têm lugar e possibilitam a transformação de um psicoterapeuta em psicanalista. Que desafios se colocam? Que resistências internas e externas têm lugar? Que reorganizações ocorrem? O que muda na escuta do psicanalista em formação?

A EXPERIÊNCIA DE INTEGRAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ANALÍTICA

Citando Freud, o primeiro psicanalista em formação, na sua autobiografia — “I was occupied in finding my way in my new profession” (Phillips, 2014, p. 102) —, o percurso de formação em Psicanálise pode ser compreendido como um processo de transformação subjetiva que envolve a construção de uma identidade analítica e a progressiva integração da função analítica. Tal movimento ultrapassa a mera aquisição de técnicas ou de conhecimentos teóricos, constituindo-se como uma reorganização interna que permite ao futuro psicanalista encontrar os seus próprios meios e instrumentos de trabalho. Mais do que aprender Psicanálise, o psicanalista em formação torna-se ele próprio um espaço analítico em transformação contínua.

A entrada na formação caracteriza-se, por um lado, pela concretização de um objetivo muito desejado e, por outro, pela vivência de uma reorganização de pensamentos, emoções e experiências que, ao encontrarem a formação, a instituição e os pares, desencadeiam novos movimentos internos, que passam a circular dentro de si.

Esta experiência inicial é frequentemente acompanhada pela idealização do que é ser psicanalista, da própria instituição — neste caso, a Sociedade Portuguesa de Psicanálise — e daqueles que a constituem, sejam pares ou formadores. Essa idealização, embora necessária para sustentar o desejo de pertença, funciona também como defesa face à própria angústia. O encontro com as idealizações em cada um dos espaços — seminários, atividades científicas e o contacto com o próprio analista fora do enquadramento clínico — constitui simultaneamente um confronto com o verdadeiro olhar sobre si mesmo, convocando a ambivalência entre a dependência e a autonomia. É neste espaço que a desidealização começa a atuar, abrindo caminho a novas

possibilidades de reflexão e à construção gradual de uma identidade analítica própria.

Bion (1979/1994, p.321), em “Making the best of a bad job”, descreve a “tempestade emocional” desencadeada no encontro entre psicanalista e paciente durante a sessão. Por analogia, experiência semelhante ocorre no encontro do psicanalista em formação com a instituição, com os pares e com os formadores. Este processo exige elaboração interna, uma vez que o psicanalista em formação se confronta com a dimensão da idealização do outro em si próprio, tentando fazer uso do que sente e pensa neste encontro da melhor forma possível. Olhar para o verdadeiro *self* permite ao psicanalista em formação percecionar a instituição como um espaço organizador e estruturante, que facilita a circulação de experiências e a elaboração psíquica.

Nos primeiros seminários de formação, foi sugerido que nos apresentássemos como “psicanalistas em formação”, expressão que acompanha a designação de “candidatos”. A escolha desta terminologia — “psicanalistas em formação” — reforça a relação entre nós e a instituição, orientando-nos para um processo contínuo de amadurecimento profissional e pessoal, em ligação aos outros, mais do que para a aquisição de um título, fazendo parte da vida institucional e tornando esta construção verdadeiramente nossa, em que haja espaço para “inevitáveis insatisfações ou mesmo desilusões — que também fazem parte da vida, mas capazes de criar contextos de debate e reflexão” (Oliveira et al., 2024, p. 2).

Neste percurso, os pares assumem um papel central. No *Journal Club*, foi analisado o texto de Juliet Mitchell (2021) — “Why siblings? Introducing the ‘sibling trauma’ and the ‘law of the mother’ on the ‘horizontal’ axis” —, que aborda as relações entre irmãos como um novo campo de estudo, demonstrando a importância da relação fraterna no mundo interno e como se replica nos mais diversos contextos de pares. O contacto com os pares assume na formação um lugar fundamental. Mais do que a competição ou o medo de não existir perante a presença do outro, os pares funcionam como um terceiro analítico. Os pares podem operar como um espaço de contenção e elaboração, capaz de transformar a angústia e o desamparo decorrentes das desidealizações e das desidentificações em pensamento e criatividade, como sugere Winnicott (1971, p. 108). Este espaço relacional permite

ao candidato, mesmo no isolamento próprio deste percurso individual, coconstruir significados e aprender a tolerar a incerteza inerente à função analítica.

Em determinados momentos, o percurso formativo atinge pontos de saturação. As exigências internas e externas acumulam-se, o fluxo psíquico torna-se muito denso e o movimento do pensamento parece interromper-se. A imagem de uma veia obstruída surge como metáfora: o fluxo vital, momentaneamente interrompido, exige a criação de novas vias de circulação. A desobstrução da veia corresponde à emergência de novos caminhos psíquicos, à reorganização da escuta e ao restabelecimento do pensamento criativo. É neste processo de “desobstrução” que se manifesta o início da passagem simbólica de psicoterapeuta a psicanalista, quando a experiência do psicanalista em formação começa a transformar-se em função analítica e identidade própria.

Da tempestade emocional descrita por Bion, começam a emergir formas: o trabalho da análise é transposto para a supervisão; da discussão clínica com um supervisor emergem aspectos do mundo interno que ainda não tinham tido possibilidade de serem elaborados; os conceitos teóricos dos seminários e leituras passam a ocupar um outro lugar na compreensão do psicanalista em formação. Ao longo deste percurso, ocorrem obstruções e desobstruções, silêncios e descobertas, constituindo um ritmo próprio e individual da formação. O psicanalista em formação tem possibilidade de tolerar não saber, o vazio, e construir um significado a partir da circulação constante de experiências internas e externas.

O processo de formação é contínuo, dinâmico e relacional e caracteriza-se por crescimento individual, elaboração psíquica e construção de uma identidade analítica, ocorrendo estes movimentos de forma mais ou menos simultânea. É um processo que integra experiências individuais, a relação com os pares e a instituição, o analista e os supervisores, momentos de bloqueio alternando com momentos criativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de se tornar psicanalista revela-se como uma circulação constante entre obstrução e fluidez, entre dependência e autonomia, entre o silêncio e a possibilidade de palavra. Caminhos que surgem ou têm possibilidade de se desenvolver sempre que

o psicanalista em formação depara com as resistências internas, idealizações e a cada encontro com o outro. Como na citação de José Luís Peixoto, a cada nova nota ou silêncio que se escuta, a cada experiência vivida, a cada novo encontro com o outro e com próprio, gradualmente, há a possibilidade de emergência da função analítica. Trata-se de um movimento contínuo e de descoberta do desconhecido através do qual o psicoterapeuta se transforma em psicanalista.

ABSTRACT: *Starting from the reflection on the experience of being a candidate in training, from reading the article “Identifications in training - the unending road to Thebes” (Oliveira et al., 2024) and the book Dear Candidate (Busch, 2021), the authors aim to reflect on how a psychotherapist can become a psychoanalyst.*

How can the candidate build their narrative from the common institutional story? What does it mean to be a candidate in training, a newcomer, someone caught between the idealized dream of becoming a psychoanalyst, but also facing internal and external tensions? How can one reconcile so many voices within oneself in the early analysis sessions? How can one discover their own voice?

Assuming writing as autobiographical and honesty as the best quality of a text (Ogden, 2022), the authors seek to reflect on the entry into the Society as a new perspective on the professional experience of candidates, the integration of new learnings into clinical practice, and the construction of an analytical identity. They question what it means to be a psychoanalyst, contemplating on the idealization of the psychoanalyst, the encounter with one's own analyst outside of the analysis sessions, the development of negative capability, unconscious identifications, necessary disidentifications, and the integration of the analytical function in candidates.

The growing sense of belonging to an Institute and to the Society, in the authors' view, seems to be supported by the trust that fellow candidates and psychoanalysts place in new members, reflected in the tendency to refer to “candidates” as “analysts in training.” In this context, analysts in training dare to think about their more unconscious identifications and differentiate themselves from others; the contact and collaboration with peers and psychoanalysts, the readings that the training allows, but also the ability to make use of these tools in the context of supervision, and the opened path in personal analysis, invite candidates to think for themselves.

The authors aim to analyze the impact of reflective pondering on such central themes in the training of an analyst, proposing that a candidate who begins this journey with their references in sight, should allow themselves to find the path within, understanding the importance of continuing in relation to others,

tolerating fears, and trusting in their ability to endure doubts. Having reached this place, their own, the analyst in training becomes more available to the here and now, to the emerging experience in the analytic relationship (Levine, 2022).

As Freud, the first analyst in training, said in his autobiography: "I was occupied in finding my way in my new profession". Likewise, the candidate/analyst in training faces an essential question that points to their future: finding the way home, towards an increasingly integrated and, above all, deeply personal analytical function, made of all this and none of this, which is to walk between doubts and be available for this broad construction.

KEYWORDS: *analyst in training, identity, analytical function.*

BIBLIOGRAFIA

- Bion, W. R. (1994). Making the best of a bad job. In F. Bion (Ed.), *Clinical seminars and four papers* (p. 321). Karnac Books. (Obra original publicada em 1979)
- Busch, F. (Ed.). (2021). *Dear candidate: Analysts from around the world offer personal reflections on psychoanalysis in training, education and the profession.* Routledge.
- Levine, H. B. (2022). *The post-Bionian field theory of Antonino Ferro.* Routledge.
- Mitchell, J. (2022). Why siblings? Introducing the “sibling trauma” and the “law of the mother” on the “horizontal” axis. *The Psychoanalytic Study of the Child*, 75(1), 121-139. <https://doi.org/10.1080/00797308.2021.1972697>
- Ogden, T. H. (2022). *Coming to life in the consulting room: Toward a new analytic sensibility.* Routledge.
- Oliveira, R., Almeida, C. M. & Keating, J. P. (2024). Identifications in training: The unending road to Thebes. In *Conference 2024* papers (pp. 1-5). European Psychoanalytical Federation. <https://www.epf-fep.eu/en/bulletin/category/id-78?flippingbook=1>
- Peixoto, J. L. (2008). *Uma casa na escuridão.* Bertrand Editora.
- Phillips, A. (2014). *Becoming Freud: The making of a psychoanalyst.* Yale University Press.
- Winnicott, D. W. (1971). *O brincar e a realidade.* Imago.

SUBJETIVIDADE NÓMADA E ESCUTA ANALÍTICA¹

Sílvia R. Acosta²

<https://doi.org/10.51356/rpp.452a6>

RESUMO: No artigo, são analisadas as transformações da subjetividade nas sociedades contemporâneas hipermóveis e os desafios que estas colocam à escuta psicanalítica. Com base na noção de subjetividade nómada de Rosi Braidotti, distinguem-se três configurações psíquicas e temporais: o exilado, o migrante e o nómada. Enquanto o exilado permanece ligado ao passado pela perda e o migrante habita um tempo burocrático suspenso, o nómada constrói a sua identidade através do movimento e da transição, mais do que da pertença. A partir do conceito de não-lugares de Marc Augé — espaços de trânsito desprovidos de memória —, no texto propõe-se que a psicanálise pode transformar esses vazios em lugares de encontro e de sentido. As vinhetas clínicas de “pacientes nómadas” revelam fragmentação, ansiedade e dificuldade em criar vínculos no meio do deslocamento constante. Nesta fluidez, a fiabilidade e a constância temporal do analista tornam-se âncoras para a historização e a localização subjetiva. A mobilidade é apresentada como hierarquia social e condição psíquica, evidenciando as contradições entre o nomadismo digital privilegiado e a migração forçada. A escuta analítica redefine-se como prática capaz de habitar o entre-dois, onde identidade, língua e pertença permanecem abertas, heterogéneas e em permanente construção.

PALAVRAS-CHAVE: subjetividade nómada, migração, desenraizamento, escuta analítica.

¹ Trabalho apresentado no 54.º Congresso da Associação Psicanalítica Internacional (IPA), subordinado ao tema “Psychoanalysis: An anchor in chaotic times”, decorrido em Lisboa entre 30 de julho e 2 de agosto de 2025. Submetido em outubro de 2025 e aceite para publicação em outubro de 2025.

² Psicanalista argentina residente em Portugal desde 2020. Membro da Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP) e da Associação Psicanalítica de Córdoba (APC) (Argentina). Overall Chair do Comité de Estudos sobre Diversidade Sexual e Género da Associação Psicanalítica Internacional (IPA). Secretária Científica do *Livro Anual de Psicanálise* em espanhol do *International Journal of Psychoanalysis*. E-mail: Centrodrac@gmail.com

No mundo contemporâneo caótico e veloz em que vivemos, as mudanças na ancoragem das subjetividades são muitas, o que as torna cada vez mais instáveis e conflituosas. Conseguir ancorar-se em tempos caóticos alude à possibilidade de encontrar um refúgio onde o sujeito possa usufruir de descanso, alívio, tempo e espaço para a elaboração psíquica, para o desenvolvimento do elo social, para a consolidação de um significado subjetivo para as suas experiências.

Neste mundo, as mudanças ocorridas em torno da noção de mobilidade desencadearam-se de forma irrefreável desde o final do século passado. Desde a aspiração de ascensão social ao desejo de sair das periferias e a distintas figurações de um modo de “ser em trânsito” — migrante, refugiado, turista, errante —, a condição de estar em movimento foi ficando associada à noção de identidade e de território: “quem sou” é uma pergunta situada no tempo e no espaço, remetendo para “onde estou”, “onde nasci”, “para onde vou”. Entrelaça passado e futuro a um presente que, perante a aceleração e a instabilidade contemporâneas, evoca uma realidade cambiante e heterogénea, constituída por múltiplas camadas e tempos simultâneos.

De facto, o fenómeno migratório, pensado no âmbito da compreensão dos grandes temas que atravessam a construção da subjetividade, é muito complexo e associa-se a experiências diversas consoante quem se desloca, onde, quando e porquê. Como é que estes desenraizamentos no tempo e no espaço afetam o sujeito? Como poderemos diferenciar distintas configurações de migrantes com trajetórias e ambições variáveis? De que ferramentas dispõe a Psicanálise para poder sustentar os processos de mobilidade, acompanhando o sujeito em trânsito? Faço estas perguntas focando-me sobretudo num tipo particular de subjetividade associada à condição de “estar sempre em trânsito”: o nómada.

MAPAS, FRONTEIRAS E AUTORIZAÇÃO DE CIRCULAÇÃO

Ana Teresa Vicente (2024) é uma artista portuguesa com a qual me cruzei enquanto procurava referentes narrativos e artísticos que trabalhassem as noções de trânsito, associadas a categorias e binarismos. Investigando sobre as categorias de género e a forma como criam minorias, sobre o anormal, sobre o excluído, encontrei a sua obra.

No seu projeto “Transtopias”, a artista desenhou um dispositivo, um objeto artístico, para representar as múltiplas possibilidades de fluxos ou direções dentro de um mesmo espaço. É um mapa transparente, constituído de duas placas sobrepostas, entre as quais se encontra um líquido magnético que reage a umas peças metálicas que se podem deslocar sobre o mapa, criando fluxos distintos que pretendem representar as diferentes condições de estar em trânsito. É quase imediata a associação com o conceito de fluxos migratórios: as várias possibilidades de deslocamento que estão disponíveis consoante as categorias ou os grupos aos quais os sujeitos pertencem, de acordo com as suas condições de vida, sociais, e sobretudo com as razões que levam a essa mobilidade. Se fizéssemos o exercício de considerar o tipo de passaporte, nacionalidade, recursos económicos, situação política, género, raça, religião, de uma dada pessoa, poderíamos estabelecer pontos magnéticos que poderiam promover certo tipo de mobilidade e outros pontos que a repeliriam, definindo percursos ou trajetos muitos diferentes sobre o mesmo mapa. Ou seja, o nosso mapa global não é o mesmo mapa para todos.

O tipo de mapa que podemos delinear, a permeabilidade das suas fronteiras, a existência ou não de retóricas opressivas que restrinjam as movimentações ou que julguem de forma discriminatória a condição de estrangeiro são variáveis significativas do modo de ser migrante.

Nesta linha, poderia dizer-se que, na realidade contemporânea, a mobilidade atua como fator de definição do lugar de cada um numa hierarquia, tanto socioeconómica, quanto cultural. A possibilidade ou impossibilidade de acesso à mobilidade (de pessoas, de informação, financeira, etc.) converteu-se num eixo de estratificação. Tal acesso define, pois, diferentes realidades dentro dessa mobilidade. Em primeiro lugar, um tipo de mobilidade sem restrições, sem barreiras burocráticas, sem fronteiras, nem físicas, nem digitais: o “turista” do mundo, segundo Bauman (2001). Esta mobilidade responde ao conceito de globalização, numa instantaneidade pretensamente ubíqua. Esta figura coincide em grande parte com um eu ideal quando se pensa em mobilidade: indivíduos que podem percorrer o mundo, ter casa própria onde viver em qualquer Estado, passaportes que permitem a entrada sem restrições em qualquer país, etc. Não é que não existam

de todo estas condições de mobilidade, mas são totalmente irrealistas para a larga maioria dos indivíduos em trânsito.

Por outro lado, podemos identificar outro tipo de mobilidade, a deslocação forçada por questões políticas, sociais, económicas ou culturais. São os refugiados, os exilados, que configuram mobilidades cheias de riscos, precisamente porque provêm das periferias e se dirigem aos centros. Em geral, a maior parte das vezes são deslocações irreversíveis. Sobre este tipo de migração, ocupou-se extensamente a Psicanálise (Akhtar, 1995; Varvin, 2019; Volkan, 1993; De Coster, 2019), tratando de elaborar o impacto na subjetividade do traumático, dos lutos, da violência, da discriminação, do desamparo e de tudo o que acontece ao sujeito quando é arrancado ou é forçado a arrancar-se do lugar onde radica o seu centro vital.

Existe também um terceiro género de mobilidade: a mobilidade nómada. Esta pretende, no próprio ato de se deslocar, superar a dualidade moderna “nacional/estrangeiro”, imaginando uma identidade global e homogénea e colocando em questão aquilo que acreditávamos ser indubitavelmente seguro: casa, família, raízes, nacionalidade. O ato de andar implica em si mesmo um processo, um devir, um ser intranxioso que se desenvolve, se constrói e se transforma enquanto está na estrada. Na nossa sociedade contemporânea, esta figura é suficientemente visível para que muitos Estados a incluam através de legislação acerca de vistos específicos: os nómadas digitais.

Neste sentido, o uso das novas tecnologias de informação e de comunicação, além de favorecer uma flagrante compressão do espaço-tempo, também acelerou exponencialmente os efeitos contraditórios do processo de globalização: facilita o encontro entre indivíduos afastados por grandes distâncias físicas, mas dissolve o poder dos espaços públicos enquanto geradores de significado; abrem-se as fronteiras entre os Estados modernos, mas levantam-se outros muros intransponíveis, regulados por outros critérios como nacionalidade, religião, raça, recursos económicos.

A condição de nómada é interessante pelas suas contradições. São indivíduos que têm “as portas abertas” em muitos Estados, não sentem o peso das limitações de entrada ou de permanência que outros migrantes têm de suportar, mas, ao mesmo tempo, têm de cumprir certos requisitos: geralmente, são pessoas jovens (entre os 20 e os

40 anos, e, portanto, provavelmente saudáveis) e sem família (o que isenta o estado de ter de educar os seus descendentes); trazem consigo a sua fonte de rendimento e devem gastar dinheiro no país que os acolhe (o Estado que os recebe não lhes oferece trabalho); pagam o seu próprio sistema de saúde e não raras vezes não têm direito aos serviços sociais do país de acolhimento; e devem pagar impostos, mas em geral não recebem os benefícios associados. Esta situação pode alterar-se, modificando-se o seu “estatuto”, mas esta modificação conduz a uma degradação do mesmo para um estatuto de migrante, com as limitações e o controlo a que está sujeito um migrante “típico”. Nesta situação, perante o custo social e subjetivo desta precarização, o indivíduo mais facilmente escolhe continuar a deslocar-se. Além das considerações éticas sobre esta figura, a configuração subjetiva de quem vive como nómada é a de quem visita uma casa que não é sua — é bem recebido, mas não pode mexer em nada.

SITUAR OS PROCESSOS MIGRATÓRIOS

Rosi Braidotti (2009) apela para a necessidade da aprofundar uma compreensão do sujeito a partir dos fenómenos migratórios. A autora reclama a consciência de um sujeito multiestratificado e localizado, em relação com o seu contexto espaciotemporal e de género, identidade sexual, raça, classe social, idade. Afirma:

[...] en el horizonte de la postmodernidad, van surgiendo figuras más significativas de la movilidad: la joven *au pair*; la novia encargada por correo; el inmigrante ilegal; la prostituta que trabaja en la frontera, e incluso la niñera. (...) Las figuraciones no son meras metáforas, sino que señalan posiciones históricas situadas muy concretamente". (p. 130)³

O nómada pós-moderno, digital, jovem e livre é outro estereótipo. Contextualizar a subjetividade é necessário não só por uma questão de responsabilidade política, que acompanha o pensamento nómada,

³ “No horizonte da pós-modernidade, vão surgindo figuras mais significativas da mobilidade: a jovem au pair, a noiva por procuração, o imigrante ilegal, a prostituta que trabalha na fronteira, a ama. [...] Estas figurações não são meras metáforas, mas assinalam posições históricas situadas muito concretamente.” [N. T.]

mas também para uma compreensão mais aprofundada das múltiplas camadas do impacto desta figura migrante na construção de um sentido de si.

O que promove a subjetividade nómada é a necessidade de identificar uma linha de fuga, o que equivale a dizer um espaço alternativo de devir, criativo, que não fique suspenso entre o móvel e o imóvel, entre o residente e o estrangeiro, mas que se insira dentro dessas categorias. A questão é como não desprezar nem glorificar a condição de marginal, de estranho, encontrando, em alternativa, uma outra localização mais precisa e complexa.

Braidotti, partindo da subjetividade nómada, avança na análise destes efeitos. A localização é uma responsabilidade política necessária para não idealizar nem desprezar a precariedade, afirma a autora, alinhada com o que afirma Judith Butler (2004) — falar de diversidade, de trânsito, é falar muito mais de vulnerabilidade do que de diferenças. A tensão criada ao tentar habitar os espaços entre os binarismos muitas vezes polariza-se quando confrontada com o imperativo da assimilação cultural. Criar espaços tangenciais onde se pode encontrar lugar para territórios de fronteira, em que se possa habitar as zonas cinzentas, constitui o centro identitário e o território a partir do qual se pode imaginar um “sentido de si mesmo”. Paradoxalmente, parece que manter vivo o espaço transicional que permite imaginar o “eu sou” acontece à custa de permanecer estrangeiro.

DISTINTAS TRAVESSIAS SUBJETIVAS: O EXILADO, O MIGRANTE E O NÓMADA

O modo e o tempo do exilado baseiam-se no significado da própria condição de estrangeiro e, em muitos casos, numa percepção hostil do país que o acolhe. No exilado, há um forte sentimento de perda e de separação em relação ao país de origem. Por essa razão, as memórias e as canções na língua materna têm um papel fundamental na sua narrativa. Braidotti situa o sentir do exilado num futuro perfeito: “Ter-se-á passado assim...” Esta recordação do passado, ao mesmo tempo, destabiliza o seu presente porque não favorece a sua adaptação, deixando-o então em suspenso. A literatura psicanalítica (Akhtar, 1995, 1999; Volkan, 1993; De Coster, 2019; Varvin, 2019, 2023)

dedicou-se à interação entre discriminação, marginalização, trauma e luto para abordar este tipo de fenómeno migratório.

O migrante, por outro lado — sempre o outro no olhar do “nacional” —, deambula nos limites, entre os muros de uma legalidade permanentemente em revisão, que reduz os caminhos possíveis. O migrante arrasta o passado, um passado que se acumula e que pesa no presente, onde se mantém intacto. Segundo Braidotti, o seu tempo verbal é o pretérito perfeito: “eu fiz, eu vivi, eu estudei”, o qual aconteceu no passado e determina as suas consequências no presente. O tempo do migrante é também o da espera por um futuro que não chega. À espera de uma situação definitiva do ponto de vista legal; à espera de documentos que passam de instituição em instituição, de autoridade em autoridade, para serem aprovados e selados; à espera de uma autorização de livre circulação.

No curso normal de um trajeto migratório, as legalizações dos documentos e autorizações vão acontecendo progressivamente, primeiro de forma temporária para depois, sob certas condições, se tornarem permanentes. No final, se assim o desejar, o sujeito pode requerer as credenciais que lhe darão “nacionalidade” ou “cidadania”. Este não é um caminho linear ou estável. As burocracias e as mudanças políticas afetam as condições de acesso do migrante à obtenção ou renovação da sua situação, pelo que trabalhar clinicamente com migrantes implica saber que a vida sucede em tempos paralelos que vão colapsar de quando em quando.

A vida do migrante, no seu projeto de adaptação, implica estabelecer-se, criar laços sociais, educar os seus filhos numa nova cultura e muitas vezes num novo idioma, desenvolver uma progressiva sensação de sucesso, de chegada. No entanto, cada dois ou três anos, o seu visto de residência caducará e um segundo tempo emerge, que dará cabo da sensação de sucesso anteriormente conquistada, empurrando-o assim para o mesmo ermo em que vive o refugiado. As dúvidas sobre o sentido da migração, o esgotamento, a sensação de desamparo, o tempo suspenso voltam com força e ocupam todo o espaço da narrativa do sujeito, enquanto os seus vistos estiverem sob escrutínio, enquanto a sua vez nos serviços para estrangeiros não chega, enquanto são avaliadas as autorizações de residência e de circulação. A vulnerabilidade volta a sentir-se na carne como no primeiro dia, como se

o tempo não tivesse passado e tudo o que havia sido construído desde aí não contasse.

Finalmente, o tempo da subjetividade nómada baseia-se na mobilidade em si mesma. Embora existam destinos, estes não representam em si mesmos o objetivo da deslocação, sendo apenas pausas, finais de uma etapa antes de passar à etapa seguinte.

De acordo com Braidotti (2004), o tempo do nómada é o imperfeito: ativo, contínuo, relacionando-se com o passado, mas sem absorver o seu peso, porque este não é visto como a origem saudosa de um lugar perdido. O nómada estabelece uma relação agida entre o passado e o presente, ao mesmo tempo que não espera pelo futuro, mas chega a ele através da sua travessia. Como na trajetória de um barco, cada manobra está condicionada pela manobra anterior. Por isso, o tempo do nómada é o tempo da transição e a sua rota tem uma velocidade controlada. A compreensão do sentido idiossincrático desta trajetória baseia-se na valorização do subjetivo e daquilo que é singular, em contraponto com o objetivo e pretensamente homogéneo, assim como na percepção do tempo e do espaço como territórios abertos, e ao mesmo tempo heterogéneos, sem linhas que os organizem artificialmente de acordo com objetivos pré-estabelecidos. Um indivíduo sem essência, incorpóreo, fragmentado e heterogéneo, movendo-se entre o trânsito e a errância. Qual é, nestas condições, a trajetória desejante possível? Como se constitui um sentido de identidade e de pertença? Quais as possibilidades eróticas de um sujeito desvinculado do laço social?

A ESCUTA ANALÍTICA NA CONDIÇÃO NÓMADA: HABITAR UM NÃO-LUGAR

Em 1992, o antropólogo Marc Augé propôs a noção de “não lugares” para se referir aos espaços de trânsito, onde as pessoas são meros elementos anónimos que interagem fugazmente entre si: aeroportos, estações de metro, parques de estacionamento, salas de espera, postos de abastecimento... São locais de confluência, mas não de encontro. A estandardização produz-se na consequente anulação dos vínculos locais interpessoais e quotidianos.

Os “não-lugares” convertem-se em espaços vazios de significado, sem memória, precisamente pela sua natureza de lugares de passagem e também porque os elementos, ou seja, as pessoas, basicamente

desenvolvem de forma anónima atividades de consumo. O “não-lugar” é a contraposição do “lugar antropológico” porque é sem memória, sem história, sem tradição e sem rasto (Augé, 1993).

Na subjetividade nómada, abre-se a possibilidade de assumir a natureza transitória dos “não-lugares”, devolver-lhes significado a partir do seu uso quotidiano, transformando-os em espaços de encontro e de produção de novas narrativas. Um trajeto faz-se sempre no caminho entre dois pontos, mas esse “entre-dois” ganhou uma nova consistência e goza tanto de autonomia como de direção própria. Porque é no ir fazendo caminho, onde de início apenas pareciam existir elementos descontextualizados, que se vão produzindo sinergias. Trata-se de valorizar a experiência do improviso, que nasce da intenção de formar uma relação afetiva com o território. Como nas ondas do mar, na deslocação podem surgir novas densidades, zonas de confluência, narrativas geradas que abrem espaço a novas possibilidades.

Os não-lugares convidam também a imaginar como habitar esses territórios, além das condições objetivas dos espaços, construindo cartografias subjetivas — e, portanto, singulares — que outorguem um novo sentido de pertença e de identidade a tais percursos.

Dung Kai-cheung é um escritor nascido em Hong Kong na década de 60 do século passado que escreveu o livro *Atlas: The Archaeology of an Imaginary City* (2012), uma ficção que desafia abertamente a relação imaginária entre mapa e território e põe em cheque a veracidade das nossas representações de espaço, de território e de temporalidade linear.

Aliás, a literatura sempre se interessou pelos processos de significação e conhecimento relacionados com a localização, a habitação, a identidade e a deslocação semiótica a partir de um movimento de desafio à noção de fronteiras. Pelo seu lado, a cartografia sempre revelou as limitações espaciais e, ao mesmo tempo, recorrendo a simplificações, apagou as várias camadas de histórias coletivas que se inter-relacionam entre si e com as histórias pessoais. O analista, através de uma poética do inconsciente, procura explorar, algumas vezes recuperando, outras reconstruindo, tal como geografias, os discursos que se entrelaçam, criando condições para a subjetivação, sabendo que a sua prática está localizada num espaço e num tempo específicos.

Mapas de histórias, cartografias ficcionais, narrativas cartográficas são alguns dos termos usados para traçar a ligação entre lugares,

mapas e narrativas. Como tais, são formas híbridas que exploram as implicações sociopolíticas e os aspectos tecnológicos de uma cartografia multissemiótica. Cartografias essas que implicam sujeitos e as suas condições de existência em trânsito; sujeitos buscando constantemente prender o seu desejo aos objetos da sua época. Mapas que descrevem trajetos abertos ou, pelo contrário, evidenciam limitações para o desenvolvimento do sujeito contemporâneo e do seu erotismo.

ANALOGIAS

Sabemos bem que, na nossa prática clínica, os pacientes se aproximam a partir de um certo sofrimento que não cede, uma pergunta que excede os seus limites e não encontra resposta, certos sentimentos de vazio ou perda. Às vezes, subtis, às vezes exaltadas, estas vivências marcam a existência de um rasgão ou descontinuidade na experiência subjetiva, que se apresenta como desenraizada, errática e sem transcendência.

Dentro dos modos de descrever a experiência de isolamento ou desenraizamento, de desidentificação, de falta de sentido, de ausência de referências subjetivas, os meus pacientes nómadas partilharam comigo uma série de analogias que me têm ajudado a pensar em certos eixos que descrevem as consequências psíquicas deste tipo de processo migratório.

Pedro chega à consulta porque “precisa de ficar quieto”, apaixonou-se e quer estabelecer-se com a sua companheira, mas “não está acostumado a ter um centro de gravidade”. Não dorme, sente angústia, sonha que é apanhado por uma avalanche, a qual associa às responsabilidades da “vida na terra”.

Melina vive em Andorra desde há dois anos, passando de Airbnb em Airbnb, mas tem residência na Argentina, trabalha remotamente para os Estados Unidos, quer mudar-se para a Áustria e exibe um passaporte italiano. “Nunca sei o que escrever nos formulários que perguntam de onde sou. Não quero sequer começar a explicar a complicação que é para mim definir a minha localização.”

Aurora chega à consulta por sugestão de uma conhecida, desde que a ouviu dizer várias vezes que “vive na sua nave espacial” de onde “desce” quando precisa de comunicar com os outros por razões meramente operacionais. Não tem amigos que possa identificar, nem

pessoas de confiança com quem partilhar os seus projetos e os seus planos. Sente-se profundamente estranha e só.

Luca diz sentir-se “perdido”. A “liberdade” de poder viver onde quiser acabou “por o arrastar”, de tal forma que sente que vive num aeroporto. Tem vínculos e relações que têm prazo de validade antes de começarem e diz não estar disposto a “investir” o que é preciso para “se conectar”.

Todos eles se relacionam com outros sobretudo através de aplicações; Pedro e Aurora, além disso, vivem “noutra linguagem”. Todos apresentam sintomas significativos de ansiedade e depressão. Têm dificuldade em associar a partir de referentes como “projeto”, “destino”, “meu”, “rede”, “quero”, “outro”.

Poderia generalizar afirmando que o dispositivo analítico se estabelece a partir da disponibilidade do analista para sustentar um quadro analítico nestas condições de deslocação e atemporalidade. Curiosamente, a atemporalidade e a estranheza do espaço analítico (que geralmente constitui um tempo alternativo à vida quotidiana) consolida-se como o espaço e tempo necessários para retomar a linha de historização e localização subjetivas.

Quando o paciente imagina um espaço habitado por um outro, neste caso o analista, essa ilusão de contacto (Winnicott, 1971) desperta os fenómenos de tradução e transposição necessários para passar de habitar um não-lugar para ressignificar como próprio o espaço que se habita. Sempre imperfeito, sempre incompleto, sempre transitório, mas agora emocionalmente significativo.

A mudança implícita na subjetividade nómada requer a criação de novos espaços de diálogo e de cenários intersubjetivos a cada nova localização, como forma de criar memórias. O encontro analítico favorece essa criação, muitas vezes sustentada pela certeza e pela fiabilidade da presença do analista, que garante a constância do cenário a partir da sua própria aposta libidinal. Neste sentido, trabalhar com subjetividades nómadas redefine o que entendemos como neutralidade e abstinência, visto que muitas vezes é necessária a presença ativa do analista garantindo as marcações, os horários e o *setting*, de modo a consolidar a realidade e regularidade do encontro. Instalando assim uma repetição que pode ser criativa.

Além disso, requer um esforço de tradução onde subjetivamente se negoceiam e se adaptam os códigos, as propostas, aceitando uma certa

incompletude e opacidade. Mesmo quando se vive na mesma língua, o migrante e o nómada rapidamente compreendem que “a mesma língua” é um fenómeno extremamente complexo, que excede amplamente a ideia do “mesmo idioma”.

Finalmente, existe o esforço de transposição (Braidotti, 2004). Na música, a transposição supõe uma mudança de escala, mas este deslocamento não se realiza de forma completamente linear, implicando, porém, mudanças de nomenclatura e de contagem de notas. Num esforço de tradução que resolve — através da produção de novos significados — os desencontros e saltos descontínuos entre códigos, procura-se reconstruir ou ficcionar aquilo que a tradução tradicional esconde ou dilui.

Este esforço é constante, obrigando a uma permanente interpretação, tradução, reinterpretação. A condição nómada não só implica o trânsito geográfico, como também remete para uma subjetividade em permanente construção e desconstrução. Reclama chegar a um certo lugar para o poder destruir e começar de novo. É um processo relacional onde, para poder sustentar uma ética diversa de culturas e formas de pensar, devem rever-se as coordenadas e as premissas estabelecidas *a priori*, através de interpretações móveis e identificações transitórias. Aqui, o sujeito não se dirige do ponto A ao ponto B, mas habita territórios normalmente concebidos como margens.

Esta condição exige ao migrante — a qualquer um deles — o desenvolvimento de uma subjetividade onde haja lugar para a heterogeneidade e a multiplicidade, para assim poder reconhecer as próprias localizações e subjetividades e as camadas contraditórias que possam existir. O esforço subjetivo é enorme, a vulnerabilidade a retóricas opressivas frente ao diferente fica ampliada, as perdas e o passado têm um valor específico, na medida em que, frequentemente, o migrante se define por aquilo que perdeu no percurso.

Neste cenário, a apostila relacional que o analista oferece promove a recriação de cenários para encontrar ou recuperar o sujeito identitário, protegendo o requisito de “ser outro” perante quem o sujeito é, com quem se identifica, como se reflete, como se diferencia e existe. A condição de estabilidade, recorrência e antecipação com que lhe brinda o espaço analítico gera o tempo e o espaço antes ausentes, o estado de calma e certeza que o sujeito necessita para explorar e compreender

a sua travessia. Para isso, deve sentir-se seguro no espaço atemporal e permanente do dispositivo analítico. Aí, então, buscando nos rastos perdidos dos nossos mapas históricos, cujos fragmentos nos acompanham onde formos, é onde se abre a possibilidade de reconstrução, historização e ressignificação das nossas cartografias individuais.

ABSTRACT: *In this paper, the author examines transformations of subjectivity in contemporary hyper-mobile societies and the challenges they pose for psychoanalytic listening. Drawing on Rosi Braidotti's notion of nomadic subjectivity, it differentiates between exile, migrant, and nomad as distinct psychic and temporal configurations. While the exile remains bound to the past through loss, and the migrant inhabits suspended bureaucratic time, the nomad constructs identity through movement and transition rather than belonging. Using Marc Augé's concept of non-places—spaces of transit devoid of memory—the author argues that psychoanalysis can transform such voids into meaningful encounters. Clinical vignettes of “nomadic patients” reveal fragmentation, anxiety, and the struggle to create attachment amid constant displacement. Within this fluidity, the analyst's reliability and temporal consistency become anchors for historicization and subjective localization. Mobility is framed as both a social hierarchy and a psychic condition, exposing contradictions between privileged digital nomadism and forced migration. Psychoanalytic work must engage with these transient contexts through translation and transposition, creating new meanings within discontinuity. Ultimately, nomadic subjectivity demands a psychoanalysis capable of inhabiting the in-between—where identity, language, and belonging remain open, heterogeneous, and perpetually in process.*

KEYWORDS: *nomadic subjectivity, migration, uprootedness, analytic listening.*

REFERÊNCIAS

- Akhtar, S. (1995). A third individuation: Immigration, identity, and the psychoanalytic process. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 43(4), 1051-1084. <https://doi.org/10.1177/000306519504300405>
- Akhtar, S. (1999). *Immigration and identity: Turmoil, treatment, and transformation*. Jason Aronson.
- Augé, M. (1993). *Los no lugares. Espacios del anonimato: Una antropología de la sobremodernidad*. Editorial Gedisa.
- Bauman, Z. (2001). *Globalització. Les conseqüències humanes*. Editorial de la Universitat Oberta de Catalunya.

- Braidotti, R. (2004). *Feminismo, diferencia sexual y subjetividad nómada*. Editorial Gedisa.
- Braidotti, R. (2009) *Transposiciones. Sobre la ética nómada*. Editorial Gedisa.
- Butler, J. (2004) *Vida precaria. El poder del duelo y la violencia*. Paidós.
- De Coster, J. (2019). A few psychoanalytic thoughts about migration, the loss, and the search for identity. *Psychoanalysis Today*, 11. <https://www.psychanalysis.today/en-GB/PT-Articles/De-Coster144613/A-few-psychoanalytic-thoughts-about-migration-and.aspx>
- Dung Kai-cheung (2012). *Atlas: The Archaeology of an Imaginary City*. Columbia University Press.
- Varvin, S. (2019). Psychoanalysis and the situation of refugees: A human rights perspective. In P. Montagna & A. Harris (Eds.), *Psychoanalysis, law and society* (pp. 9-26). Routledge.
- Varvin, S. (2023). A psicanálise e a terceira posição: Convulsões sociais e atrocidade. *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 43(2), 30-37. <https://doi.org/10.51356/rpp.432a4>
- Vicente, A. T. (2024) Projeto Transtopia. Disponível online em <https://anateresavicente.com/>
- Volkan, V. D. (1993). Immigrants and refugees: A psychodynamic perspective. *Mind and Human Interaction*, 4(1), 63-69.
- Winnicott, D. (1971) *Realidad y juego*. Editorial Gedisa.

RECENSÃO DO LIVRO *HABITATS INTERNOS: CONVERSAS COM PSICANALISTAS*

João Pedro Fróis¹

<https://doi.org/10.51356/rpp.452a7>

O tempo é uma condição fluida que não existe a não ser em momentâneos avatares dos indivíduos. O tempo só é gentil para quem é para ele gentil. A mais intratável da nossa experiência é a do tempo: a intuição da duração combinada com o pensamento do perpétuo perecer.

Mário Casimiro

Logo após a viragem do século XX, o psicólogo alemão Hermann Ebbinghaus (1850–1909) escrevia que a Psicologia tinha um longo passado, mas uma curta história (Ebbinghaus, 1908). O mesmo parece ocorrer com a Psicanálise; sentimos isso quando revisitamos o texto de Sigmund Freud (1914/2008) “História do Movimento Psicanalítico”:

A partir de 1902, um grupo de jovens médicos juntou-se em torno de mim com a intenção expressa de aprender, praticar e divulgar a psicanálise. [...] Ao fim da tarde, em dias combinados, reuníamo-nos em minha casa, discutíamos de acordo com regras previamente estabelecidas, procurávamos orientar-nos num domínio ainda novo e estranho e cativar o interesse dos outros. (p. 104)

¹ Investigador convidado da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (FMUL). Trabalhou como Psicólogo na área da Saúde Mental e Reabilitação de Crianças e Jovens. Coordenou o Programa Gulbenkian de Investigação e Desenvolvimento Estético. Traduziu duas obras de Vygotsky, publicados no Brasil e em Portugal. Recentemente, publicou: *Jaime Fernandes* (5 Continents Editions, 2024) e *A arte da infância não é a infância da arte* (FMUL, 2025). E-mail: joaopedrofrois@fm.ul.pt

Com o título *Habitats internos. Conversas com Psicanalistas*, este livro, organizado por Alexandra Coimbra, Csongor Juhos e Teresa Abreu, afiliados da Sociedade Portuguesa de Psicanálise, é um subsídio luminoso para a história da Psicanálise em Portugal. Apesar de avizinhamentos avulsos, esta história encontra-se, até ao momento, por realizar. Neste livro com mais de 300 páginas, seguimos o olhar de psicanalistas com larga experiência, onde cada um pensa e discorre sobre o seu percurso de vida, sobre as memórias evocáveis. Esse ato de olhar que também é o presente “funciona” como a recuperação dos aportes singulares de cada um dos entrevistados da Psicanálise praticada entre nós. A imagem de Jano, o deus romano de todos os começos, na sua dupla face de passado e futuro, de entrada e de saída, das transições e dos inícios, das decisões e das escolhas, das dicotomias com que lidamos de Eros contra Tântatos ou da representação de uma ideia pelo seu oposto, é a imagem aproximada que me ocorre ao ler os textos-transcrições destas conversas. Não terá sido por caso que o doutor Sigmund Freud, nos seus últimos anos, da sua coleção de objetos arqueológicos de duas faces, na sua escrivaninha, olhava para a pequena escultura de bronze, um balsamário etrusco, cabeça de Jano, símbolo maior dos dualismos com que lidou e trabalhou.

Destas memórias dos analistas, naturalmente, brotam as dificuldades nessa “construção lenta” da Psicanálise em Portugal, sem exceção. Sobre isto, o escritor e filósofo Christian Delacampagne (1949-2007) referiu haver muito em comum em Portugal e Espanha. A resistência ao desenvolvimento das ideias de Freud não estaria, segundo ele, apenas ligada ao facto de as ditaduras vigentes serem intensamente hostis a todos os movimentos de inovação e investigação intelectual, mas, no século XX, o atraso cultural que estes dois países viveram e transportaram liga-se às idiossincrasias das “culturas ibéricas” impregnadas por valores religiosos dominantes, reacionários, que as “élites políticas” usaram nos dois lados da Península Ibérica, onde a perseguição aos psicanalistas foi prática durante as ditaduras mais longas da Europa (Delacampagne, 1982).

No meio dos que exercem a Psicanálise, *Conversas com Psicanalistas* é livro raro — com dezoito histórias de vida e outros tantos percursos profissionais. Capta o “mundo” em diferentes experiências, “contaminadas” entre si pelas influências de todos os que os antecederam — os

retratados e os “didatas” que contribuíram para a sua descoberta pessoal como analistas. É um livro incomum porque deixa para trás uma antes assumida atitude de que o analista deveria inibir a exposição da sua vida aos outros para proteger quem o procura. Sobre isto, Coimbra de Matos diz na entrevista: “O que não se deve esconder são as coisas evidentes que fazem parte da vida, as coisas que de tão notórias [...]” (p. 31).

A intenção dos organizadores do projeto em curso é desconstruir a imagem frequentemente incompreendida da Psicanálise e dos psicanalistas. É sabido que, ao longo dos anos e no século XX, o movimento psicanalítico, que partiu do mundo da Medicina, da Neurologia e da Psiquiatria, se alargou à Psicologia Clínica e menos a outras áreas do conhecimento, como a Filosofia. As razões deste alargamento são várias e os benefícios para a Psicanálise também.

Do corpo de entrevistas incluídas no livro, saliento duas com psicanalistas já desaparecidos — Carlos Amaral Dias (1946-2019) em 2004 e Coimbra de Matos (1929-2019) em 2018. Entre os dezoito textos dispostos alfabeticamente, há cinco psicanalistas do sexo feminino. Cada uma das conversas ocorreu em períodos distintos e surge sempre antecedida por uma curta biografia. O espaço de trabalho e a imagem fotográfica de cada um acompanham os textos. As perguntas são diferentes, de entrevistado para entrevistado, mas o interesse de quem pergunta é focado no itinerário de cada um dos protagonistas dentro da Psicanálise, não se perde. Em quase todas as intervenções registadas, perpassa a leveza da ironia, o olhar sobre si próprio e sobre os outros psicanalistas, o prestígio intelectual que sobre eles exerceram os teóricos da Psicanálise e, claramente, os seus didatas.

Dignos de atenção, nestes depoimentos surgem os nomes dos autores lidos que influíram a prática dos entrevistados e deram sentido ao seu próprio pensamento, entre outros: Karl Abraham, Mária Török, Donald Winnicott, Otto Kernberg, Wilfred Bion, Donald Meltzer, Christopher Bollas, André Green e o sempre presente Sigmund Freud. Por vezes, alguns dos entrevistados, talvez pela distância das ocorrências e episódios de vida, não se inibem no comentário sobre o que lhes sucedeu, apontando com detalhe as tramas da sua história profissional e contornos contextuais em que foram experienteadas, nomeadamente as que ocorreram em instituições da psiquiatria

nacional: a maioria dos entrevistados são psiquiatras com atividade continuada no sistema público de saúde mental, alguns deles atores principais dessas entidades.

Faço agora um exercício de imaginação, de Genebra e Paris para Lisboa, com a realização de semelhantes diálogos com Francisco Alvim (1917-1984), Pedro Formigal Luzes (1927-2012), ambos alunos do visionário professor de Neurologia da Faculdade de Medicina de Lisboa Diogo Furtado (1906-1964), de João dos Santos (1913-1987) ou de Mário Casimiro (1925-2003), assistente da cadeira de Psiquiatra do professor Henrique Barahona Fernandes (1907-1992), também na Faculdade de Medicina de Lisboa. Diogo Furtado (1959) proporcionou a abertura à Psicanálise com uma razão de ser: a Neurologia, por si só, não conseguia dar resposta a várias situações com as quais a prática clínica neurológica se deparava, e, para ele, a grande descoberta do colega austríaco era, sem dúvida, ter alargado a conceção do espírito humano existente na altura. Antes, Egas Moniz (1915) expunha as ideias de Freud em “As bases de Psychoanalyse” na Lição do Curso de Neurologia e escreveu: “A doutrina de Freud tornou-se sobretudo celebre pela importância que o mestre de Viena atribue aos fenómenos da sexualidade na génesis das neuroses” (p. 377).

Ao ler textos de Francisco Alvim, Pedro Luzes, João dos Santos ou Mário Casimiro, imagino que as respostas às interrogações que hoje se põem à Psicanálise serão coincidentes em muitos aspectos, por exemplo os relativos à sua organização estatutária, bem como as questões e preocupações que emergiram no passado. A leitura deste livro, em parte, resolve o meu exercício imaginativo, como se se tratasse da projeção, no ecrã de hoje, das influências consolidadas do passado, e é possível perceber que em todas as narrativas apresentadas pelos entrevistados vão surgindo os nomes e o pensamento daqueles que acabo de evocar. À primeira geração de psicanalistas, ativa desde o início dos anos sessenta do século passado — Francisco Alvim, Pedro Luzes, João dos Santos —, juntaram-se Albano Moreira da Silva, Mário Casimiro, António Coimbra de Matos, Jaime Milheiro, Celeste Malpique, entre outros; todos deixaram escrito o que pensavam e pensam sobre a Psicanálise.

De volta ao livro. Difícil será, nesta análise crítica que proponho e que se exige curta, falar de cada um dos entrevistados, mas sublinha-se

o carácter das respostas que são, por vezes, lapidares, irónicas ou plasmadas por uma alegria de viver e energia, como, por exemplo, as de Coimbra de Matos: “Nunca me confinei a um autor, sou a favor da experiência [...] defendo o investigador” (p. 23), “Os meus mestres foram os meus pacientes” (p. 27), “O analista tem a função ‘farol’ e ‘catalisador’” (p. 29), “Outra coisa que acontece na Psicanálise, é que endeusam o Freud [...] os detratores acham que ele era um chalado, um delirante, um teimoso” (p. 31). Ou, por exemplo, a memória do psicanalista Carlos Farate sobre uma das três entrevistas de admissão à Sociedade Portuguesa de Psicanálise. Fixou na memória o seu diálogo com um dos membros da comissão de ensino que o entrevistou, Mário Casimiro:

Estava um dia de calor e começou a contar-me uma história, a história de um homem num jardim, em Genebra ou em Lausanne, já não me lembro bem: ‘Um homem, muito velho, depois de uma noite escura, muito fria, é encontrado morto de manhã, morreu congelado.’ Perguntou: ‘Sabe quem era?’ E depois de um momento: ‘Era o meu psicanalista!’ [gargalhada] [...] Então tem uma carreira brilhante, tem bom ar, está aí na maior, quer vir para psicanalista para quê? A Psicanálise não cura, a única cura que conheço é a do queijo da serra” (p. 69).

O que resulta da leitura deste livro e dele transparece é ser apenas no uso do método proposto por Freud, na ação de todos, da experiência ano após ano, que a grande beleza do método, na sua enorme vitalidade, se revela gradualmente no tempo para o analista e para o analisando. Provavelmente, é neste ponto que a Psicanálise praticada por figuras distintas abre caminho à Psicanálise das ideias revolucionárias e de cada nova geração que se avizinha, depois de todos estes anos.

REFERÊNCIAS

- Ebbinghaus, H. (1908). *Psychology: An elementary textbook*. D. C. Heath & Co. Publisher.
- Furtado, D. (1959). Psicanálise e sua situação entre nós. *Jornal do Médico*, XL, pp. 292-302.
- Delacampagne, C. (1982). La Psychanalyse dans la Péninsule Ibérique. In R. Jaccard (Coord.), *Histoire de la Psychanalyse* (Vol. 2, pp. 383-394). Hachette Littérature.

- Freud, S. (2008). *Autobiografia intelectual*. Relógio D'Água. (Original publicado em 1914)
- Moniz, E. (1915). Lição do Curso de Neurologia. As bases da Psychoanalyse. *A Medicina Contemporânea*, 47, s. II, t. XVII, 377-383.

TESTEMUNHOS

TIMELINE DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE PSICANÁLISE: MEMÓRIA COLETIVA E IDENTIDADE¹

Ana Belchior Melícias²

Não existe fim, não existe início, apenas a infinita paixão da vida.

(Federico Fellini)

A Psicanálise esclareceu de forma decisiva que sem acesso ao nosso passado temos dificuldade de viver o presente e de sonhar o futuro.

Início pelos gregos... Para eles, a memória era um dom sobrenatural personificado numa divindade, a deusa Mnemosine, que deu nome a muitos objetos e conceitos para que os mortais se entendessem enquanto conversavam. Filha de Urano (o Céu) e de Gaia (a Terra), uniu-se com o seu sobrinho Zeus, que se apresentou disfarçado de pastor por nove noites consecutivas. Depois de um ano, Mnemosine deu à luz as nove musas.

As musas — a palavra museu daqui decorre — eram entidades que permitiam aos poetas lembrar o passado e inspiravam a criação artística ou científica. Que elas nos “abençõem” no esforço de registrar

¹ Baseado na Conferência apresentada em 13 de outubro de 2023, na mesa “Outrora, construindo a história” do XXXI Colóquio SPP – *Outrora Agora*, coparticipada por Virginia Ungar e Jaime Milheiro (*online*) e comoderada por Rita Gameiro e Ana Luísa Ferreira.

² Psicanalista da Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP) e da Associação Psicanalítica Internacional (IPA). Psicanalista da Criança e do Adolescente (COCAP). Formadora do Instituto de Psicanálise. Cofundadora do Blog Cinema & Psicanálise. Editora da Freud & Companhia. Cofundadora e Presidente da Associação Portuguesa de Observação de Bebés – Método Bick (APOBB). Autora de diversos livros e artigos de Psicanálise. Ganhou o Prémio Rebeca Grinberg (Accésit da II Edição) da Associação Psicanalítica de Madrid (APM) em 2019. *E-mail:* mail@anamelicias.com

o longo trajeto do passado científico da Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP), ao celebrar a memória e o fio da história que nos traz do Outrora ao Agora, e nos lança ao Futuro, no *working-through* contínuo do conhecimento.

Do Outrora grego, passo para o Agora Freud. Agora, pois a Psicanálise, entre ciência e arte, não tem parado de se desenvolver e expandir, o que revela a sua vitalidade.

A teoria, a clínica e o próprio movimento psicanalítico parecem constituir-se numa ciência da memória, da lembrança, do arquivo, mas simultaneamente do recalque, da negação, da destruição e do apagamento que transgeracionalmente a fundam e norteiam a sua existência e história.

Podemos dizer que para Freud o binómio lembrança/esquecimento foi transversal a toda a sua obra, nas complexas e ricas dinâmicas da subjetividade, articulando inconsciente/consciente e pulsão de vida/pulsão de morte com os seus inumeráveis arranjos. Apresenta o funcionamento do esquecimento: pelo recalque original, ligado aos fenómenos da não-representação; pelos recalques passíveis de rememoração; pela amnésia infantil implicada no processo edípico e, mais tarde, pela compulsão à repetição onde o agir toma o lugar do pensar.

Como lembramos, o que lembramos, como esquecemos e o que esquecemos?

Não cabendo aqui um debate mais aprofundado sobre as “tramas de Mnemosine”, como nos propõe Casanave (2008), passamos ao campo social (Gondar, 2015), onde o debate se centra inevitavelmente nas perspetivas e nas narrativas históricas sempre múltiplas e subjetivas, pois dependem de quem as relembra ou vivencia, havendo sempre uma tensão entre a memória coletiva e a memória individual.

A memória individual está nas histórias de vida, nas biografias e autobiografias, que são ao mesmo tempo memória coletiva da lembrança partilhada nos grupos sociais. E qualquer tipo de conhecimento ou arte advém de uma construção coletiva que permite à memória manter-se viva e, simultaneamente, alicerça a própria memória coletiva no alargamento do património da humanidade.

A memória é, assim, um entrelaçamento entre o individual, o social e o cultural, dimensões que se reforçam mutuamente, criando e sustentando as identidades individuais e coletivas. Essas memórias convivem

entre si, e se, por um lado, somos atores ativos na sua construção, somos também passivos na sua receção, nem sempre consciente.

Celebramos a memória coletiva, a efeméride dos 50 anos da fundação da SPP no dia 24 de fevereiro de 1973. Cerca de um ano depois, deu-se o 25 de Abril de 1974, confirmando-se este elo histórico: a Psicanálise só floresce quando há liberdade, e a liberdade, acima de tudo interna — de sermos quem somos, de pensarmos e de criarmos/sonharmos —, é justamente ao que a Psicanálise nos convoca.

Todos sabemos que a história pode ser esquecida, negada, manipulada, branqueada, deturpada e interpretada de múltiplos ângulos, e que a verdade é filha do tempo — *veritas filia temporis*. Só com a passagem do tempo adquirimos uma alargada perspetiva e uma maior e progressiva aproximação à verdade.

As efemérides corporificam justamente a passagem do tempo, permitindo-nos também assinalar que não nascemos de geração espontânea, como os nossos narcisismos podem ser tentados a supor. Estamos ligados à nossa ancestralidade e aos que vieram antes de nós, devemos gratidão pela luta, esforço e dedicação, pois desse “sangue, labuta, lágrimas e suor”, como dizia Churchill, somos usufrutuários.

Fazemos assim uma justa homenagem a todos os que nos precederam e lutaram em Portugal pela Psicanálise, desde a sua pré-história até à sua origem propriamente dita, envolvida ainda nos tempos sombrios da ditadura.

Mas como relacionar memória e espaço? Seemann (2002) diz que “a geografia pode dar uma contribuição valiosa para trabalhar com o espaço e a memória simultaneamente a partir de duas abordagens: o mapa como ponto de partida para lembrar acontecimentos do passado e a espacialização da memória através de desenhos que podem servir como narrativas” (p. 43).

Para reconstruir o passado no tempo e no espaço, mas acima de tudo para mapear e espacializar a memória, foi investigada a história e desenhada graficamente a “Timeline da Sociedade Portuguesa de Psicanálise” (Melícias, 2009), apresentada em placares no Colóquio Morrer de Vida e oferecida à SPP num momento de grandes ruturas e perdas decorrentes de uma profunda cisão no seu interior. Uma linha do tempo, uma narrativa coletiva de coesão da identidade de grupo, funcionou simultaneamente como pele institucional agregadora frente

à fragmentação, mas também como manifesto da história e daquilo que os pioneiros e todos os membros da SPP tinham já coconstruído. De lá para cá, os placares da *Timeline* instalados na sede passaram a fazer parte da vida da Sociedade. A pedido da Direção foi atualizada duas vezes: dez anos depois, em 2019, e na terceira edição, de 2023, para celebrar efeméride dos 50 anos da fundação da SPP.

Convidamos quem quiser consultá-la a visitar o *website* da SPP ou diretamente o *link* <https://sppsicanalise.pt/wp-content/uploads/2024/09/timeline3-1.pdf>.

Este desenho esquemático da linha do tempo remete para um trajeto bem mais longo do que os 50 anos, pois a história remonta já a 77 anos, com a partida para Paris, em 1946, de um dos três fundadores — João dos Santos — para fazer a sua formação analítica, seguindo depois Francisco Alvim e Pedro Luzes para a Suíça.

Com a *Timeline* atualizada festejamos os 50 anos da fundação da SPP, honramos os que nos antecederam, fazendo jus ao seu trabalho, preservando a história que construíram e mantendo a luta para que a casa seja cada vez mais de todos e a história seja efetivamente coletiva.

Espacializando a memória coletiva, os vários quadros da *Timeline* mapeiam e narram os momentos-chave da evolução:

- Em 1957, constitui-se o Grupo de Estudos Luso-Espanhol.
- Em 1959, cria-se a Sociedade Psicanalítica Luso-Espanhola.
- Em 1967, nasce o Grupo de Estudos Português.
- Em 1973, é fundada a Sociedade Portuguesa de Psicanálise.
- Em 1977, torna-se Sociedade Provisória reconhecida pela IPA.
- E em 1981, torna-se de facto e de direito Sociedade Componente da IPA.

Atualmente, a SPP é constituída por cerca de 250 sócios: 2 honorários, 22 titulares, 75 associados — destes, 19 psicanalistas da criança e do adolescente — e ainda 147 candidatos, uns mantendo-se como candidatos, outros já ativos e em formação, espelhando-se deste modo a vitalidade da SPP.

Resumidamente, homenageamos hoje com gratidão:

- Os pioneiros, pela sua luta e paixão.
- Os analistas internacionais, que colaboraram ativamente para a formação dos analistas portugueses e também para a implementação da formação de psicanalistas da criança e do adolescente, uma segunda

formação específica e exigente, cuja implementação traçou um importante percurso na história.

- Os presidentes e vice-presidentes da SPP e suas Direções eleitas.
- A fundação e os presidentes dos Institutos de Lisboa e, mais tarde, do Porto e suas Direções.
- A Revista Portuguesa de Psicanálise (RPP) e os seus diretores, diretores-adjuntos e equipas editoriais, pois são o órgão científico vital de uma sociedade no campo científico.
- A International Psychoanalytical Studies Organization (IPSO), como organização dos candidatos e lugar fecundo de trocas internacionais — e através dela, todos os candidatos, por neles estar a continuidade e a responsabilidade pelo futuro da psicanálise.

— Homenageamos ainda os analistas e colegas que já partiram, uns no seu tempo natural, outros antes do tempo e a sua ausência mantém-se muito presente...

Espacialmente, na sua totalidade, conseguimos aperceber-nos da enorme evolução e das contribuições cada vez mais alargadas de muitos sócios, das participações cada vez mais consistentes e regulares a nível nacional, com os Colóquios, Simpósios, Encontros de Psicanálise, Jornadas Internas e Jornadas Clínicas.

E a nível internacional, a participação crescente de sócios em Congressos Internacionais, com os Congressos Ibéricos e, mais tarde, as Jornadas Ibéricas, com os Congressos Luso-brasileiros e, mais tarde, de Psicanálise de Língua Portuguesa, assim como o diálogo permanente com a cultura espelhado nos Colóquios do Porto de Psicanálise e Cultura e no aprofundamento do intercâmbio com a comunidade que a pandemia da Covid-19 ajudou a acentuar, como a criação de linhas de apoio à comunidade e de *webinars*, para não se paralisar ou isolar.

Vale também referir aquilo que não cabe: as inúmeras conferências e sessões científicas; os nomes de todos os que participam na organização de atividades, das redes sociais, do *website*, do *blog*, da biblioteca, das tertúlias, das formações externas, dos fóruns; os múltiplos artigos científicos e capítulos de livros, destacando apenas, à laia de ilustração, um quadro com os livros de sócios.

Temos momentos partilhados de alegria. Estivemos por 45 anos na sede da Av. da República; e em 2022, inaugurámos a nova sede, depois de três anos de trabalho intenso e dedicado nesse sentido.

Não negamos ainda os momentos difíceis, com a cisão de 2008 e a crise institucional de 2022 — para nós, psicanalistas, momentos de clara evolução.

Questionei recentemente no *blog* da SPP se existiria o humano sem conflito? (Melícias, 2023). Se poderemos (con)viver sem crise? Como nos desenvolveríamos sem confrontação? O que fazer dessa oscilação inconciliável entre os vínculos L (*love*) e H (*hate*)? Bion apontou a saída pelo K (*knowledge*), sendo esse o nosso instrumento de trabalho. Expulsos do paraíso, teremos de aprender a tolerar o conflito, a ambivalência e a incerteza, pois o antagonismo não é nem destrutivo nem construtivo em si mesmo, mas um dos elementos da evolução e, como parte integral dos sistemas, não pode ser eliminado.

A *Timeline* talvez nos ajude a avivar a consciência da contribuição de cada membro evitando a tentação da criação de “dinastias” com a respetiva corte em retroalimentação, negando ao corpo coletivo o saudável e necessário espaço de abertura, de diversidade e de conflito.

E poderá, além disso, amenizar a tentação de “fulanização” da instituição nas pseudoapropriações, seja de ideias, seja do poder, como aliás parece vir a acontecer no movimento psicanalítico, transgeracionalmente, desde Freud.

A *Timeline* apresenta-se como narrativa-figurada, pele ou envelope do corpo institucional em expansão e desenvolvimento dinâmico, uma vez que “a nossa identidade é narrativa: faz-se, desfaz-se, refaz-se... E isto acontece na evolução, com os indivíduos, com os grupos, com os povos” (Borges, 2011).

A história é obviamente bem mais longa, alicerçada na paixão e no incontável trabalho e criatividade de muitos. O pouco enunciado já é representação visível do legado às gerações mais jovens, a quem deixo as palavras de Nise da Silveira (citada por Melo, 2022): “Não se curem além da conta. Gente curada demais é gente chata. Todo mundo tem um pouco de loucura [...] É necessário se espantar, se indignar e se contagiar, só assim é possível mudar a realidade...”

E termino com uma história sobre a vivência do tempo, não só espacialmente, mas refletida na própria linguagem e conceção dele, sobre a qual escrevi em 2016 para o Colóquio do Porto – Psicanálise e Cultura — Encontros com o Tempo. Para os *Aymara*, povo anterior aos incas, de tradição oral, que habita os Andes há mais de 15 000

anos, o tempo corre no sentido inverso ao nosso: a partir de um ponto na frente deles (o passado), atravessa o lugar onde estão (o presente) e recua para trás (o futuro).

Esta vivência do tempo está absolutamente de acordo com a Psicanálise: caminhamos de frente para o passado, e o futuro, nas nossas costas, é incerto e desconhecido. Só podemos avançar se estivermos de frente para o passado, a construir juntos o Outrora sempre Agora, ao qual poderíamos também chamar, com Krenak (2022), um “Futuro Ancestral”.

REFERÊNCIAS

- Borges, A. (2011, 19 de novembro). Crises e oportunidades. *Diário de Notícias*. [https://www.dn.pt/arquivo/diario-de-noticias/crises-e-oportunidades-\(1\).html](https://www.dn.pt/arquivo/diario-de-noticias/crises-e-oportunidades-(1).html)
- Casanave, C. M. I. de L. (2008). *As tramas de mnemosine: A memória nos primórdios da teoria freudiana*. [Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.]. Repositório da Unicamp. <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=497011>
- Gondar, J. (2015). Memória individual, memória coletiva, memoria social. *Revista Morpheus – Estudos Interdisciplinares em Memória Social*, 7(13). <https://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4815>
- Krenak, A. (2022). *Futuro ancestral*. Companhia das Letras.
- Melícias, A. B. (2023, 21 de setembro). Um beco sem saída é apenas um bom lugar para dar a volta. *Blogue da Sociedade Portuguesa de Psicanálise*. <https://sppsicanalise.pt/um-beco-sem-saida-e-apenas-um-bom-lugar-para-dar-a-volta/>
- Melo, Alexandre (2022, 26 de maio). Quem foi Nise da Silveira? *Revista Cult*. <https://revistacult.uol.com.br/home/quem-foi-nise-da-silveira/>
- Seemann, J. (2002). O espaço da memória e a memória do espaço: algumas reflexões sobre a visão espacial nas pesquisas sociais e históricas. *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, 4(1), 43-53. <https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/77>

O OURO PURO DA PSICANÁLISE

Carla Cruz¹

O OURO PURO DA PSICANÁLISE

A célebre frase que opõe o ouro puro da psicanálise ao cobre da sugestão foi muitas vezes atribuída à oposição entre a psicanálise e a psicoterapia, quando Freud opôs a psicanálise à sugestão. A observação dos efeitos da sugestão teve um papel importante na orientação de Freud no tratamento psicoterapêutico das neuroses (Serviço Charcôt, 1886). Freud fez um esforço considerável para escapar ao fascínio dos efeitos da sugestão e abandonar pouco a pouco a sua prática, com o objetivo de se empenhar no estudo científico do psiquismo e suas problemáticas. A Psicanálise nasceu desse esforço e Freud passou toda a sua vida a tratar pacientes e a verificar que nem todos os que sofriam de problemas psíquicos poderiam enquadrar-se no quadro estrito que ele próprio havia imposto para a exploração do inconsciente. Relativamente a esta oposição referida por Freud, entre “o ouro puro da psicanálise” e “o cobre da sugestão direta”, Houzel (2005) refere que:

Não é uma oposição entre ‘terapêutico’ e ‘não terapêutico’, mas uma oposição entre a ‘sugestão direta’, como estando o paciente rendido à arbitrariedade do terapeuta, e ‘sugestão indireta’, que conduz o paciente a revelar-nos as leis que regem o seu mundo interno, como salienta Widlöcher: se quiser curar-se ou melhorar, vai curar-se e vai melhorar, mas a psicanálise é outra coisa, pode ser feita ou não ser feita, é um desejo diferente do desejo de curar, é o desejo do inconsciente. (p. 25)

¹ Psicóloga Clínica, Psicanalista de Crianças, Adolescentes e Adultos. Membro Titular com funções didáticas da Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP), Presidente do Instituto de Psicanálise. *E-mail:* cmicruz@hotmail.com

Temos hoje condições de vida e de trabalho que diferem profundamente daquelas que caracterizavam a época em que a Psicanálise começou. Circunstâncias económicas e históricas também desempenharam o seu papel, uma vez que, como tratamento, a psicanálise teve o seu tempo áureo, quando outras formas de terapia não estavam disponíveis e o tratamento farmacológico não era tão desenvolvido e divulgado.

Na década de 1970, era mais fácil oferecer uma psicanálise clássica do que no ano 2000. No decurso dos últimos 50 anos, o dado mais significativo foi a queda dos tratamentos analíticos intensivos, apesar de os psicanalistas receberem um grande número de pedidos.

A Clínica do Instituto de Psicanálise é expressão disso: verificamos uma grande relutância dos pacientes em relação à intensidade e frequência do número de sessões semanais. Cada vez mais, os psicanalistas confrontam-se com dificuldades e resistência dos pacientes em aceitar a dependência do analista, o ritmo das sessões e as obrigações contratuais. Refere Bolognini (2021) que são necessárias “fases preliminares cada vez mais longas para retreinar o paciente em termos de contato, cooperação e intimidade, tanto com o objeto quanto com o próprio *self* do paciente” (p. 231).

Por este motivo, as Jornadas Internas do Instituto de Psicanálise de 2025 são sobre a temática “A construção do paciente de análise”.

Acrescenta Bolognini (2021):

A rejeição/terror da interdependência manifesta-se transferencialmente bem naquela relutância inicial em relação à intensidade à frequência da análise [...]. Não é por acaso que hoje falamos cada vez sobre a *construção do paciente analítico* [...] com vistas a trabalhar no mundo interno capaz de realmente ir além das trocas hiperracionais e controladas no nível do Ego que não tocam substancialmente as áreas internas do *self*. (p. 244)

As mudanças na sociedade e na patologia dos pacientes têm como consequência que a psicanálise também está a mudar. Levine (2012) refere:

Evidentemente que o modelo arqueológico teve enorme valor no tratamento de pacientes neuróticos e tem sido essencial no desenvolvimento da psicanálise. Porém, embora ainda continue

relevante para muitos pacientes, como base de uma teoria técnica, não é suficiente para todos os nossos pedidos. Pacientes que sofrem consequências de estados mentais sem representação ou com representação frágil requerem a adição de um modelo construtivo ou transformativo de interação analítica que se centre no funcionamento da mente do analista como parte da diáde analítica, para a criação e/ou fortalecimento de elementos psíquicos. (p. 209)

Acrescenta Levine (2012): “Ao iniciar o tratamento, as questões diagnósticas mudam do foco tradicional no paciente individual e suas capacidades de ego para o funcionamento da mente do analista em resposta ao paciente e ao par analítico” (p. 211).

A indicação de análise muda de “dentro” do paciente para “dentro da diáde”.

Assim, em muitos casos, a criação do paciente analítico resulta na medida em que o analista possa internamente criar-se e manter-se como analista com e para aquele paciente específico.

Atualmente, o pedido para iniciar uma psicanálise com um ritmo intensivo parece não estar associado ao desejo do tratamento de problemas/sofrimentos psíquicos, mas à motivação de ser psicanalista.

Em novembro de 2024, recebo o pedido de um jovem psicólogo, que vou chamar de Paulo, que quer iniciar uma psicanálise para se candidatar à Sociedade Portuguesa de Psicanálise. Na primeira entrevista, refere que é oriundo de uma família economicamente abastada, mas com grandes dificuldades afetivas — o pai é alcoólico e a mãe consome substâncias psicoativas. Cresceu na companhia da avó materna. Paulo descreve-me o recurso excessivo ao álcool aos fins de semana e as dificuldades em dormir, tendo insónia frequente. Tem 27 anos, quer ser professor e doutor (está inscrito no doutoramento) e quer ser psicanalista. O pedido é para marcar de imediato três sessões, mas no próximo mês vai estar fora. Refiro que quando ele regressar decidiremos como fazer. Quando retoma, diz-me que falou com uma colega que trabalha numa escola e que ela o incentivou a realizar a formação cognitivo-comportamental. Na sessão, refere: “Também vou fazer a formação cognitivo-comportamental, portanto doutora já não quero ir para a Sociedade Portuguesa de Psicanálise, assim já não quero as três sessões, podemos ficar só com uma sessão?”

Outro caso é o da Gabriela, 50 anos, psicóloga. O pedido inicial é para fazer análise para entrar na Sociedade Portuguesa de Psicanálise, mas gostaria de iniciar com duas sessões semanais. Quando terminou o curso de Psicologia, não fez o estágio profissional, pelo que não está inscrita na Ordem dos Psicólogos. Nunca trabalhou na área da Psicologia.

No decurso das sessões, concluiu que com o seu trabalho de comercial, que é o seu sustento económico, é muito difícil/impossível conseguir conciliar a profissão de psicóloga e fazer o estágio profissional exigido pela Ordem. Refere: “Eu queria ser psicanalista, mas se não consigo ser psicóloga, também não vou conseguir ser psicanalista, e portanto, doutora, vamos manter as duas sessões semanais.”

Esta surge como a grande mudança aos longo dos 50 anos da Sociedade Portuguesa de Psicanálise. Temos de reconhecer que:

— A sociedade mudou: “As formas de crescer na primeira infância, a precariedade e a liquidez dos laços familiares, as ilusões de onipotência e de não-separação inspiradas pela internet, o abuso de substâncias e a valorização de ideais autonomistas narcisistas, entre outros” (Bolognini, 2021, p. 229);

— Os pacientes mudaram: “*Muitos pacientes, hoje, realmente rejeitam a ideia de depender aberta e intensamente de alguém.* Devido a razões complexas, mas não necessariamente misteriosas, eles parecem carregar os sinais de uma desconfiança substancial e/ou desusada em relação à presença e à constância do objeto, à sua confiabilidade substancial e à conseguinte dependência dele” (Bolognini, 2021, pp. 234). Não é de surpreender, nesta nova humanidade, que um paciente ao ouvir a frase quatro vezes por semana, desapareça imediatamente sem qualquer negociação.

— A psicanálise está a mudar em sintonia com o mundo atual: verificamos que na maioria dos pacientes é necessário um período preliminar de psicoterapia preparatória do trabalho analítico com o seu psicanalista.

Como refere Bolognini (2021): “Em certo sentido, pode-se dizer que muitos pacientes precisam ser *treinados* ou *retreinados* na coexistência psicoemocional e na cooperação analítica interdependente: é uma questão de testar o terreno, em muitos casos vigiando-o *tout-court*, e de construir as fundações antes de levantar a casa” (p. 243).

A Clínica do Instituto de Psicanálise confirma o que foi mencionado por Bolognini (2021): verificamos que os casos que iniciam com duas vezes por semana mantêm o processo e têm maior probabilidade de evoluir para uma psicanálise.

No plano institucional, os candidatos de hoje têm dificuldades em encontrar pacientes que estejam imediatamente disponíveis para iniciarem um trabalho com a frequência necessária para uma supervisão de formação.

A construção do paciente analítico é hoje uma etapa inevitável antes do início de uma análise com frequência intensiva.

Há todo um mundo em mudança, a sociedade, os pacientes, os analistas contemporâneos, enquanto a essência psicanalítica é fundamentalmente mantida intacta: o ouro puro da psicanálise.

A PSICOTERAPIA COMO FASE INICIAL DE UM TRATAMENTO ANALÍTICO

A criação do paciente analítico só é possível uma vez que o analista possa internamente manter-se como analista, com e para aquele paciente específico — isto significa que é necessária a aquisição de uma identidade analítica sólida, onde estão implícitas a convicção e a motivação para ajudar os pacientes a aceitarem a indicação de análise.

Uma identidade analítica sólida requer a confiança na análise baseada em experiência própria em ambos os lados do divã, bem como a integração da teoria clínica e do funcionamento psíquico, que lhes permita sentir que estão a trabalhar psicanaliticamente mesmo em momentos de muitas resistências.

Refere Levine (1985) que: “O analista deve manter-se numa perspectiva analítica de modo firme internamente durante todo o tratamento, enfrentando consistentemente com uma resposta analítica as palavras e ações do paciente assim como aquilo que é despertado contratransferencialmente” (p. 58).

Existem muitos pacientes para os quais os significados afetivos são tão assustadores que tornam impossível a aceitação de uma proposta de tratamento analítico sem que antes tenham sido trabalhados os seus medos e resistências à análise.

Francisca, de 21 anos, estudante do último ano de Psicologia, solicita ajuda porque sente uma grande angústia, tem de controlar tudo,

o que torna a sua vida muito difícil; por exemplo, de véspera tem de saber tudo o que vai fazer no dia seguinte, as horas, os locais, etc. Está no último ano do curso e está com dificuldades em fazer a tese final. O suicídio de sua mãe quando ela tinha 12 anos surge como arrebatador. Apesar da sua indicação para um trabalho analítico intensivo, consideramos ser preferível começar com um ritmo mais lento, duas sessões semanais. As sessões eram fonte de muita angústia, de tal forma que chegava a paralisar os membros inferiores ou a ter fortes dores abdominais momentos antes das sessões. Um ritmo mais lento era mais acessível à paciente até para ter um maior sentimento de controlo.

Esta primeira fase da psicoterapia foi uma oportunidade para ajudar a paciente a transformar e a analisar os seus medos de se submeter a um tratamento analítico e também para assistir ao desenvolvimento na paciente de uma maior confiança (falar verdade, não ter de se esconder, ser sincera, auto-observar-se, deixar-se acompanhar nas suas emoções), o que contribuiu para consolidar a nossa aliança terapêutica. Um ano depois, inicia um trabalho analítico.

Este primeiro tempo, por um lado, possibilitou que eu me familiarizasse com os conflitos importantes da paciente e com os fatores determinantes da sua história e, por outro lado, aumentou a capacidade associativa da paciente. A validade das interpretações permitiu a reconstrução de uma jovem adulta que em criança se sentia só, com uma insónia que percorreu toda a sua infância e com muita dificuldade em compreender o seu mundo interno e as suas emoções, sendo muitas vezes invadida por fortes sentimentos de culpa. A análise teve a duração de cinco anos. Passado oito anos, contactou-me na sequência de três gravidezes interrompidas. A impossibilidade de engravidar destruía-lhe o sonho de ser mãe. Aceitou de imediato um trabalho analítico intensivo e passado dois anos nasceu o seu primeiro filho.

Consoante os pacientes, existem passos necessários para o processo de evolução e sua capacidade de aceitar um trabalho analítico. A passagem da psicoterapia para a psicanálise é sempre possível, desde que a psicanálise seja indicada para o paciente e que o analista tenha mantido a sua neutralidade técnica durante a psicoterapia.

Iniciar com uma psicoterapia é um caminho em direção à análise.

REFERÊNCIAS

- Bolognini, S. (2021). Novas formas de psicopatologia em um mundo em mudança: um desafio para a psicanálise no século xxi. *Revista de Psicanálise da SPPA*, 28(2), 229-246. <https://fi-admin.bvsalud.org/document/view/m7q8f>
- Houzel, D. (2005). L'or pur et le cuivre. Réflexions sur les psychothérapies psychanalytiques. *Journal de la psychanalyse de l'enfant*, 36, 25-41.
- Levine, H. (1985). La psicoterapia como fase inicial de un tratamiento psicoanalítico. In *Libro Anual de Psicoanálisis* (pp. 49-63). Imago.
- Levine, H. (2012). Criando analistas, criando pacientes de análise. In *Libro Anual de Psicanálise* (vol. 26, pp. 207-224). Imago.

A ETERNIDADE NO TEMPO INTERNO

Jaime Milheiro¹

OUTRORA... (HÁ MAIS DE CINQUENTA ANOS...)

... o local de reunião dos psicanalistas em Portugal era o Auto Club Médico Português: na Avenida Elias Garcia n.º 123 - 1º, em Lisboa.

Após a cisão, em meados da década de sessenta, da Sociedade Psicanalítica Luso-Espanhola, que se havia organizado na Suíça, e da consequente criação do Grupo de Estudos Psicanalíticos Português, era nessa pequena sala que realizávamos os nossos encontros informais e os nossos seminários formativos, ainda não rigorosamente sistematizados no tempo e no modo. No Auto Club, aprendíamos a conduzir a nossa própria interiorização pessoal e profissional, enquadrados na Associação Psicanalítica Internacional que entre nós procurava consolidar-se.

Frequentei-o de 1968 até à criação da sede da Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP) na Avenida da República, 97, 5.º, em 1975, integrando um pequeno grupo de psiquiatras de instituições várias e em diferentes graus de formação, homens e mulheres, que ocasionalmente se abria a quem fazia Psicanálise e pelas suas questões teóricas se interessava.

Os conceitos psiquiátricos da altura e as nomenclaturas botânicas que os sustentavam eram ali profundamente contestados. Representávamos o oposto, o psicológico profundo, o contraponto dinâmico, o sofrimento inquirido, a subjectividade analítica, a valorização relacional. E assertivamente demolíamos as barricadas que o salazarismo

¹ Psicanalista (Membro Honorário da SPP). Ensaísta. Ex-Presidente do Colégio de Psiquiatria da Ordem dos Médicos. Ex-Presidente do Conselho Nacional de Saúde Mental. Publicou até agora 13 livros. *E-mail:* jaimemilheiro@netcabo.pt

impunha na humanização, na cultura, na cidadania, na política, na ideologia, que glorificava as guerras coloniais e que absolutamente priorizava os biologismos na Saúde/Doença, acompanhado de proibições, repressões, perseguições, domínios, pides, obscurantismos e fanatismos salvadores. Lutávamos contra esse “outrora” consolidado no terreno e estagnado no procedimento, cuja omnipotência em si mesma tamponava quaisquer liberdades e criações por medo do desconhecido.

Prisioneiros mas simultaneamente pioneiros, ao desejo de aproximação da nossa própria interioridade acrescentávamos o desejo de aproximação da Europa e dos seus desenvolvimentos e costumes, aspirando ultrapassar as espessas muralhas que nos fossilizavam e que alguns de nós já haviam “perigosamente” soletrado em França, Suíça, Bélgica e outros países.

No Auto Club havia esperança, posicionamento e projecto. Militávamos alcances, perspectivávamos inovações, descortinávamos futuros.

Inundados pelo génio de Freud, líamos, cogitávamos, discutíamos, nobilitando a cura pela palavra e cobiçando as mais radiosas alterações cimeiras. Pretendíamos mudar “este País”. O Maio de 68, em cujo subsolo a Psicanálise sempre circulou, mesmo pouco referida, estimulou-nos sobremaneira. Uma vez por outra, o fantasma de Che Guevara, que era médico, como sabemos, também por lá aparecia, carreando fascínios e motivações insubmissas.

Na vibração de quem pensa, na devoção de quem sofre, na ebullição de quem se agita, empenhadamente nos entregávamos à chamada “Revolução Psicanalítica” que a civilização ocidental percorria, mesmo reconhecendo-lhe os potenciais dissabores e os improváveis rastreios.

A justeza estaria do nosso lado.

No lugar do medo do desconhecido, colocávamos o encanto de conhecer.

Os nossos profetas maiores: Francisco Alvim, Pedro Luzes, João dos Santos, mais tarde acrescidos de Eduardo Luís Cortesão, raramente compareciam. Eram os nossos analistas, recatavam-se para não confundir.

Delegavam em Mário Casimiro, José Flores, Maria Antonieta Palmeiro, Maria Alice Malva do Vale, Orlando Silva Santos, já Membros Associados de prova feita, a remodelação das pistas e a sinalização dos roteiros.

Estrangeiros de visita estremeciam-nos em francês.

Na postura vigilante e tutelar do “Sponsoring Committee” da API, ou no tom sumptuoso e distanciado de conferencistas executivos, nessa língua esclarecidamente nos davam a conhecer a péssima dimensão do nosso quociente intelectual e atentamente encobríam-nos a nossa profunda incompetência na arte de marear. A capacidade de multiplicação das palavras do classicismo francês, as suas exuberantes terminologias, as suas eruditas deambulações, as suas perícias metapsicológicas e conjecturais, patenteavam o nosso cavernícola analfabetismo, mas singularmente nos aprovisionavam de incandescentes dinamismos.

Eles eram o estranho, o magnífico estranho, temido, mas desejado, o agora sem outrora, a plenitude na convicção, a turbulência na misteriosidade. Percebíamos pouco, mas antevíamos muito, na elegância sinalizadora daquilo que pretendíamos ser.

Pierre Luquet era o mais assíduo, o mais falador e o mais intemporal.

Não seria ucrónico, mas parecia. Em cada uma das orações a que chamava seminários, durante três dias argumentava sobre “Le Moi”, “Le Ça” et “Le Surmoi”, várias vezes por ano, quase sem contraditório nem diálogo equivalente.

Muitos outros, René Diatkine, Serge Lebovici, Évelyne Kestemberg, Janine Chasseguet-Smirgel, Michel Fain, Didier Anzieu, igualmente nos acentuavam as tormentosas ignorâncias. Só André Green, o mais brilhante pensador que alguma vez conheci e com quem longamente havia contactado em Paris, convidado nunca foi. Traria curiosíssimos problemas que só muito mais tarde percebi.

As identificações projectivas e as contra-identificações projectivas ainda não abrasavam as nossas preocupações. As elevadíssimas marés que em nome de Bion entretanto se agigantaram ainda não nos avassalavam palcos nem fuselagens.

Os túneis de palavras por onde nesta altura deslizam inúmeros psiquismos, filosofismos e psicanalismos que esquecem os sofrimentos

e transformam boa parte da Psicanálise num *surf* de academismos, bibliografias e repetições, e que às considerações e navegações criativas atribuem heresias, ainda não nos cimentavam anseios nem determinações.

As entrevistas e avaliações para “aplicantes” e “candidatos” realizavam-se em torreões mais ascendentes. Eram no Hotel Ritz, por norma. Nunca mais lá entrei.

Recordo Hanna Segal e o seu fumegante charuto, Mario Montessori e as suas falinhos mansas, Michel Rock e as suas considerações anti-depressivas, Rallo Romero e os seus pendores aristocráticos, além doutros reconhecidos “internacionais”, como Raymond de Saussure e Sacha Nacht, com quem nos cruzávamos num registo de admiração e compromisso nem sempre agradavelmente correspondido.

Activamente voltados para o exterior, às decrepitudes assistenciais dedicávamos significativa parcela da nossa espontaneidade emergente. Dois de nós muito se distinguiam na troça pública de indigências e conceitos. Os meus amigos António Coimbra de Matos e Nuno Afonso Ribeiro, seis anos mais velhos do que eu, a isso provocatoriamente se entregavam e sobressaíam em tal desempenho. Criticavam como quem respira, contundiam como quem divaga, arrasavam como quem celebra.

No Porto, na sequência do Albano Moreira da Silva e da causticidade humorística que o caracterizava, competia-me replicar.

Um belo dia, acabadinho de chegar de Paris, numa Conferência no Hospital de Magalhães Lemos, em cuja mesa pontificavam as personalidades psiquiátricas mais ilustres da época: Pimentel das Neves, Barahona Fernandes, H. Gomes de Araújo, pedi a palavra e no tom tremido de quem acusa afirmei que ali se estava a defender a Psiquiatria Nazi.

Sorriram, cochicharam, não chamaram a polícia.

Na postura de pessoas civilizadas, toleraram o psicanalista recém-chegado, mas ficaram a pensar. O primeiro sussurrou-me, semanas mais tarde, que até gostara do que eu dissera.

No Auto Club pairava um admirável espírito de grupo. Cúmplices na afirmação e no desassossego, dados a interpretações directas e a diversões “curativas”, não insuflávamos ladainhas, não alardeávamos citações nem recitávamos definições. Pensávamos e acometíamos. Gostávamos do que fazíamos, gostávamos do que sonhávamos, na busca da liberdade interna e no terror das ideias feitas.

Éramos amigos.

À saída, rua abaixo, na cervejaria do “Polícia” e no simbolismo do nome, afogávamos quantas culpas e atropelos pudessem imiscuir-se.

Nem todos tiveram a mesma sorte.

Muitos anos depois soube que três de nós se haviam derruído nas curvas da estrada. Repetiram o que alguns dos discípulos iniciais de Freud igualmente haviam feito. Auto partiram antes do fim.

A Psicanálise não resolve nem previne algumas tempestades siderais.

AGORA...*(APÓS MAIS DE CEM MIL HORAS DE VOO...)*

No funcionamento global dos seres humanos, entre o “outrora” e o “agora” há labirínticas disposições medularmente anexadas. Naquilo que habitualmente designo por “sentimento de percurso”, integram-se fantasmáticas ausências do sentimento de tempo e negações da sua própria passagem.

No nosso trabalho diariamente o comprovamos.

O analista tenta compreender a oficina interna sem delimitar fronteiras nem evocar farolins, mas quando interliga continentes e conteúdos rapidamente certifica assinaláveis discrepâncias entre as íntimas temporalidades e os tempos lidos de fora.

Percebe matrizes de eternidade nas dinâmicas inconscientes, não apenas como desejo ou ideológica expectativa. Serão necessidades, manobras antálgicas na ambição de permanecerem vivas e de coexistirem em dois mundos que se completam, mas simultaneamente se contradizem: o mundo da interioridade e o mundo da realidade.

O sentimento de eternidade anestesia dores e sofrimentos, impossíveis de contraditar doutra forma.

Todos os humanos nessas alamedas se balanceiam.

Todos fermentam pontos de partida e pontos de chegada em concepções sem limites, todos contemplam infinitudes sem descanso retomadas, todos se revêm nas desmesuras lendárias e nas travessuras oníricas de que jamais dispensam convergências resolutivas. Todos nessas intemporalidades vagabundeiam, com ou sem marcações indicativas e formulações catalogadas, como se a memória não fosse mais do que uma operacionalidade instituída, a história não fosse mais do que uma externalidade rebuscada e a eternização constituísse a única garantia da viscosidade da libido por Freud referida.

No fluxo da subjectividade pelo corpo, ou seja, naquilo que tenho vindo a conceptualizar como a “água-minha” de cada um, determinante de serventias que estão muito além das realidades objectivas e dos condicionalismos na Saúde/Doença que as ciências biomédicas se defendem de pensar, o mesmo abraço se adivinha. Há intemporalidades que correm sem correr na corporeidade sensível e na voz interna de todos os emissores, porventura encadernadas de balsâmicas premissas e de contradições paradoxais.

Tais “eternidades” alimentam-se e alimentam-nos de tal forma que todos os imediatismos, pressas, civilizações, ciências e racionalidades jamais as poderão elidir.

Primeiro, porque a inescapável miscigenação do “outrora” e do “agora” no trabalho do sonho por todos é vivida e sentida como repetida incumbência; segundo, porque a estranhíssima capacidade de adiar, adquirida no processo evolutivo, confere ao desejo tão venturo-sas potencialidades que lhe propicia automatismos insusceptíveis de dissolução.

Adiar o desejo significa mantê-lo fora do tempo, num movimento que se exacerba nas questões da vida ou da morte e se relativiza nas frustrações e ameaças do desconhecido. O “tempo” transporta-nos nas caravanas do medo: satura e intoxica... enquanto o “sem tempo” esse medo dissolve: recompõe e sanifica.

É por isso que dificilmente alguém escapa às promessas do “para além de...” que todas as tribos organizam em formatos religiosos, laicos ou outros, mesmo completamente os alagando de aproveitamentos e embustes.

Todos integram tais “promessas” no que somos e no que jamais deixaremos de ser, por várias e sequenciais razões: porque nascemos prematuros e totalmente dependentes de quem nos proteja, porque para sobrevivermos nos obrigamos a representar mentalmente os objectos protectores pelo medo de os perder, porque nas entrelinhas incubamos as fabulosas capacidades de adiar, simbolizar e mentir em profundidades tão naturais e tão *sine qua non* que só na depressividade se ofusciam, mesmo que a realidade tudo desminta.

Pretendo com isto sublinhar que todos os humanos se julgam mortais e imortais em simultâneo, apesar das ambiguidades que se lhes associam. E que todos reiteradamente congeminam sistemas para a morte contornar, dos mais primitivos aos mais sofisticados, na interioridade da “consciência de si”.

Todas as suas significativas relações são eternas (todas as paixões serão imorredoiras, todas as parentalidades serão imperecíveis, todos os desejos serão inalteráveis, todas as desejabilidades serão embrionárias, todas as ilusões serão perpétuas, todas as magias estarão disponíveis, todas as utopias jamais chegam ao fim), no primordial encanto das consagrações que englobam.

Sem a eternidade e sem a misteriosidade que a enraíza, jamais ocorriam afectos, amores, desamores, idealizações, religiosidades, religiões, misticismos, transcendências, artes e afins.

Nem poetas haveria.

Os poetas são os seres vivos mais próximos da eternidade, bastante mais do que as sequóias gigantes da Serra Nevada, apesar dos seus habituais desalinhos e dos seus casacos quatro números acima.

Poderia relevar, como quem resume, que não há pessoas nem povos que as lezírias da eternidade não cultivem e que através delas não perpassem heterogéneas proposições. Todas as quimeras nela se sentam, mais ainda quando celestialidades projectam.

Paraísos, ressurreições, reencarnações, transmigrações, metempsicoses e outros pronunciamentos de idêntico calibre são por isso mesmo o produto mais vendável de sempre, como sabemos. As orientações e as divinizações apenas lhes facilitam a impressão e o modo, segundo a época, a cultura, o interesse, o devaneio e o poder de quem comanda e outorga.

O elemento fundamental nem será a existência de um Deus omnipotente, salvador e justiceiro. Será a intemporalidade, que só esse Deus é capaz de accionar.

Freud, em: “O Inconsciente” (1915/1957), dizia:

“Os processos do sistema inconsciente são intemporais, isto é: não são ordenados no tempo, não se alteram com a passagem do tempo, nem contêm nenhuma referência ao tempo. A referência ao tempo é um trabalho do sistema consciente.”

Nas “Novas Conferências” (1933/1964), reafirmava:

“No inconsciente não existe nada que corresponda à ideia de tempo... não há reconhecimento da passagem do tempo... nenhuma alteração dos processos mentais é produzida pela passagem do tempo... impulsos, desejos, impressões recalcadas, são virtualmente imortais... comportam-se como se ocorressem agora e sempre...”

Nos sobressaltos da “insolvência de si”, todos os humanos se recheiam de fantasmas e das obliquidades que se lhes ajustam. E todos dispõem da faculdade de adiar, simbolizar e mentir, na miragem do seu próprio destino.

O Auto Club será eterno para mim, a década de sessenta será eterna para mim, a Psicanálise será eterna para mim.

O futuro de uma ilusão será a minha eterna ilusão.

Só o suporte biológico disso não se mostra capaz.

Compete-nos ainda realçar que será esta “eterna” subjectividade dos humanos que tornará “eterna” esta Psicanálise que nos ocupa e preocupa.

REFERÊNCIAS

- Freud, S. (1957). The unconscious. In J. Strachey (Ed. & Trans.), *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud* (Vol. 14, pp. 159-204). Hogarth Press. (Original publicado em 1915)
- Freud, S. (1964). New introductory lectures on psycho-analysis and other works. In J. Strachey (Ed. & Trans.), *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud* (Vol. 22, pp. 1-267). Hogarth Press. (Original publicado em 1933)

PSICANÁLISE E LIBERDADE: 50 ANOS EM PORTUGAL — ENTRE SILÊNCIOS E DESCOBERTAS: UMA TRAVESSIA PESSOAL E COLETIVA

Luísa Branco Vicente¹

Onde estava o id, deve advir o eu.

Sigmund Freud

Assinalando meio século da Psicanálise em Portugal, neste texto propõe-se uma reflexão sobre a sua origem, o percurso e o papel ético na sociedade contemporânea. Da resistência ao autoritarismo à defesa do espaço interior interno, a Psicanálise tem sido, em Portugal, uma prática de liberdade e de responsabilidade. Num tempo em que o sujeito é pressionado pela exposição e pelo desempenho, importa recordar que a escuta analítica não é apenas um ato clínico, mas também um compromisso ético e comunitário: colocar a Psicanálise ao serviço do humano e da vida coletiva.

CLANDESTINIDADE E RESISTÊNCIA: A ESPERANÇA E O INCONSCIENTE COMO REFÚGIOS

Cresci sob o signo do silêncio. Um silêncio denso, político, que atravessava casas e ruas, que se introduzia nas escolas e nos gestos quotidianos, sob o olhar vigilante da PIDE. Pensar podia tornar-se denúncia;

¹ Médica com as especialidades de Psiquiatria e Pedopsiquiatria. Doutorada em Psiquiatria e Saúde Mental. Psicanalista de Adultos (1996), Crianças e Adolescentes (2002). Membro Titular com funções didáticas e Presidente da Comissão de Ética da Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP). Vice-Presidente e Cofundadora da Sociedade Portuguesa de Psicodrama Psicanalítico de Grupo. Membro do Conselho Científico do Observatório Nacional de Violência e Género. Membro da Associação Psicanalítica Internacional (IPA), da Fédération Européenne de Psychanalyse (FED) e da International Association for Group Psychotherapy and Group Processes (IAGP). Autora de inúmeras conferências e diversos artigos científicos. Coautora de vários Livros. *E-mail:* luisabranovicente@gmail.com

sentir, risco; agir, perigo. A repressão não se limitava às ruas: infiltrava-se nos afetos, nos corpos, nas palavras. Foi nesse contexto que muitos e muitas de nós aceitámos correr riscos e aprendemos a refugiar-nos no espaço interno, inventando formas de sobrevivência simbólica.

A experiência da clandestinidade tornou-se num exercício de escuta e resistência. Escutar era resistir — à mentira, à propaganda, à submissão. Escutar o outro e escutar-se a si próprio era um ato de coragem, uma aprendizagem silenciosa da liberdade.

Quando mais tarde encontrei a Psicanálise, reconheci nela a mesma força subversiva. Também ela nasce na sombra, na intimidade, resistindo à tirania do visível. Liberta o sujeito da repressão interna, tal como a luta política procura libertar o cidadão da opressão exterior. Ambas se fundam na mesma ética: restituir à palavra o seu poder de verdade.

Na clandestinidade, aprendi que resistir é, antes de tudo, um exercício da mente e do direito de Ser. A liberdade, mesmo quando parecia impossível, germinava em segredo, entre a esperança e o medo. Foi aí que compreendi, antes de o nomear, que o inconsciente é um território de resistência: nele, sobrevive o desejo, mesmo quando tudo o tenta anular. Compreendi também que a liberdade é inseparável da verdade psíquica e que só somos realmente livres quando podemos escutar o que em nós fala sem ser ouvido, e quando damos forma simbólica ao que a repressão tentou silenciar.

OS PIONEIROS DA PSICANÁLISE EM PORTUGAL: ESCUTAR EM TEMPOS DE REPRESSÃO

A Psicanálise portuguesa nasceu entre o trauma e a esperança, entre a repressão e a possibilidade de palavra. Escutar o outro é, muitas vezes, escutar também o país, a sua história, o seu inconsciente coletivo. Cada análise é um espaço de elaboração — uma micro-história da liberdade, onde o sujeito reencontra a sua voz e o seu desejo. A Psicanálise oferece o lugar onde as marcas da repressão podem ser simbolizadas. Ao acolher o sofrimento, o/a analista transforma o trauma em narrativa, permitindo que o inconsciente fale, sem censura ou manipulação.

Nos anos que antecederam e sucederam a Revolução de Abril, um pequeno grupo de pioneiros ousou fundar um espaço de pensamento e prática psicanalítica em Portugal. Esses homens e mulheres,

enfrentando o isolamento científico e a ausência de apoio institucional, criaram lugares de escuta e de formação, afirmando a Psicanálise como um campo ético, clínico e cultural. A sua coragem não residia apenas em fundar uma nova disciplina, mas em afirmar, num país silenciado, que pensar é um ato de liberdade e que ouvir o inconsciente é resistir ao conformismo e à opressão.

A criação da Sociedade Portuguesa de Psicanálise, com o apoio da International Psychoanalytical Association (Associação Psicanalítica Internacional), representou um gesto de enorme alcance cultural e humano. Num país que saía da sombra e da censura, falar de inconsciente era introduzir a complexidade num tempo de urgências. Os pioneiros — médicos, psicólogos, pensadores vindos de várias formações — compreenderam que a Psicanálise não poderia ser apenas importada; teria de ser reinventada à luz da história portuguesa. Formar analistas, criar espaços de supervisão, fundar revistas, estabelecer pontes com outros saberes e, sobretudo, sustentar a ética da escuta num contexto em reconstrução foram gestos que implicaram coragem e fidelidade a um ideal de verdade.

Os seus pioneiros abriram caminhos de liberdade e pensamento num país que aprendia a respirar. E honrando os seus legados, não quero deixar de os citar, com uma imensa gratidão: Francisco Alvim, Pedro Luzes, João dos Santos, António Coimbra de Matos, Eduardo Luiz Cortesão, Mário Casimiro, José Pedroso Flores, Jaime Milheiro e Carlos Amaral Dias.

A HERANÇA ÉTICA DA ESCUTA

Com o passar das décadas, a Psicanálise enraizou-se em instituições, universidades e consultórios, alargando o seu campo de ação à infância, à adolescência, à saúde mental, à cultura e à educação, à comunidade em geral, sem perder o seu núcleo ético: a escuta do sujeito. Em cada nova geração de analistas, manteve-se o desafio — preservar o lugar da palavra num mundo que ora a silencia, ora a banaliza.

Vivemos um tempo em que a visibilidade se confunde com existência e a velocidade com progresso. A Psicanálise resiste a essa lógica. O inconsciente não é transparente, nem rápido, nem previsível. É o lugar do mistério e da criação. A cultura digital pretende tudo iluminar, mas o humano precisa de sombra, de intimidade para existir.

A Psicanálise recorda-nos que o secreto, o íntimo, o sonho e a dúvida fazem parte da vida. Sem eles, não há desejo, nem verdade psíquica. O trabalho analítico é, portanto, um trabalho de proteção da interioridade — tarefa ética e política de primeira ordem.

A Psicanálise não se limita a tratar sintomas; interpreta o seu tempo. E o nosso tempo é marcado por um novo tipo de servidão: o excesso e a desumanização. Já não vivemos sob o medo da censura, mas sob o imperativo da exposição. O sujeito contemporâneo deixou de ser coagido por um poder exterior; passou a ser prisioneiro de si próprio, da sua imagem, da sua produtividade. O mal-estar atual não nasce da interdição, mas da saturação. *A Sociedade do Cansaço* (2015a) e *A Sociedade da Transparência* (2014) produzem indivíduos exaustos, ansiosos, incapazes de suportar o vazio e a “negatividade”, como nos diz Byung-Chul Han. Enquanto o fascismo amputava o pensamento, a sociedade neoliberal dissolve-o no ruído. O sujeito já não é proibido de falar, mas fala sem cessar, na sua incapacidade de dizer.

A clínica contemporânea exige a capacidade de proteger o espaço simbólico do sujeito contra a invasão da literalidade e da imagem. A escuta analítica é hoje um dos poucos lugares onde o sujeito pode existir sem ter de provar nada, podendo ser ele próprio no seu verdadeiro *self*. Enquanto a sociedade valoriza o desempenho, a análise suporta a fragilidade. Enquanto o mundo acelera vertiginosamente, a análise caminha contemplativamente, sendo o *setting* analítico um gesto de contracultura, um espaço ético onde a palavra ainda tem espessura e o silêncio, sentido.

Neste contexto, a Psicanálise torna-se novamente subversiva, honrando o seu fundador — Sigmund Freud. Ao invés de prometer soluções rápidas, oferece escuta e tempo; em vez de visibilidade, oferece intimidade; em vez de euforia, acolhe a falta. A Psicanálise ensina que o sujeito só se constitui a partir da falta, que o desejo é sempre um movimento entre o possível e o impossível. O/a analista protege o espaço da falta — lugar onde o sujeito pode escutar-se e, talvez, reinventar-se.

O DEVER ÉTICO DA PSICANÁLISE

O dever ético da Psicanálise é colocar-se ao serviço da comunidade, não como doutrina, mas como presença. A escuta analítica não pertence apenas ao consultório: estende-se à cultura, à política, à educação

e à arte. Sempre que um analista escuta um sujeito em sofrimento, sustenta também o tecido simbólico da comunidade. Sempre que uma instituição psicanalítica abre espaço para o diálogo interdisciplinar, contribui para a saúde ética do país. A Psicanálise serve a comunidade quando preserva o lugar da palavra e da diferença, quando resiste à desumanização, mantendo viva a possibilidade do pensamento.

Cinquenta anos depois, o percurso da Psicanálise em Portugal deverá continuar a ser o retrato de uma travessia: da repressão à palavra, do medo à escuta, da obediência à responsabilidade. A nossa geração deverá continuar esse legado, adaptando a Psicanálise às novas realidades, sem trair a sua essência. Hoje, o desafio é preservar o humano num mundo que o dispersa, mantendo o sujeito vivo, singular, pensante, quando tudo o empurra para a uniformidade e para o ruído.

Celebrar a Psicanálise portuguesa é celebrar o humano na sua complexidade: desejo, conflito, culpa, medo e esperança. É reafirmar a confiança na palavra e na escuta como formas de transformação.

A LIBERDADE: IDEAL POLÍTICO E EXPERIÊNCIA PSÍQUICA E ÉTICA

Hoje, ao revisitar o meu percurso reconheço uma linha contínua: a da busca pela liberdade. A luta contra a repressão política transformou-se, com o tempo, também em luta contra as repressões internas. A experiência pessoal, marcada pela clandestinidade e pela resistência, ensinou-me o peso do silêncio imposto; a Psicanálise ensinou-me o valor do silêncio consentido. O primeiro aprisiona; o segundo liberta. Sob a ditadura, o silêncio era medo; na análise, é criação. O espaço analítico é o inverso do espaço totalitário: ninguém fala em nome do outro. O/a analista não manda, escuta; não impõe, interpreta; não vigia, acoche. Se a ditadura visava dominar o discurso, a Psicanálise devolve à palavra o seu poder de revelação. A escuta é, na minha perspetiva, um ato político.

A Psicanálise ensinou-me que cada sujeito é, de algum modo, um resistente: alguém que procura dizer-se, compreender-se e reinventar-se. A análise é um ato de coragem, um gesto de afirmação do *Eu* frente à história e perante o inconsciente. E talvez seja esse o legado mais profundo da Psicanálise: ter transformado a escuta em espaço de liberdade e o pensamento em forma de resistência.

Gostaria de deixar uma última reflexão sobre a liberdade e a sua dimensão central, não apenas como ideal político, mas como experiência psíquica e ética. A liberdade, dotada de um poder de atração psíquica que simultaneamente seduz e perturba, situa-se entre o desejo e a lei, entre o impulso e o limite. Nunca é um dado adquirido, mas uma conquista sempre em risco, atravessada por forças inconscientes que a podem submeter ao prazer, ao dever ou ao medo. Enquanto experiência de alteridade, a liberdade só se sustenta na relação com o outro e com a própria necessidade, que lhe confere forma e medida.

Após o 25 de Abril, a Psicanálise revelou-se como um exercício de libertação interior, mas também como uma prática ética que depende de um contexto simbólico e social capaz de reconhecer os seus limites — condição essencial da responsabilidade, do conflito e da criação de pensamento.

Assim, a liberdade, aprendi, não é só um estado político: é uma forma de presença. É o modo como olhamos e escutamos o outro, acolhemos a diferença e a dor, e reconhecemos o inconsciente que habita em cada um de nós.

A Psicanálise contemporânea tem um dever ético e deverá ter um papel ativo na luta para que o Humano viva como sujeito, fazendo parte na sua individualidade de uma comunidade, e não como projeto autosustentável, levando-o a submeter-se voluntariamente a exigências de desempenho e otimização, como refere Byung-Chul Han (2015b).

Cinquenta anos depois, a Psicanálise continua a ser um espaço de liberdade em movimento. Nascida em tempos de medo, cresceu com a democracia e permanece viva no gesto silencioso de cada analista que escuta. Escutar o inconsciente é, ainda hoje, um ato de liberdade, sendo a liberdade psíquica o exercício mais exigente da democracia interior.

REFERÊNCIAS

- Byung-Chul Han (2014). *A sociedade da transparência*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Byung-Chul Han (2015a). *Sociedade do cansaço*. Vozes.
- Byung-Chul Han (2015b). *Psicopolítica*. Relógio D'Água.

AV. DA REPÚBLICA, N.º 97, 5.º

*Tomás Miguez*¹

A escolha de um curso universitário é, para muitos jovens, um momento de angústia e ansiedade, já que determina a área profissional das suas vidas. Surgem dúvidas e hesitações, procura-se “acertar” na opção. E, inerente a qualquer escolha, será necessário elaborar o luto de outros possíveis cursos.

Na minha juventude, alguns anos antes da universidade, decidi ir para Arquitetura, escolha esta influenciada por dois artistas plásticos que conheci. Entretanto, tive a disciplina de Filosofia e senti um grande entusiasmo por Platão e Sócrates, bem como pelos filósofos pré-socráticos. Mas as saídas profissionais da Filosofia não me seduziam, que eram essencialmente ser professor. O mais próximo da Filosofia que encontrei foi a Psicanálise. Debruçava-se sobre a natureza humana e o psiquismo e estimulava-me a pensar. Desisti da Arquitetura e candidatei-me ao curso de Psicologia, sempre com a Psicanálise no horizonte.

Imaginava-me psicanalista e surgia a imagem de um homem seguro e tranquilo, capaz de resolver quaisquer conflitos psicológicos. No decorrer do curso de Psicologia, uma colega disse-me que estava a fazer uma análise na Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP). Ao ouvir a colega, senti-me atraído pela ideia de fazer uma análise. Pensei num espaço só para mim, onde poderia dizer tudo o que me apetecesse, e assim contactei a SPP com o objetivo de iniciar uma

¹ Psicólogo Clínico, Psicanalista da Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP). Prática Clínica com Adultos e Adolescentes em consultório privado. Prática Institucional na Comunidade com pessoas com doença mental crónica. *E-mail:* tomasmiguez@hotmail.com

análise. Marcaram-me entrevistas com vários psicanalistas, entre eles o professor Coimbra de Matos e o professor Pedro Luzes, que me acolheram com grande afeto. A última entrevista foi com o Dr. Mário Casimiro, que também me recebeu de uma forma calorosa. Falei-lhe de viagens que fiz sozinho pela Europa. No decorrer da entrevista, perguntou-me porque é que queria ser psicanalista. Respondi-lhe que gostava de ajudar pessoas. “E não seria melhor ir para nadador-salvador?”, perguntou. Fiquei algo embaraçado e creio que não respondi. Pensei que aquele homem estava a provocar-me no bom sentido. Depois, acrescentou que ser psicanalista era uma chatice, que se ouvia constantemente queixas: “a minha sogra isto”, “o meu marido aquilo”, e rematou: “você é um homem de ação, gosta de fazer coisas, de viajar, não venha para aqui”. Não me senti rejeitado. Fiquei a pensar que me estava a desafiar, a convidar-me a refletir melhor no meu desejo de fazer uma análise e ser psicanalista. Percebi depois que todas aquelas entrevistas estavam envoltas num lapso, pois eu estava a candidatar-me a fazer uma análise didática sem o saber. Nem sequer sabia o que era uma análise didática. Mas percebi que financeiramente era incomportável, e assim esqueci esta ideia de fazer uma análise.

Um ano depois, voltei a contactar a SPP, agora para fazer uma análise “normal”. Tive duas entrevistas preliminares com a minha futura psicanalista e iniciei assim uma análise com quatro sessões por semana. A morada da SPP — Av. Da República, n.º 97, 5.º andar — foi ficando um lugar na minha rotina. Na primeira vez que lá fui para iniciar a minha candidatura, fui recebido pela secretária da SPP. Uma mulher de poucas palavras, um olhar militar e seco, com uma postura pragmática, por vezes pouco simpática e intimidante. Estranhei aquela atitude numa instituição psicanalítica, mas não era assim tão importante, não era a minha psicanalista. Talvez tenha acrescentado um toque algo enigmático ao meu primeiro contacto com a Psicanálise. Ainda pensei se uma secretária sisuda não era uma estratégia para testar a tolerância à frustração dos analisandos, mas achei que isso era uma paranoia minha. Felizmente, não tive de interagir muitas vezes com a secretária. Mas convivi muito com a senhora da limpeza. Normalmente, eu chegava às sessões de análise uns cinco ou dez minutos antes e aguardava na sala de espera. A senhora da limpeza devia gostar de mim, pois vinha frequentemente ter comigo, e conversávamos

sobre os mais diversos assuntos. Era uma senhora de alguma idade, que se vestia quase todos os dias de preto. Parecia estar sempre um pouco em esforço e acho que coxeava. Eu gostava dela e os nossos curtos minutos de conversa começaram a fazer parte da análise. Por vezes, “coscuvilhávamos” juntos. Reconheço que em algumas ocasiões não queria conversar com ela nem com ninguém, mas mantinha o diálogo, pois ela era simpática. Um dia, ouvir dizer que a senhora da limpeza dizia aos psicanalistas: “Dr., Já fiz a caminha!”, referindo-se à limpeza e preparação do divã.

A SPP ficava localizada no último andar de um antigo e belíssimo edifício na Av. República, n.º 97. Muitas vezes, o elevador estava avariado e tinha de subir as escadas até ao 5.º andar. Era a psicanálise a dizer que o corpo também era importante. Certa vez, parti uma perna e fui operado. Andei de canadianas durante vários meses e continuei a ir à análise. Nessa altura, o elevador avariou-se e lá tive de subir os cinco andares com muito cuidado. O pior foi descer, fi-lo muito devagar, pois não convinha nada cair. Pensei que para fazer aquele sacrifício e correr alguns riscos, era porque gostava mesmo de fazer análise. Na verdade, gostei mais dos últimos anos da análise, porque de início foi uma experiência algo dolorosa.

Recordo-me de, a meio da análise, levar antes de uma sessão a minha filha de três meses para a apresentar à minha analista. Ou de um dia lhe pedir para ela ver um filme que me tocava muito, o que foi prontamente aceite. Noutra ocasião, falei-lhe de um familiar meu que estava com problemas de toxicodependência e a minha analista pediu a um colega, o Dr. Jorge Câmara, para falar comigo de possíveis tratamentos. A análise tinha regras rígidas, mas aqueles momentos foram bastante humanizantes.

Entretanto, apresentei à SPP o meu pedido para realizar uma análise com um psicanalista didata, de forma que pudesse concorrer à formação em Psicanálise. Fiz cinco entrevistas. Recordo-me de que o professor Carlos Amaral Dias marcou a entrevista para uma segunda-feira à meia-noite. Era um horário invulgar, mas acho que senti um lado excêntrico nessa marcação. Podia também ser um teste à minha capacidade de ser flexível. Nessa noite, cheguei uns quinze minutos antes e aguardei na rua pela hora marcada. O consultório do professor Carlos Amaral Dias situava-se numa zona de Lisboa onde existia

alguma prostituição masculina. Lembro-me de alguns carros abrangingarem perto de mim, o que me deixou um pouco incomodado. Decidi caminhar para cima e para baixo para evitar confusões. A entrevista, que era o mais importante, correu muito bem, gostámos muito de conversar um com o outro.

Outra história engraçada passou-se com a Dra. Maria José Vidigal, uma mulher muito afetuosa e cheia de vigor, com quem fiz supervisão do meu primeiro paciente da SPP. Reservávamos alguns minutos para falar de outros assuntos e muitas vezes ela contava histórias das suas viagens a países improváveis, como o Irão. Nessa altura, fui ao Cazaquistão dar umas aulas de Psicanálise. A Dra. Maria José Vidigal ficou muito empolgada com a minha viagem e pediu-me para eu lhe trazer um pedaço de terra do Cazaquistão. Acrescentou que colecionava terra de vários países do mundo. Disse-lhe para contar comigo. E assim foi. Numa viagem a umas montanhas do Cazaquistão, recolhi alguma terra para a Dra. Maria José Vidigal. No entanto, quando estava a preparar a mala para regressar a Lisboa, fui assaltado por algumas dúvidas. “Quando mostrar o meu passaporte, talvez esteja um pouco ansioso e os polícias vão notar... vão certamente abrir as minhas malas, encontrar a terra e perguntar-me o que é aquilo.” É preciso dizer que a polícia no Cazaquistão era muito intimidatória, e dizia-se que podiam facilmente levar um turista para uma esquadra e exigir uma quantia exuberante de dinheiro. Imaginei que podia ficar detido no Cazaquistão e decidi não trazer a terra. Iria desiludir a Dra. Maria José Vidigal? Ou ela iria compreender-me? Ainda pensei em levar terra de Lisboa, passando por terra do Cazaquistão, mas desisti logo dessa ideia: a verdade acima de tudo. Quando me desculpei à Dra. Maria José Vidigal, explicando os motivos de não lhe ter trazido a terra, disse-me; “Ó filho, fizeste muito bem, um dia uma irmã minha tentou trazer terra de Angola e teve problemas com a polícia, desconfiaram de que era droga, foi um stresse.” Senti-me algo perplexo com esta afirmação, mas não deixei de ter alguma pena de não lhe ter trazido a terra do Cazaquistão, que iria enriquecer a sua coleção.

O lado cômico, grotesco e singular destas e de outras histórias enriqueceram a minha experiência com a Sociedade Portuguesa de Psicanálise.

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

A *Revista Portuguesa de Psicanálise* (RPP) é o órgão oficial da Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP) e sua propriedade jurídica e intelectual. A RPP publica artigos originais de natureza teórica e epistemológica, teórico-clínica, conceptual, empírica (qualitativa e quantitativa), na área da psicanálise e de outras disciplinas científicas das ciências naturais, das ciências sociais e das humanidades, com as quais o campo psicanalítico estabelece diálogo científico consistente.

Os artigos psicanalíticos submetidos para publicação na revista devem ser inéditos e não poderão estar em processo de avaliação em outra publicação científica simultaneamente. Os artigos devem, ainda, possuir qualidades de rigor teórico-conceptual, clínico e empírico. O tema e o ângulo de abordagem temática do artigo deverão ser, simultaneamente, atuais e inovadores e a argumentação deverá ser precisa, bem articulada e adequadamente fundamentada. Serão aceites para revisão os artigos que respeitarem as Normas de Publicação da RPP adiante indicadas.

A arbitragem científica prévia à decisão editorial sobre a publicação é realizada pelo método de «peer reviewing», sendo os revisores científicos atribuídos de forma anónima e aleatória («double blind»). Se o artigo submetido for aceite para revisão, os autores poderão consultar o relatório dos revisores, independentemente do parecer favorável ou desfavorável à sua publicação.

A RPP reserva-se o direito de não publicar artigos clínicos, ou teórico-clínicos, que não respeitem as normas éticas da investigação em ciências sociais e humanas, nomeadamente em que a identidade do paciente não tenha sido preservada através do anonimato e em que a confidencialidade do material verbatim ou graficamente ilustrado (desenhos e figurações) das vinhetas clínicas não seja escrupulosamente respeitada. Em caso de dúvida razoável, o Conselho Editorial da revista reserva-se o direito de exigir a prova de consentimento informado da parte do paciente ou dos seus representantes legais (pais no caso de material gráfico infantil).

O corpo editorial da revista está, ainda, particularmente atento à deteção de situações de plágio, total ou parcial, no artigo submetido a publicação, o qual, nessa circunstância, será rejeitado, com indicação aos autores da razão de tal decisão.

A data de publicação do artigo será decidida pelo corpo editorial da revista, de acordo com critérios editoriais definidos pelo mesmo.

Os artigos serão submetidos online no website da Revista Portuguesa de Psicanálise, <https://rppsicanalise.org>.

O título do artigo deverá sempre figurar em inglês, francês e espanhol, bem como o resumo (também nas três línguas), o qual não deverá exceder as 200 palavras.

Devem ainda ser indicadas entre três a cinco palavras-chave (em português, se for o idioma original, e em inglês, francês e espanhol), os quais irão facilitar a indexação do artigo e o seu aparecimento nos motores de busca. As notas de fim de página e o uso de termos em itálico devem ser evitados.

Os quadros, tabelas e figuras deverão ter boa qualidade gráfica (300 dpi no mínimo) e estar bem enquadradas no texto (no momento da edição devem ser enviados em documentos separados). Interessa, muito particularmente, que a sua reprodução possa ser feita em escala adequada e sem perda de nitidez ou de facilidade na consulta da informação que fornecem ao leitor.

Os artigos não devem exceder as 7000 palavras, excluindo referências, resumo e palavras-chave, em letra Times New Roman, tamanho 12 a 1,5 espaços.

O Corpo Editorial da Revista Portuguesa de Psicanálise reserva-se o direito de decisão quanto à formatação editorial definitiva do artigo aceite para publicação.

As citações no texto do artigo e as referências bibliográficas devem ser formatadas segundo as normas da 7.^a edição da APA (disponível em <https://apastyle.apa.org/>).

Podem ainda ser submetidas a publicação recensões de livros, filmes ou peças de teatro, que devem ter até 1500 palavras, identificando o título e o autor/realizador/encenador, e, no que aos livros diz respeito, também o editor, o ano de edição e o tradutor (se se tratar de versão portuguesa da obra original).

A Revista Portuguesa de Psicanálise segue o novo acordo ortográfico.

O artigo publicado pode ser utilizado livremente para fins não comerciais, em conformidade com a licença Creative Commons — Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional, que implica que seja citado o autor, o título do artigo e o título e número da revista, conjuntamente com o URL ou DOI do artigo.

DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL

O autor outorga à RPP o direito de publicar o artigo nas versões impressa e *online*. Os direitos autorais («copyright») são retidos pelo autor do artigo, embora o direito de primeira publicação/ publicação original seja da RPP. O artigo pode ser usado para fins educacionais e outros fins não comerciais, desde que não só o autor, bem como o título e número da revista e o URL completo do artigo, ou o URL DOI, sejam citados na publicação. O autor tem o direito de guardar o artigo no repositório, ou nos arquivos de documentação científica da organização a que pertence, por exemplo, uma Universidade ou Instituto Universitário, podendo mesmo utilizar a versão do artigo em PDF publicada pelo Editor. Os leitores da versão *online* dos artigos da RPP terão a oportunidade de partilhar o artigo, ou o *abstract*, em redes sociais, como o Facebook ou o Twitter, salvaguardando sempre a propriedade editorial da revista em relação aos conteúdos partilhados.

AUTHOR GUIDELINES

The *Portuguese Journal of Psychoanalysis (Revista Portuguesa de Psicanálise — RPP)* is the official journal of the Portuguese Psychoanalytic Society (SPP) and is its legal and intellectual property. The RPP publishes original articles of a theoretical and epistemological, clinical, conceptual, empirical qualitative and empirical quantitative nature, in the field of Psychoanalysis and other scientific domains of natural sciences, social sciences and humanities, namely literature, art and philosophy, with which the psychoanalytic field establishes a sustained scientific dialogue. Psychoanalytic articles submitted for publication in the journal must not have been previously published and may not be under consideration for publishing in another scientific publication simultaneously. The articles must also have qualities of theoretical-conceptual, clinical and empirical rigor. The theme and angle of thematic approach of the article must be both current and innovative and the arguments must be precise, well-articulated and adequately grounded. It is always the author's responsibility to maintain the text in its original form or adapt it after the editorial review. Articles that respect the Submission Rules of the RPP indicated below will be accepted for review. Scientific arbitration prior to the editorial decision on the publication is carried out using the double-blind peer reviewing method. If the submitted article is accepted for review, the authors will be able to consult the detailed commentary of the reviewers, regardless of the favorable or unfavorable opinion to its publication. RPP reserves the right not to publish clinical, or theoretical-clinical, articles that do not respect the ethical norms of research in the social and human sciences, namely in which the patient's identity has not been preserved through anonymity and in which the confidentiality of verbatim or graphically illustrated material (drawings and figures) of clinical vignettes is not scrupulously respected. To assure the compliance to these rules, authors must fill the specific form available for that purpose on the website (see About the Journal > Ethics and Anonymity) and send it to rpp@rppsicanalise.org. In case of persistence of a reasonable doubt concerning the anonymity and confidentiality of the clinical material, the Journal's Editorial Board reserves the right to demand proof of informed consent from the patient or his/her legal representatives (parents in the case of children's graphic material). The journal's editorial board is also particularly attentive to detecting situations of plagiarism, total or partial, in the article submitted for publication, and which, in this circumstance, will be rejected, with indication to the authors of the reason for such decision. If the article is not accepted for publication for another reason, the editorial

board will briefly mention the reasons for its non-acceptance. The publication date of the article will be decided by the editorial board of the journal, according to well-defined editorial criteria. Articles will be submitted online to the website of Revista Portuguesa de Psicanálise, <https://rppsicanalise.org> The title of the article must always appear in English, as well as the abstract, which must not exceed 200 words. Keywords should be included (between three and five) to facilitate the indexing of the article. If the article is written in French or Spanish, the title, abstract and keywords, in Portuguese and English, should be at the end of the article. Endnotes and the use of terms in italics should be avoided. Tables and figures must have good graphic quality (300 dpi minimum) and be well framed in the text (at the time of editing they must be sent in separate documents). It is particularly important that their reproduction can be done on an adequate scale without loss of resolution, conveying the information with clarity to the reader. Articles should not exceed 8500 words, excluding references, abstract and keywords, Times New Roman, size 12 and 1.5 linespacing. The Editorial board of RPP reserves the right to decide on the final editorial formatting of the article accepted for publication. In-text citations and references must be formatted in APA style, 7th edition (<https://apastyle.apa.org/>). Book reviews, films or plays can also be submitted for publication, which must be up to 1500 words, identifying the title and the author/director, and, as far as books are concerned, also the Editor, the year of edition and the translator (in the case of an English language version of the original work).

COPYRIGHT NOTICE

The author grants the RPP Journal the right to publish articles in both the printed and online versions. The copyright is retained by the author so that the first/original publication right is in the RPP Journal. The article may be freely used for educational and other non-commercial purposes, provided that the author is quoted, as well as the title and number of the journal and the full URL of the article, or the DOI URL. The author has the right to keep the article in the publication archives/repository of its own organization, e.g. a university, and use the pdf version of the publisher. Readers of the online version of RPP have the opportunity to share articles or their abstracts on social media such as Facebook or Twitter, always preserving the editorial ownership of RPP over the shared contents.

DIRECTIVES AUX AUTEURS

La Revue Portugaise de Psychanalyse (*Revista Portuguesa de Psicanálise* — RPP) est la publication officiel de la Société Portugaise de Psychanalyse (Sociedade Portuguesa de Psicanálise — SPP) et sa propriété juridique et intellectuelle. La RPP publie des articles de nature théorique et épistémologique, clinique, conceptuelle, empirique qualitative et empirique quantitative dans le domaine scientifique de la Psychanalyse et aussi d'autres disciplines scientifiques des sciences naturelles, des sciences sociales et des humanités, à savoir la littérature, l'art et la philosophie, avec lesquelles la psychanalyse entretien un dialogue scientifique consistant. Les articles psychanalytiques originaux soumis pour publication dans la revue doivent être inédits et ne peuvent pas être simultanément en processus d'évaluation dans une autre publication scientifique. Les articles doivent aussi avoir des qualités de rigueur théorique-conceptuel, clinique et empirique. Le thème et l'angle d'approche thématique de l'article doivent être à la fois actuels et innovateurs et leurs arguments doivent être précis, bien articulés et correctement fondés. Seule les articles qui respectent les normes de publication de la RPP, présentées ci-dessous, seront acceptés pour évaluation. L'arbitrage scientifique préalable à la décision éditoriale sur la publication de l'article est effectué selon la méthode du « peer reviewing », les réviseurs scientifiques étant choisis de manière aléatoire et anonyme (« double blind »). Si l'article soumis est accepté pour évaluation, les auteurs pourront consulter le commentaire des réviseurs indépendamment de l'opinion favorable ou défavorable à sa publication dans la revue. La RPP se réserve le droit de ne pas publier des articles cliniques, ou théorico-cliniques, qui ne respectent pas les normes éthiques de la recherche en sciences sociales et humaines, à savoir dans lesquels l'identité du patient ne soit pas préservée par l'anonymat et dans lesquels la confidentialité du matériel écrit ou de l'illustration graphique (dessins et figures) des vignettes cliniques ne soit pas scrupuleusement respecté. Afin d'assurer le respect de ces règles les auteurs doivent remplir le formulaire disponible à cet effet dans le web site (voir à propos de cette revue > Éthique et anonymat) et l'envoyer à rpp@rppsicanalise.org. En cas de persistance d'un doute raisonnable concernant l'anonymat et la confidentialité du matériel clinique, le Comité Éditorial de la revue se réserve le droit d'exiger la preuve du consentement informé de la part du patient ou de ses représentants légaux (parents dans le cas de matériel graphique des enfants). Le conseil éditorial de la revue est aussi particulièrement attentif à détecter des situations de plagiat, total ou partiel, dans l'article soumis pour publication, et qui, dans ce cas, sera rejeté avec indication

aux auteurs du motif de cette décision. Si l'article n'est pas accepté pour tout autre raison, le conseil éditorial ne mentionnera que brièvement les raisons de sa non-acceptation. La date de publication de l'article sera décidée par le Conseil Éditorial de la revue, selon des critères éditoriaux bien définis. Les articles seront soumis en ligne dans le site internet de la Revue Portugaise de Psychanalyse, <https://rppsicanalise.org>. Le titre de l'article doit toujours apparaître en anglais, ainsi que le résumé, qui ne doit pas dépasser les 200 mots. Entre trois et cinq mots-clés (en français et en anglais) doivent aussi être indiqués pour faciliter l'indexation de l'article. Si l'article est écrit en français ou espagnol, le titre, le résumé et les mots-clés, en portugais et en anglais, doivent apparaître à la fin de si l'article. Les notes de fin de page et l'utilisation de termes en italique doivent être évités. Les tableaux et les figures doivent avoir une bonne qualité graphique (300 dpi au minimum) et être bien cadrés dans le texte (au moment de l'édition ils doivent être envoyés en documents séparés). Il est particulièrement intéressant que leur reproduction puisse se faire à une échelle adéquate et sans perte de clarté, ni de facilité dans la consultation des informations qu'ils fournissent au lecteur. Les articles ne doivent pas dépasser 8500 mots, hors références, résumé et mots-clés en Times New Roman 12 avec 1,5 d'espacement. Le conseil éditorial de la RPP se réserve de décider de la mise en forme éditoriale définitive de l'article accepté pour publication. Les citations dans le texte de l'article et les références bibliographiques doivent être formatés selon les règles de la 7ème édition de l'APA (<https://apastyle.apa.org/>). Des critiques de livres, de films ou de pièces de théâtre peuvent également être soumis pour publication, pourvu qu'ils contiennent jusqu'à 1500 mots et qu'ils identifient correctement le titre et l'auteur/réalisateur/metteur en scène, et, en ce qui concerne les livres aussi l'éditeur, l'année d'édition et le traducteur (dans le cas qu'il s'agisse de la version française de l'ouvrage original).

MENTION DE DROIT D'AUTEUR

L'auteur accorde à la RPP le droit de publier l'article sur papier et en ligne (« online »). Le droit d'auteur (« copyright ») est conservé par l'auteur de l'article, bien que le droit de première publication/ publication originale appartient à la RPP. L'article peut être utilisé à des fins éducatifs et à d'autres fins non-commerciaux à condition que non seulement l'auteur, mais aussi le titre et le nombre de la revue et l'URL complète de l'article, ou l'URL DOI, soient cités dans la publication. L'auteur a le droit de garder l'article dans le dépôt, ou les archives de documentation scientifique, de l'organisation à laquelle il appartient, Université ou Institut Universitaire, et peut même utiliser la version PDF de l'article publiée par l'éditeur. Les lecteurs de la version en ligne (« online ») des articles de la RPP auront la possibilité de partager l'article, ou son résumé, dans des réseaux sociaux, tels que Facebook ou Twitter, en préservant toujours la propriété éditoriale de la revue par rapport aux contenus partagés.

DIRECTRICES PARA AUTORES

La Revista Portuguesa de Psicoanálisis (*Revista Portuguesa de Psicanálise* — RPP) es la publicación oficial de la Sociedad Portuguesa de Psicoanálisis (Sociedade Portuguesa de Psicanálise — SPP) y su propiedad jurídica y intelectual. La RPP publica artículos originales de carácter teórico y epistemológico, clínico, conceptual, empírico cualitativo y empírico cuantitativo en el área del Psicoanálisis y de otras disciplinas científicas de las ciencias naturales, de las ciencias sociales y de las humanidades, a saber, literatura, artes y filosofía, con las cuales el psicoanálisis establece un diálogo científico consistente. Los artículos psicoanalíticos presentados para publicación en la revista deben ser inéditos y no pueden estar en evaluación simultánea en otra publicación científica. Los artículos también deben tener cualidades de rigor teórico-conceptual, clínico y conceptual. El tema y el ángulo del enfoque temático del artículo deben ser actuales y innovadores y los argumentos deben ser precisos, bien articulados y adecuadamente fundamentados. Los artículos que respeten las reglas de publicación de la RPP indicadas a continuación serán aceptados para revisión en la revista. El arbitraje científico previo a la decisión editorial sobre la publicación se lleva a cabo utilizando el método de la “peer reviewing”, y los revisores científicos son asignados de forma anónima y aleatoria (“double blind”). Si el artículo es aceptado para revisión, los autores podrán consultar los comentarios de los revisores, independientemente de la opinión favorable o desfavorable sobre su publicación. La RPP se reserva el derecho de no publicar artículos clínicos, o teórico-clínicos, que no respeten las normas éticas de la investigación en ciencias sociales y humanas, es decir, en los que no se ha preservado la identidad del paciente a través del anonimato y en los que la confidencialidad del material escrito y de la ilustración gráfica (dibujos y figuras) de las viñetas clínicas no esté escrupulosamente respectado. A fin de asegurar el cumplimiento de estas reglas, los autores deben completar el formulario disponible a tal efecto en el website (Sobre la Revista > Ética y Anonimato), y enviarlo a rpp@rppsicanalise.org. En caso de persistir una duda razonable sobre el anonimato y la confidencialidad del material clínico, el Comité Editorial de la revista se reserva el derecho de exigir prueba del consentimiento informado del paciente o de sus representantes legales (padres en el caso de material gráfico infantil). El consejo editorial de la revista también está particularmente atento a detectar situaciones de plagio, total o parcial, en el artículo sometido para publicación, y que, en esta circunstancia, será rechazado, con indicación a los autores del motivo de dicha decisión. Si el artículo no es aceptado para publicación por otro motivo, el consejo editorial

mencionará brevemente los motivos de su non aceptación. La fecha de publicación del artículo será decidida por el consejo editorial de acuerdo con criterios editoriales bien definidos. Los artículos se enviarán in línea en el sitio web de la Revista Portuguesa de Psicoanálisis, <https://rppsicanalise.org> El título del artículo siempre debe aparecer en inglés, así como el resumen, que no debe exceder las 200 palabras. También se deben indicar entre tres y cinco palabras-llave, en español e inglés, a fin de facilitar la indexación del artículo. Si el artículo está escrito en español o francés, el título, el resumen y las palabras-clave, en portugués e inglés, deben aparecer al final del artículo. Se deben evitar las notas de fin de pagina y el uso de términos en itálico. Las tablas y figuras deben tener buena calidad gráfica (300 dpi el mínimo) y estar bien enmarcadas en el texto (al momento de la edición deben enviarse en documentos separados). Es particularmente interesante su reproducción se pueda realizar en una escala adecuada y sin pérdida de claridad, o de facilidad de para consultar la información que proporcionan al lector. Los artículos no deben exceder las 8500 palabras, excluyendo referencias, resumen y palabras-clave, en letra Times New Roman, tamaño 12 a 1,5 espacios. La Dirección de la RPP se reserva el derecho de decidir sobre el formato editorial final de l artículo aceptado para publicación. Las citas en el texto del artículo y las referencias bibliográficas deben formatearse de acuerdo con las reglas de la 7.^a edición de la APA (<https://apastyle.apa.org/>). Las reseñas de libros, películas o obras de teatro también se pueden enviar para publicación, y deben tener hasta 1500 palabras, identificando el título y el autor/ realizador/ director, y, en lo que respecta a los libros, también el Editor, el año de edición y el traductor (si es una versión española de la obra original).

AVISO DE DERECHOS DE AUTOR/A

El autor otorga a la RPP el derecho de publicar el artículo en forma impresa y en línea (“online”). El autor del artículo conserva los derechos de autor (“copyright”), aunque el derecho de primera publicación /publicación original pertenezca a la RPP. El artículo se puede usar con fines educativos y otros fines non comerciales a condición de que se cite en la publicación no solo el autor, sino también el título y el número de la revista, y la URL completa del artículo, o la URL DOI. El autor tiene el derecho de guardar en el repositorio, o en los archivos de documentación científica de la organización a la cual pertenece, por ejemplo, universidad o instituto universitario, e incluso puede usar la versión PDF del artículo publicado por el editor. Los lectores de versión en línea (“online”) de los artículos de la RPP tendrán la oportunidad de compartir el artículo, o el resumen, en las redes sociales, como Facebook o Twitter, siempre salvaguardando la propiedad editorial de la revista en relación con los contenidos compartidos.



Inserido na SOCIEDADE PORTUGUESA DE PSICANÁLISE (SPP), o INSTITUTO DE PSICANÁLISE (IP), fundado em 1975, é uma IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social) sem fins lucrativos que desenvolve duas áreas de atividade no campo da Psicanálise — uma clínica e outra formativa.

Na sua atividade clínica, o INSTITUTO DE PSICANÁLISE (IP) proporciona, através da CLÍNICA PSICANALÍTICA — IP, o acesso a preços reduzidos, a tratamentos psicanalíticos para todas as pessoas que desejem uma melhoria no campo da sua vida pessoal e afetiva. Estes tratamentos são realizados por sócios da SOCIEDADE PORTUGUESA DE PSICANÁLISE (SPP).

COMO CONTACTAR-NOS PARA MARCAR UMA CONSULTA?

Para marcar uma consulta inicial e (para) ser orientado para o tratamento psicoterapêutico mais adequado para si, contacte Vanda de Deus através do telefone (351) 217 972 108, de segunda a sexta-feira, das 9h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h30.

MORADA

Av. Álvaro Pais, n.º 15, Loja, 1600–007 Lisboa

CONTACTO ONLINE

www.psicanalise-spp.com

e-mail: institutopsicanalise@gmail.com info@psicanalise-spp.com



INSTITUTO DE FORMAÇÃO E TERAPÊUTICA PSICANALÍTICA DO PORTO (IFTP)

O INSTITUTO DE FORMAÇÃO E TERAPÊUTICA PSICANALÍTICA DO PORTO (IFTP), órgão da Sociedade Portuguesa de Psicanálise, é uma IPSS sem fins lucrativos criada em 1999 e que, como a sua designação deixa supor, desenvolve atividades no âmbito da formação psicanalítica e da prestação de cuidados terapêuticos especializados em psicanálise.

Em relação a este último ponto, a Clínica de Psicanálise do IFTP proporciona tratamento psicanalítico a preços reduzidos a adultos, adolescentes e crianças com alterações de comportamento e adaptação social, perturbações psicoafetivas e queixas somato-funcionais persistentes. As consultas de diagnóstico e orientação e as intervenções psicoterapêuticas são assegurados pelos sócios do IFTP/SPP, de acordo com elevados padrões de qualidade técnica, precisão clínica e rigor ético.

Se pretender marcar uma consulta na Clínica de Psicanálise do IFTP, deverá entrar em contacto telefónico com a secretaria do IFTP, Dulce Teixeira, através do telefone (351) 226 067 511, entre as 12h00 e as 14h00, de segunda a sexta-feira, ou deixar gravado o seu pedido de consulta em *voicemail*, que será respondido com a maior brevidade possível.

MORADA

Av. de França, 256, 2.º, Sala 2.5, Edifício Capitólio, 4050-276 Porto

CONTACTO ONLINE

www.psicanalise-spp.com

E-mail: iftp.porto@gmail.com info@psicanalise-spp.com

TÍTULO
REVISTA PORTUGUESA DE PSICANÁLISE

NÚMERO
45(2) — JULHO A DEZEMBRO DE 2025

EDITOR
VASCO SANTOS
VS. EDITOR, LDA. TRAV. DO CARMO, 1, 1A 1200-095 LISBOA

REVISÃO DE TEXTO
CARINA CORREIA

ISSN
0873-9129

OFÍCIO ISSN
2184-0016

DEPÓSITO LEGAL
41288/90

DESIGN
JOSÉ FILIPE ALEXANDRE

COMPOSIÇÃO
ARESTA CRIATIVA

IMAGEM DA CAPA
RECLINING NAIAD
ANTONIO CANOVA
1819-1824

IMPRESSÃO
PAPELMUNDE

TIRAGEM
300 EXEMPLARES

DEZEMBRO DE 2025
© 2025 SOCIEDADE PORTUGUESA
DE PSICANÁLISE DIREITOS RESERVADOS

A *Revista Portuguesa de Psicanálise* (RPP) é uma publicação bianual de acesso aberto (rppsicanalise.org). Ao assinar a revista no formato papel, receberá os dois números por ano, que serão enviados pelo correio, e terá ainda acesso à versão digital de ambos os números. Os números publicados anteriormente estão disponíveis na secção «Arquivos» do site da RPP. A renovação da assinatura é feita automaticamente para todos os sócios da Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP), e deverá ser solicitada em dezembro de cada ano para os não sócios da SPP. No site da SPP (sppsicanalise.pt), é possível ter acesso a esta ficha de assinatura e fazer o download, assim como comprar a revista diretamente na loja.



Av. Álvaro Pais, n.º 15, Loja, 1600-007 Lisboa
(+351) 217 972 108 | (+351) 217 936 224
info@psicanalise-spp.com
www.psicanalise-spp.com
sppsicanalise

Conceição Melo Almeida, Maria José de Azevedo, Maria Cristina Farias Ferreira, Ana Luísa Ferreira, Carmen Thadeu e Sara Carvalhal, Sílvia R. Acosta, João Pedro Fróis, Ana Belchior Melícias, Carla Cruz, Jaime Milheiro, Luísa Branco Vicente, Tomás Miguez

**REVISTA
PORTUGUESA
DE PSICANÁLISE**



PERIODICIDADE
Bianual
psicanalise-spp.com
rppsicanalise.org

LISBOA
Av. Álvaro Pais, n.º 15, Loja,
1600-007 Lisboa
T (+351) 217 972 108
F (+351) 217 936 224
E info@psicanalise-spp.com

POR
TO
Av. de França, 256, 2.º, Sala 2.5,
Edifício Capitólio, 4050-276 Porto
T (+351) 226 067 511
E itfp.porto@gmail.com